



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE INTERCULTURAL INDÍGENA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E  
TERRITORIALIDADE



LEONICE ALEXANDRA TESSMANN DE CORREIA

**DIAGNÓSTICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO  
FORTALECIMENTO DA REFORMA AGRÁRIA: UM ESTUDO  
DE CASO DO COMPLEXO “ITAMARATI” - PONTA PORÃ-MS**

DOURADOS

2022

LEONICE ALEXANDRA TESSMANN DE CORREIA

**DIAGNÓSTICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO  
FORTALECIMENTO DA REFORMA AGRÁRIA: UM ESTUDO DE  
CASO DO COMPLEXO “ITAMARATI” - PONTA PORÃ-MS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) para a obtenção do título de mestre em Educação e Territorialidade.

Orientadora: Dra. Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel

Financiamento: CAPES

Área de concentração: desenvolvimento e políticas públicas

Linha de pesquisa: território e sustentabilidade

Dourados  
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

C824d Correia, Leonice Alexandra Tessmann De

Diagnóstico das Políticas Públicas no fortalecimento da Reforma Agrária: : um estudo de caso do complexo "Itamarati" - Ponta Porã - MS [recurso eletrônico] / Leonice Alexandra Tessmann De Correia. -- 2023.

Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel.

Dissertação (Mestrado em Educação e Territorialidade)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2022.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:  
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Assentamento Itamarati I e II. 2. Reforma Agrária. 3. Políticas Públicas. 4. Agricultura Familiar. I. Maciel, Jeanne Mariel Brito De Moura. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA POR LEONICE ALEXANDRA TESSMANN DE CORREIA, ALUNA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE , ÁREA DE CONCENTRAÇÃO "DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS ".

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas, em sessão pública, realizou-se na Universidade Federal da Grande Dourados, a Defesa de Dissertação de Mestrado intitulada "DIAGNÓSTICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO FORTALECIMENTO DA REFORMA AGRÁRIA: UM ESTUDO DE CASO DO COMPLEXO "ITAMARATI" - PONTA PORÃ-MS", apresentada pela mestrandia Leonice Alexandra Tessmann de Correia, do Programa de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade, à Banca Examinadora constituída pelos membros: Prof.ª Dr.ª Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel/UFGD (presidente/orientador), Prof. Dr. Rodrigo Simas Camacho/UFGD (membro titular interno), Prof. Dr. Cleiton Ferreira Maciel Brito/UFSCAR (membro titular externo). Iniciados os trabalhos, a presidência deu a conhecer ao candidato e aos integrantes da banca as normas a serem observadas na apresentação da Dissertação. Após a candidata ter apresentado a sua Dissertação, os componentes da Banca Examinadora fizeram suas arguições. Terminada a Defesa, a Banca Examinadora, em sessão secreta, passou aos trabalhos de julgamento, tendo sido a candidata considerada APROVADA.


O Presidente da Banca atesta a participação dos membros que estiveram presentes de forma remota, conforme declarações anexas. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Obs: O trabalho está aprovado. Além do trabalho atender aos requisitos do mestrado, possui fôlego de ser referência nos estudos da área, e se adequa a todas as exigências para ser publicado. Por fim, a banca recomenda a continuidade dos estudos a nível de Doutorado.

Dourados/MS, 13 de dezembro de 2022.

  
Prof. Dr.ª Jeanne Mariel Brito de Moura  
Maciel  
Presidente/orientador  
(Participação Remota)

  
Prof. Dr. Rodrigo Simas Camacho  
Membro Titular Interno  
(Participação Remota)

  
Prof. Dr. Cleiton Ferreira Maciel Brito  
Membro Titular Externo  
(Participação Remota)

*À Leonira, minha mãe, ao Ronei, meu pai, ao meu amado  
companheiro André, e à minha querida filha, Sofia, gratidão  
pelos conselhos, pelo apoio, pelo encorajamento e por me  
fazer acreditar que jornadas como esta são possíveis.*

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho de pesquisa de Dissertação foi construído pelas mãos de várias pessoas que fizeram parte – mesmo que não diretamente – de minha trajetória acadêmica e de vida, por isso a conclusão desta dissertação é extremamente gratificante para mim, visto que, enquanto mulher camponesa, mãe, esposa, filha de uma mãe e de um pai que nunca puderam oferecer nenhum tipo de luxo - mas que jamais mediram esforços para seus dois e a sua única filha mulher conquistarem as coisas -, finalizar esta pesquisa significa para mim a conclusão de um ciclo, e o início de outro. Assim, cheia de esperanças – do verbo esperar – e, parafraseando Paulo Freire, que afirma que “num país como o Brasil, manter a esperança viva é em si um ato revolucionário”, continuo a caminhada.

Deste modo, agradeço primeiramente a Deus, que me deu forças, alento e me permitiu chegar até aqui com a cabeça erguida, apesar das várias angústias, dos vários empecilhos e das várias vezes que surgiu a vontade de desistir. Em uma situação na qual o mundo passou por uma terrível pandemia, onde nos encontramos em uma situação totalmente desconhecida e pior a qualquer das piores situações que poderíamos imaginar, em que as más notícias vinham aos montes, e a angústia de não saber o que estava por vir se fazia presente constantemente - e também a saúde psicológica e física de muitos de nós ficou extremamente abalada -, estar agora concluindo uma dissertação de mestrado é, sem dúvidas, uma grande vitória em Cristo.

À minha mãe Leonira. Para mim, ela é o símbolo da força e perseverança, e a representação de uma mulher que já passou por várias lutas e nunca se deixou abalar pelas muitas dificuldades que a vida lhe apresentou. Ao meu pai, Ronei, que sempre procurou mostrar para mim e meus irmãos que a vida é feita de lutas, mas que não podemos nos dar por vencidos mesmo quando os problemas forem maiores que imaginássemos. Poderia, ainda, citar aqui mais mil adjetivos para as pessoas incríveis que são minha mãe e meu pai em minha vida, mas com certeza não caberiam nas páginas de agradecimentos de uma dissertação, simplesmente amo vocês.

Ao meu marido, André Aparecido Bispo, presente do universo em minha vida, a quem amo do mais profundo da alma, e que com sua calma – e observações (risos) – sempre esteve ao meu lado nesta caminhada, não medindo esforços para me ajudar e

que, como ninguém, viu todas as dificuldades que precisei enfrentar para chegar a este resultado. Obrigada pelo seu amor e companheirismo de sempre, te amo!

À Sofia Luani, nossa pequena princesa, dona do sorriso ‘banguela’ mais lindo e dona do meu amor mais puro e verdadeiro. Ser iluminado, que com suas “cinco mil” perguntas e histórias diárias fez com que os dias estressantes das aulas e da escrita fossem um pouco mais leves e coloridos – pois a cada dia era um (ou mais) desenho diferente que eu ganhava. Obrigada pelos seus ensinamentos e sabedoria de criança, filha, te amo!

Agradeço, ainda, aos meus avós maternos, aos meus avós paternos (*in memoriam*), aos meus irmãos Roni e Robert, que sempre se preocupavam ao me ver com as olheiras enormes (risos); e, também agradeço, à minha família como um todo, pois cada um à sua maneira fez com que esta caminhada fosse um pouco mais leve e muitas vezes divertida.

À minha orientadora Jeanne Brito, companheira de caminhada acadêmica que contribuiu e contribui grandemente nesta jornada, e que soube compreender as várias fases da construção desta pesquisa, gratidão.

Agradeço à banca examinadora desta pesquisa, professor Dr. Cleiton Brito e o professor Dr. Rodrigo Camacho, pelas considerações fundamentais e pelo dispor de tempo para contribuir positiva e construtivamente em minha pesquisa; gratidão!

Gratidão ainda à CAPES, financiadora desta pesquisa, a qual foi fundamental para minha total dedicação e empenho no desenvolvimento pleno e de qualidade da mesma.

Agradeço às professoras e professores do PPGET/FAIND/UFGD, que com seu conhecimento sempre levantaram questões e provocaram análises importantes para a construção da pesquisa. Gratidão ao pessoal do administrativo, principalmente à secretária do curso Adriana Fiori, que com sua simpatia sempre me atendeu e me *auxiliou* nos vários momentos de dúvida.

Gratidão aos meus colegas de mestrado, que mesmo sem ter a oportunidade de nos conhecermos melhor, tivemos trocas importantes, sejam estas acadêmicas ou de

vida, gratidão especial à Agélica, Ângela, e Fran, com quem as trocas foram maiores (seja de experiência, reclamação, ou materiais de estudo). Gratidão eterna.

Não poderia aqui deixar de lembrar da minha amiga/irmã Jaqueline, que foi presente de Deus em minha vida, com a qual sei que posso contar sempre e que sempre esteve disponível para ouvir minhas reclamações infinitas (risos), a mestre em sociologia que quase virou psicóloga! Te levo no fundo da alma, amiga.

Por fim, agradeço às produtoras e produtores que participaram da pesquisa de campo e foram de extrema importância para a construção dos resultados aqui apresentados, e que com seu conhecimento e atenção permitiram que a mesma fosse possível. Gratidão ainda aos órgãos municipais, estaduais e federais que contribuíram para a coleta de informações da pesquisa.



*“Quem não se movimenta, não sente as correntes que os prendem”*

*Rosa Luxemburgo*

## RESUMO

A presente pesquisa analisou o panorama das políticas públicas no assentamento Itamarati que visam o fortalecimento da reforma agrária, tais como o PAA - DS (Programa de Aquisição de Alimentos compra com doação simultânea), o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), o PAA-CI (Programa de Aquisição de Alimentos – Compra Institucional). Nesse sentido, buscamos investigar em que medida as políticas públicas têm contribuído, ou não, com o fortalecimento e independência das famílias assentadas no complexo do Assentamento Itamarati a partir de uma linha de investigação que acompanhou quais foram os processos de implementação dessas políticas, quem dos assentados conseguiu se beneficiar delas e qual o trajeto percorrido pelo agricultor familiar para acessá-la. Traçamos ainda um perfil destas famílias: quem são? De onde vêm? E, em que nível suas vidas mudaram após acionarem as políticas públicas da reforma agrária? Nesse sentido, a análise dessas famílias e das políticas públicas ocorreu por meio de um recorte temporal que contempla desde a criação do assentamento, em 2004, até 2018, período em que houve uma diminuição expressiva dos investimentos. Sobre esse aspecto, os resultados da pesquisa apontaram que essa falta de investimentos está relacionada a um período de instabilidade política no Brasil, e que diz respeito, concretamente, ao processo de impeachment da presidente Dilma Roussef e a instauração do mandato do Michel Temer. Como recurso metodológico, foi realizada uma pesquisa qualitativa que buscou acompanhar a trajetória de vida desses assentados, bem como foram realizadas entrevistas com os presidentes das cooperativas locais – responsáveis por acionar algumas dessas políticas públicas. Também foi utilizado dados quantitativos no que diz respeito ao montante de investimento financeiro no assentamento no tocante às políticas públicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assentamento Itamarati I e II, Reforma agrária, políticas públicas, agricultura familiar, PAA, PNAE.

## RESUMEN

Esta investigación analizó el panorama de las políticas públicas en el asentamiento de Itamarati que buscan fortalecer la reforma agraria, el PAA – DS (Programa de Aquisición de Alimentos con Donación Simultánea), PAA – CI (Programa de Aquisición de Alimentos Compra Institucional), y el PNAE (Programa Nacional de Alimentación Escolar). En este sentido, buscamos investigar con cuidado en qué medida las políticas públicas han contribuido, o no, al fortalecimiento y la independencia de las familias asentadas en el Asentamiento Itamarati a partir de una línea de investigación que siguió los procesos de implementación de estas políticas, cuáles de los pobladores lograron beneficiarse de ellas y qué camino tomó el agricultor familiar para acceder a ellas. También se pretende trazar un perfil de estas familias: ¿quiénes son? ¿De donde vienen? y ¿a qué nivel cambió su vida luego de activar las políticas públicas de reforma agraria? En ese sentido, el análisis de estas familias y políticas públicas se dio a través de un marco temporal que contempla desde la creación del asentamiento, en 2004, hasta 2018, período en el que hubo una disminución importante de las inversiones. Sobre este aspecto, los resultados de la

investigación señalaron que esa falta de inversiones está relacionada con un período de inestabilidad política en Brasil, y que atañe, específicamente, al proceso de destitución de la presidenta Dilma Roussef y al establecimiento del mandato de Michel Temer. Como recurso metodológico, se realizó una investigación cualitativa que buscó seguir la trayectoria de vida de estos pobladores, así como también se realizaron entrevistas a los presidentes de las cooperativas locales –responsables de activar algunas de estas políticas públicas. También se utilizaron datos cuantitativos con respecto al monto de la inversión financiera en el asentamiento en relación con las políticas públicas.

**PALABRAS CLAVE:** asentamiento Itamarati I y II, reforma agraria, políticas públicas, agricultura familiar, PAA, PNAE.

#### ABSTRACT

This research analyzed the panorama of public policies in the Itamarati settlement that aim to strengthen agrarian reform, such as the PAA - DS (Food Acquisition Program with simultaneous donation), the PNAE (National School Feeding Program), the PAA -CI (Food Acquisition Program – Institutional Purchase). In this sense, we seek to investigate to what extent public policies have contributed, or not, to the strengthening and independence of families settled in the Settlement Itamarati complex from a line of investigation that followed the implementation processes of these policies, which of the settlers managed to benefit from them and what path the family farmer took to access them. We also profiled these families: who are they? Where do they come from? Have their lives changed after activating the public policies of agrarian reform? In this sense, the analysis of these families and public policies occurs through a time frame that contemplates since the creation of the settlement, in 2004, until 2018, period in which there was a significant decrease in investments. On this aspect, the results of the research indicated that this lack of investments is related to a period of political instability at Brasil, and that concerns, specifically, the impeachment process of President Dilma Roussef and the establishment of Michel Temer's mandate. As a methodological resource, a qualitative research was carried out that sought to follow the life trajectory of these settlers, as well as interviews with the presidents of the local cooperatives – responsible for activating some of these public policies. Quantitative data was also used with regard to the amount of financial investment in the settlement with regard to public policies

**KEYWORDS:** Itamarati settlement I and II, agrarian reform, public policies, family farming, PAA, PNAE.

## LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Área de exploração da companhia Mate Laranjeiras comparado com o atual mapa do estado de MS .....	30
Mapa 02: Área de exploração da companhia Mate Laranjeiras no atual mapa do estado de MS .....	31
Mapa 03: fazenda Itamarati no município de Ponta Porã – MS .....	40
Mapa 04: localização do assentamento Itamarati I e II no município de Ponta Porã – MS .....	43
Mapa 05: distribuição de terra por organização social (Itamarati I) .....	44
Mapa 06: assentamento Itamarati II .....	45

## **LISTA DE IMAGENS**

Imagem 1: mineiros transportando fardos de erva mate ..... 33

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 01: localização do Território Federal de Ponta Porã .....	36
Figura 02: localização da CAND .....	37
Figura 03: croqui do assentamento .....	46

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 01: números de assentamentos no Brasil: 1979 – 2017 .....	61
Quadro 02: As cooperativas pesquisadas que acionam o PAA e PNAE no assentamento.....	75
Quadro 03: informações básicas dos produtores entrevistados .....	88

## LISTA DE FOTOS

Foto 01: frente da cooperativa Cooperai .....	76
Foto 02: cozinha industrial da cooperai pronta para uso .....	77
Foto 03: produtoras abatendo frangos para venda na cooperativa .....	78
Foto 04: produção para entrega na cooperativa .....	79
Foto 05: Escritório da Cooperafi .....	80
Foto 06: foto aérea da antiga sede da cooperativa Copapis .....	82
Foto 07: coleta de produtos na Cooperafi .....	95
Foto 08: canteiro de alfaces .....	96
Foto 09: à esquerda canteiro de repolhos à direita canteiro de brócolis .....	97
Foto 10: canteiro de repolhos .....	97
Foto 11: canteiro de cenouras .....	98
Foto 12: cenouras produzindo .....	98
Foto 13: canteiro de alfaces .....	99
Foto 14: frangos caipiras .....	100
Foto 15: canteiros prontos para receber plantações de cenouras e beterraba .....	101
Foto 16: plantio de milho para venda na cooperativa .....	103
Foto17: mandioca embalada à vácuo .....	104
Foto 18: tomates orgânicos plantados na estufa .....	104
Foto19: canteiro de hortaliças irrigadas .....	106
Foto 20: horta vista de outro ângulo e estufa de produção de mudas .....	107
Foto 21: plantio de mandioca para entrega nos programas .....	107
Foto 22: foto conhecida como “flor de natal”, para fins ornamentais .....	108



## **LISTA DE ABREVIACES E SIGLAS**

Colnias Agrícolas Nacionais (CAN)

Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND)

Companhia Nacional de Alimentos (CONAB)

Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Central única dos Trabalhadores (CUT)

Estratégia Saúde da Família (ESF)

Federao dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI)

Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE)

Instituto Nacional de Colonizao e Reforma Agrária (INCRA)

Mato Grosso do Sul (MS)

Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST)

Programa de Aquisio de Alimentos compra institucional (PAA-CI)

Programa de Aquisio de Alimentos com doao simultânea (PAA-DS)

Programa Nacional de Alimentao Escolar (PNAE)

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

Programa de Pós-Graduao em Educao e Territorialidade (PPGET)

Serviço de Apoio s Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)

Título de Dvida Agrária (TDA)

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

MDS (Ministério do desenvolvimento social e combate  fome)

MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário)

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
PERCURSO METODOLÓGICO .....	21
CAPÍTULO 1: A FORMAÇÃO SOCIOTERRITORIAL DO ASSENTAMENTO ITAMARATI: CONTEXTO HISTÓRICO E OCUPAÇÃO DO LUGAR.....	25
1.1 O território fronteiriço e a reforma agrária.....	25
1.2 Os territórios tradicionais Guarani e Kaiowá e a instalação da Companhia Mate Laranjeira.....	29
1.3 Território Federal de Ponta Porã.....	36
1.4 Fazenda Itamarati .....	40
1.5 Assentamento Itamarati I e II.....	44
CAPÍTULO 2: AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA? ANALISANDO O CONCEITO .....	50
2.1 Como se constitui o campesinato no Brasil .....	50
2.2 Como se constitui agricultura familiar .....	57
2.3 Reforma agrária: situando o debate no Mato Grosso do Sul.....	60
CAPÍTULO 3 - O PANORAMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO ITAMARATI – I e II: O PAA – DS, PAA-CI, PNAE .....	65
3.1 Políticas públicas e agricultura familiar no lugar da pesquisa .....	66
3.2 As políticas públicas no contexto dos assentamentos Itamarati I e II e a operacionalização das cooperativas .....	73
<b>3.2.1. As cooperativas que acionam o PAA e PNAES em Itamarati.....</b>	<b>74</b>
3.2.2 O caso da COOPERAI.....	78
<b>3.2.3 O caso da COOPERAFI.....</b>	<b>83</b>
<b>3.2.4 O caso da COOPAPIS.....</b>	<b>85</b>
CAPÍTULO 4 – DO BARRACO DE LONA À CONQUISTA DO LOTE: TRAJETÓRIAS DE VIDA E UNIDADE FAMILIAR .....	90
4.1 A vida nos lotes e o acesso as políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar.....	91
4.2 O acesso às políticas públicas como instrumento de permanência e resistência no campo.....	101
4.3 A relação e a importância das políticas públicas de fortalecimento da reforma agrária com a comunidade.....	117

CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	1215
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	123
APÊNDICE .....	127

## INTRODUÇÃO

Para a realização de uma pesquisa de mestrado são necessárias muitas fontes de pesquisas que, prioritariamente, devem ser analisadas com cautela. Partindo desse pressuposto, a pesquisa aqui delineada busca aprofundar o que foi iniciado na graduação, analisando o processo de formação e implementação das políticas públicas e sua relação com o fortalecimento da agricultura familiar. Para isso, o foco desse trabalho foi sobre as famílias que acessam essas políticas, numa perspectiva de acompanhar a rota delimitada pelas unidades familiares desde as cooperativas passando pela aquisição de créditos pelas cooperativas, a inserção das famílias no programa, a produção pelas próprias famílias até a entrega dos produtos

O local dessa pesquisa é o complexo de Assentamentos Itamarati I e Itamarati II, situados no município de Ponta Porã-MS e que são identificados dessa forma por terem mantido o mesmo nome da fazenda - Fazenda Itamarati - que havia sido desapropriada para sua instalação. O assentamento Itamarati I (Conquista na Fronteira) foi fundado no ano de 2002, com 1.143 famílias oriundas de diferentes acampamentos do estado<sup>1</sup>. O assentamento Itamarati II (Assentamento Nova Conquista) teve sua fundação no ano de 2004, dois anos após o Assentamento Itamarati I (Conquista na Fronteira) ser fundado. Com um total de 2.855 lotes, o assentamento é fruto da luta de vários movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), e grupos sociais sindicalizados, como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), Central Única dos Trabalhadores (CUT), assim como Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Atualmente o assentamento Itamarati I e II possuem juntos uma população estimada em aproximadamente 20.000 habitantes, sendo maior que algumas cidades do Mato Grosso do Sul – o que revela a sua importância para o estado – e um dos maiores em extensão de terras do país, como aponta dados do INCRA. De acordo com informações das cooperativas locais, o assentamento produz por semana cerca de uma tonelada e meia de alimentos que abastecem o PAA - DS (Programa de Aquisição de

---

<sup>1</sup> Destaca-se que essa diversificação populacional é uma característica significativa da formação dos assentamentos do MS. Essa junção, em um mesmo território da reforma agrária, de grupos de pessoas oriundos de diferentes partes do MS e de outros estados, talvez se explique pelas peculiaridades que uma região de fronteira e de povoamento direcionado por meio de colônias, possui.

Alimentos compra com doação simultânea), o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), o PAA-CI (Programa de Aquisição de Alimentos – Compra Institucional), as feiras na cidade de Ponta Porã e os mercados regionais.

Nossa intenção com esta pesquisa foi analisar de que maneira estas políticas públicas descritas acima têm contribuído para fortalecer a agricultura familiar camponesa e, além disso, como estão sendo acessadas pelas famílias e cooperativas no assentamento. As políticas públicas alvo da pesquisa são as três mencionadas anteriormente.

O PAA - DS é uma modalidade de compra que foi instituído pelo Art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero. Esta Lei foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. O PAA-DS foi ainda regulamentado por diversos decretos, o que está em vigência é o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. Com dois objetivos básicos, que são promover a alimentação saudável de famílias em situação de vulnerabilidade e incentivar a agricultura familiar, o programa realiza a compra sem necessidade de licitação, com verbas do governo federal, através da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimentos) e as cooperativas, chegando assim aos agricultores familiares, que são aqueles que produzem os alimentos.

Os beneficiários desta modalidade são pessoas de baixa renda e vulnerabilidade alimentar, que recebem estes alimentos produzidos pela agricultura familiar através dos centros de assistências sociais dos municípios. O limite máximo de verba disponibilizada para cada família agricultora é de 8.000,00 (oito mil reais) (CONAB, 2012).

O PAA-CI é outra modalidade de compras do PAA, que foi instituída pelo Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, esta modalidade permite que órgãos e entidades das três esferas do governo adquiram produtos diretamente da agricultura familiar através de organizações como associações e cooperativas para atendimento das suas demandas de alimentos, utilizando seus próprios recursos financeiros, por meio de chamadas públicas, com dispensa de procedimento licitatório, esta modalidade de compra também pode ter um limite máximo de 8.000,00 (oito mil reais) (BRASIL, 2019).

O PNAE por sua vez é um programa que visa fornecer alimentação escolar e, também, ações de educação alimentar e nutricional a todos os estudantes que estejam matriculados em escolas públicas do país e de todas as etapas da educação básica. A verba é proveniente do governo federal que repassa aos estados e municípios valores que varia de acordo com o número de matriculados nas escolas e são pagos em 10 meses (de fevereiro a novembro), cobrindo assim 200 dias letivos. Este programa é regulamentado pela lei n° 11.947/2009, que estabelece a compra de alimentação para o ano letivo. Sobre esse aspecto, “entende-se por alimentação escolar todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo” (BRASIL, 2009). Esta lei, no seu artigo 14, regulamenta ainda que 30% da verba repassada a estados e municípios deve ser aplicada na compra de alimentos provenientes da agricultura familiar, priorizando assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Sendo assim:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

§ 1o A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, (BRASIL, 2009).

Dito isto, essa pesquisa buscou apontar como esse processo de implementação das políticas públicas ocorre no espaço da reforma agrária dos assentamentos Itamarati I e Itamarati II, a partir dos impactos gerados para às famílias participantes e como estas percebem essa dinâmica em seus modos de vida e experiências de produção e comercialização nos lotes.

A partir de um aprofundamento dessas questões, o foco foi investigar e analisar em que medida há uma contribuição dessas políticas públicas no fortalecimento dos assentamentos da reforma agrária. Os objetivos específicos, portanto, debruçaram-se sobre as etapas necessárias para a realização dessa investigação, e diz respeito à análise sobre políticas públicas e desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária, como estas se aplicam nos mesmos e, por fim, quais os resultados que o acesso a estas políticas trazem para os beneficiários, tanto os

assentados, quanto as cooperativas e, também, as famílias que recebem estes produtos provenientes da agricultura familiar.

Como podemos perceber, a problemática da pesquisa está em desvendar em qual escala o acesso a estas políticas públicas trazem desenvolvimento e melhoria de vida de assentados e assentadas da reforma agrária. Nossa hipótese, portanto, é a de que as famílias com acesso às políticas públicas – previamente citadas – desenvolvem as condições necessárias de permanecer na terra, produzir alimentação saudável e extrair uma renda que permite sua reprodução social, bem como o desenvolvimento do lugar onde vivem, é o que o andamento do trabalho buscará evidenciar.

## **PERCURSO METODOLÓGICO**

A escolha da metodologia em uma pesquisa científica não é uma tarefa simples, isso porque muitas vezes não há um único caminho a percorrer, mas vários – a fim de se chegar aos objetivos propostos. Nesse sentido, as escolhas dos métodos e técnicas de pesquisa buscou respeitar os próprios caminhos que o campo foi revelando. Assim, a metodologia utilizada na realização dessa pesquisa priorizou uma abordagem qualitativa, com a utilização das técnicas de levantamento bibliográfico, na qual se abordou os principais conceitos que dão conta da compreensão do tema e da problemática.

A seguir, realizamos pesquisa de campo com aplicação da técnica de questionários semiestruturados e entrevistas – próprios da metodologia qualitativa - aos presidentes das três cooperativas pesquisadas. Nesse sentido, Ramos (2016, p. 128), aponta que “os questionários e entrevistas são técnicas de coleta de dados nas Ciências Sociais usadas quando a observação não dá conta de tudo, o que é muito comum”. Portanto, justamente em decorrência da limitação que a observação traria ao problema analisado, acreditamos que apenas as entrevistas poderiam extrair elementos essenciais para a aquisição de dados relevantes. Isso porque, tem-se que as entrevistas são ferramentas interessantes em pesquisas que tem como elemento central de investigação a ação de atores sociais.

Paralelo ao uso das entrevistas e questionários, o método “bola de neve” também foi acionado na entrevista de sete famílias que são beneficiárias das políticas

públicas de fortalecimento da agricultura familiar e que foram indicadas pelos respectivos presidentes das cooperativas.

No que tange ao método “bola de neve”, Glasser e Strauss afirmam que:

[...] o pesquisador pede aos participantes referência de novos informantes que possuam as características desejadas. Esse processo continua até que as métricas estabelecidas antecipadamente para a coleta de dados, como prazo de coleta ou quantidade máxima de entrevistados, sejam atingidas, ou para a ocorrência de saturação teórica, isto é, quando não surgiram novas informações nos dados coletados (GLASSER; STRAUSS, 2006 apud COSTA, 2018, p. 19)

Através dessa metodologia foi estabelecida uma rede de contatos que passou a “confiar na pesquisadora”, já que cheguei até eles por meios de indicações prévias. Dada a desconfiança que muitos assentados possuem com esse universo “formal” da academia, esse método foi sobremaneira útil na construção da pesquisa, além de me permitir encurtar alguns caminhos.

Com este método pedimos para que cada cooperativa indicasse três famílias, e ao total tivemos nove indicações, das quais sete foram propriamente entrevistadas – outras duas não retornaram os contatos estabelecidos por mim. Com este método, chegamos à seis mulheres entrevistadas e um homem, pois no que tange à representação do trabalho com estes programas a mulher sempre se destaca, porém estas, representam à sua família como um todo. Ainda com este método, chegamos a famílias que já haviam participado da pesquisa da monografia de graduação, e por permanecerem nos programas e serem sempre ativas nos mesmos, participam mais uma vez da pesquisa da dissertação de mestrado.

Assim, estabelecidas as famílias a serem entrevistadas, trabalhamos com o método da história de vida, abordando a vida dos entrevistados, desde a chegada nos assentamentos até os dias atuais. Sobre esse aspecto, ressalta-se que a ideia aqui não está centrada na biografia do indivíduo em si, mas em poder perceber, a partir de suas narrativas, as conexões causais com o mundo social que o cerca e as escolhas acionadas em suas trajetórias pelo território.

A utilização dessa ferramenta de pesquisa buscou tentar perceber em suas narrativas a centralidade, ou não, das políticas públicas como fator de permanência no campo. E isso foi feito com cuidado, tendo em vista que, como aponta Bourdieu, toda



narrativa de vida pode conter uma “ilusão biográfica”, na perspectiva de quem narra sua história, e também de quem ouve. Isso porque, em grande medida, o indivíduo que exprime sua história tenta dar um sentido e linearidade, uma ideia de coerência, ao “caos” da vida cotidiana, esquecendo que sua história, e toda a história, é feita de descaminhos e entrelaçamentos a partir de determinada posição ocupada em um campo social. Concordando com Bourdieu, destaca-se que a história de vida não é uma narrativa coerente, e nem é algo solto no fio da história, visto que:

Os acontecimentos biográficos definem-se antes como alocações e como deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado (BOURDIEU, 1996, p. 81-82).

Portanto, o desafio que se apresentou – diante de um problema tão complexo e difuso – foi tentar ligar a história – aparentemente algo pessoal e singular – à história do lugar e às disposições dos sujeitos/agentes no acesso as políticas públicas.

Como pesquisadora que reside e convive no assentamento e que em algum momento conheceu algumas das pessoas entrevistadas, foi necessário um certo distanciamento do objeto de pesquisa, para desta forma evitar envolvimento que pudessem obscurecer ou deformar julgamentos e conclusões (VELHO, 1978) e assim poder aceitar, compreender e ainda chegar a ter uma visão que enriqueceu a pesquisa, quando me deparei com diferentes posições ao aplicar os questionários com as famílias.

Segundo Velho (1978, p. 131) “parece-me que nesse nível, o estudo do *familiar* oferece vantagens em termos de possibilidades de rever e enriquecer os resultados da pesquisas”.

No tocante as fontes orais, Santos afirma que:

Em se tratando de fontes orais, as narrativas são uma produção do historiador que, após a transcrição das entrevistas, organiza-as em função de seu interesse de pesquisa. Certamente, a produção de fontes orais passa pela recolha de informações junto a testemunhas e, para isso, fazemos uso de técnicas pertencentes ao universo metodológico da história oral. (SANTOS, 2005, p. 03).

Partindo dessas orientações, na realização da pesquisa, buscou-se deixar que o entrevistado escolhesse a forma que gostaria de responder aos questionários.<sup>2</sup> Quando o entrevistado/a optava pela modalidade de entrevista por ligação ou áudios do aplicativo de mensagens instantâneas whatsapp, optei por criar estratégias que os deixassem confortável o suficiente para responder as indagações, no tempo que fosse necessário. Quando o/a entrevistado/a escolhia responder os questionamentos de forma escrita, o material era enviado via e-mail, ou pela rede social whatsapp. A devolutiva das respostas ocorria posteriormente. Assim sendo, todas as imagens presentes nesta pesquisa foram enviadas pelos entrevistados, visto que não ocorreu visita presencial aos lotes.

No tocante a organização da presente dissertação, optou-se pela divisão das discussões em quatro capítulos. No primeiro capítulo, é apresentado o lugar da pesquisa e sua conexão com o município de Ponta Porã. Para isto, apresentamos um apanhado histórico do território, desde antes da companhia Mate Laranjeiras, até os dias atuais.

No segundo capítulo, é apresentado uma triangulação dos conceitos de agricultura familiar, reforma agrária e políticas públicas, a fim de apontar a interdependência dessas categorias de análise na problematização dos assentamentos em suas atuais configurações.

No terceiro capítulo, aprofundo os conceitos de políticas públicas e como estas se inserem no assentamento, bem como a sua importância para a permanência dos assentados no campo. Ainda neste capítulo apresento as cooperativas pesquisadas e sua história contada pelos sócios fundadores e/ou presidentes das mesmas.

No quarto e último capítulo a partir da apresentação de dados da pesquisa que são as entrevistas com os beneficiários das políticas públicas: camponeses, lideranças locais, responsáveis de cooperativas entre outros, apresento os resultados da análise, trazendo a relação entre teoria e cotidiano e revelando em que nível o acesso às políticas públicas melhora a qualidade de vida dos assentados, segundo o relato dos próprios.

---

<sup>2</sup> Optamos por deixar que o entrevistado escolhesse a forma que queria responder ao questionário pois as entrevistas foram realizadas durante a pandemia de Covid-19.

## **CAPÍTULO 1: A FORMAÇÃO SOCIOTERRITORIAL DO ASSENTAMENTO ITAMARATI: CONTEXTO HISTÓRICO E OCUPAÇÃO DO LUGAR**

*“Todas as relações humanas fazem parte do território porque todos nós necessitamos nos territorializar, pois este processo envolve desde o domínio político-econômico à apropriação simbólico cultural do espaço pelos sujeitos”.*(CAMACHO, 2010, p. 92)

Este capítulo buscou fazer um resgate bibliográfico e historiográfico sobre o lugar da pesquisa, tendo como eixo analítico as contradições que formam o lugar: esse espaço de moradia indígena, camponesa e de uma população historicamente migrante entre fronteiras. Para isto, realizamos uma pesquisa bibliográfica de autores que abordam o tema e que também trazem diversos debates em torno da formação do território de Ponta Porã.

### **1.1 O território fronteiriço e a reforma agrária**

Quando se ouve a palavra território, qual é a primeira coisa que vem à tona? Um espaço onde se habita? Espaço singular produtor de regras, leis e costumes? Espaço demarcado por limites de fronteira? Todas essas premissas fazem parte do lugar que propomos conceituar e, para compreender melhor esse lugar, se faz necessário analisá-lo a partir dessas conexões.

As disputas em torno do conceito de território são muitas, visto que há um forte teor político e de gerenciamento de uma determinada localidade imbricado no termo. Comumente, tem-se que o conceito é predominantemente ensinado nas escolas e nas universidades como um espaço de governança, ou seja, um espaço que é governado ou gerido por um ou por diferentes órgãos ou instâncias, sejam estas federais, estaduais ou municipais (FERNANDES, 2012). De fato, analisar o território sob essa perspectiva é um ponto de partida interessante, pois tanto a gestão, como as contradições do lugar – direta ou indiretamente – se vinculam a ele.

Contudo, há outros elementos que se inserem dentro de um território que não podem ser ignorados. Isso porque, dentro dos territórios federais, estaduais ou municipais, há outros territórios, construídos com base em relações sociais, relações de pertencimento, relações que não se referem ao espaço geográfico, mas sim a um espaço abstrato, um espaço não visível, como, por exemplo, o território camponês, que é aquele que é “uma unidade espacial, mas também é o desdobramento dessa unidade, caracterizada pelo modo de uso desse espaço que chamamos de território, por causa de uma questão essencial que é a razão de sua existência” (FERNANDES, 2012, p. 744) e segue:

A unidade espacial se transforma em território camponês quando compreendemos que a relação social que constrói esse espaço é o trabalho familiar, associativo, comunitário, cooperativo, para o qual a reprodução da família e da comunidade é fundamental. A prática dessa relação social assegura a existência do território camponês, que, por sua vez, promove a reprodução dessa relação social. Essas relações sociais e seus territórios são construídos e produzidos, mediante a resistência, por uma infinidade de culturas camponesas em todo o mundo, num processo de enfrentamento permanente com as relações capitalistas. (FERNANDES, 2012, p. 744)

Nesse sentido, Camacho (2010 p. 92) afirma que “todas as relações humanas fazem parte do território porque todos nós necessitamos nos territorializar, pois este processo envolve desde o domínio político-econômico à apropriação simbólico cultural do espaço pelos sujeitos”.

Porém, com o decorrer do tempo, e as diferentes visões e campos científicos que têm utilizado o conceito de território, este tem entrado em conflito com o conceito de espaço - a depender do olhar que o pesquisador tem e mesmo do contexto no qual ele pode estar inserido. Para Saquet e Sposito (2009)

O conceito de *território*, que muitos preferem qualificar de categoria, tem rivalizado com o de *espaço*, no que se refere às escolhas teóricas dos geógrafos, quando se trata de escolher a ferramenta intelectual principal, para entender o mundo em que vivemos. Tem sido, também, objeto de interesse de outros cientistas sociais, preocupados em compreender o nosso período, a partir das tendências de circulação das pessoas, das informações e dos bens, que geram mobilidade, fluidez, instabilidade e imponderabilidade que, articuladas entre si, produzem a complexidade que nos cerca. (SAQUET; SPOSITO, 2009, p. 7)

Podemos concluir então, que o território não diz respeito apenas ao espaço geográfico ocupado pelos seres e/ou gerido por uma determinada instância governamental, o território vai muito além disso, e pode modificar-se a depender de quais pessoas o ocupam. Desta forma, o território é também determinado pelas relações sociais dos indivíduos que o habitam, e que por meio de suas crenças, costumes, hábitos, modos de resistência, entre outros, formam o território.

Nesse sentido, o território que aqui nos debruçamos a compreender, é traspassado por um forte elemento migratório e fronteiriço, que desde sempre foi permeado por conflitos entre diferentes povos, grupos sociais e étnicos que habitavam ou procuravam habitar e explorar o lugar.

Sob esse aspecto, o município de Ponta Porã pode ser situado numa dimensão dos espaços de povoamento feito a partir de um direcionamento nacional no começo do século XX, tendo recebido um forte fluxo migratório de brasileiros de outras localidades, como dos paraguaios<sup>3</sup> que viviam na região, e das nações indígenas que de forma ancestral habitavam o lugar.

Como apontado acima, esses diferentes agrupamentos humanos que ocupavam a região, possuíam em comum a “fragilidade” que uma região de fronteira possui, sempre à mercê daquilo que Martins (1996, p. 30) chamou de “contraditória diversidade da fronteira”

A fronteira tem os mais ambíguos significados, podendo assim, ter os mais diferenciados conceitos e levando o pesquisador a se ater ao que mais dialoga com sua

---

<sup>3</sup> Sobre a forte influência paraguaia na região, faz-se necessário destacar que em grande medida esses entrelaçamentos fazem parte da própria dinâmica da fronteira, visto que o município de Ponta Porã faz fronteira seca com a cidade de Pedro Juan Caballero (PY). Além disso, há de se regressar no tempo histórico e observar que até a Guerra do Paraguai (1864-1870), todo esse vasto território era pertencente a esse país.

pesquisa. Assim, “a noção de fronteira adquire variados significados no mundo contemporâneo. Fronteiras como delimitações de territórios ou como metáforas da vida social, fronteiras porosas e rígidas, barreiras ou formas de travessias, diferenças e sincretismos, limites e caminhos” (Albuquerque 2008, p. 329). Como uma frente pioneira de conceito e discussão, o termo tem sua notoriedade a partir da segunda guerra mundial (1939-1945), que é o momento em que autores como Turner, começam a discutir as fronteiras como espaços fundamentais para a formação dos territórios nacionais (CARDIN; ALBUQUERQUE, 2018).

Considerando os apontamentos feitos acima, o território de fronteira no qual Ponta Porã está situado, primeiramente foi habitado por povos tradicionais, principalmente os Guarani e Kaiowá e, em menores grupos, mas não menos importantes, os Terena e Kadiwéu, e como veremos mais adiante, estes grupos migraram para outros locais com a chegada da Companhia Mate Laranjeiras.

Historicamente, essa região foi permeada por intensos conflitos, que são explicados com a aceleração do avanço destas frentes pioneiras - que adiantaram-se às próprias frentes de expansão-, e entraram “diretamente em contato com as populações indígenas” (MARTINS, 1996, p. 45).

Todo o processo de ocupação foi violento, principalmente para os indígenas, visto que aqueles que não migraram foram “confinados” em reservas para facilitar a atuação da empresa extrativista (CHAMORRO, 2015).

Mais tarde, em meados dos anos 1870, com as demarcações das fronteiras físicas entre Brasil e Paraguai, e com forte influência, mais uma vez, da Companhia Mate Laranjeiras, vieram para esta região povos do sul do país, seja para trabalhar na empresa, ou para fazer a extração das ervas junto aos ervais nativos que havia em abundância na região. Além disso, também vieram os peões paraguaios, que já conheciam bem a região e tinham experiência na extração de erva.

O encontro de povos, bem como as particularidades da fronteira, fez deste território um espaço com dinâmica própria, e distinto das demais partes do estado de MS. Assim, tem-se que a sua configuração atual é fruto de duas principais frentes: a primeira foi a Guerra da Tríplice Aliança que, após seu término, adicionou ao território brasileiro toda a região em que atualmente o município de Ponta Porã está localizado, esta que antes era todo território paraguaio, assim, a fronteira passa a ser uma fronteira

chamada “seca” onde as cidades se confundem, na qual não há nenhuma barreira específica, nenhum elemento físico que diferencie as duas cidades.

A segunda frente diz respeito a instalação na região, em meados de 1880, da Companhia Mate Laranjeiras, que mudou a dinâmica dos povos que habitavam a área, agrupando-os em outros locais, ou mesmo fazendo com que povos migrassem para outras regiões do país, e também atraindo para esta região outros migrantes, como os do sul do país ou inclusive imigrantes de outro país como é o caso dos paraguaios. No tópico a seguir abordaremos este tema com mais profundidade.

## **1.2 Os territórios tradicionais Guarani e Kaiowá e a instalação da Companhia Mate Laranjeira**

Com o fim da Guerra do Paraguai e a vitória da Tríplice Aliança (1864-1870), se iniciaram os primeiros trabalhos de demarcação das fronteiras que se encontravam vulneráveis devido à guerra devastadora entre o Brasil e Paraguai. Assim, foi enviada uma comissão de limites para percorrer o território que era situado entre o rio Apa, atual Mato Grosso do Sul e Salto do Sete Quedas em Guairá, Paraná. A comissão era comandada pelo coronel Enéas Galvão e como comandante militar estava Antônio Maria Coelho, que era encarregado de evitar qualquer possível ataque indígena. Esta comissão que tinha por objetivo demarcar as fronteiras entre Brasil e Paraguai, encontrou na região vastos ervais nativos que aumentavam ainda mais as tensões entre esses países. Em 1874 as demarcações são finalizadas (FERREIRA et. al. 2012).

Um fator interessante de se ressaltar, e que está vinculado ao futuro da região, é que o empresário do setor alimentício, Tomas Laranjeira, estava presente nessa comissão, e tinha a função de fornecer alimentação à delegação. Contudo, seu olhar se direcionou ao grande potencial econômico que ele viu na região e, com o objetivo de explorar esse potencial, o empresário Tomas Laranjeira “iniciou o trabalho de exploração da erva, no Paraguai, enquanto aguardava uma concessão do Governo Brasileiro para instalar-se no Brasil” (CORREA FILHO, 1925 apud FERREIRA; BRAND, 2012, p. 108).

Com a abertura do rio Paraguai para a navegação de embarcações brasileiras (fim da década de 1850) e o fim da guerra da Tríplice Aliança (1864 – 1870) verificase a crescente migração de pessoas do sul do Brasil, também de São Paulo e Minas

Gerais, e ainda imigrantes do Paraguai, que vinham para este território em busca da exploração de Erva Mate que, neste período, tinha um alto valor de mercado e era abundante na região. (SANTOS. C, 2016)

Queiroz (2015) afirma que:

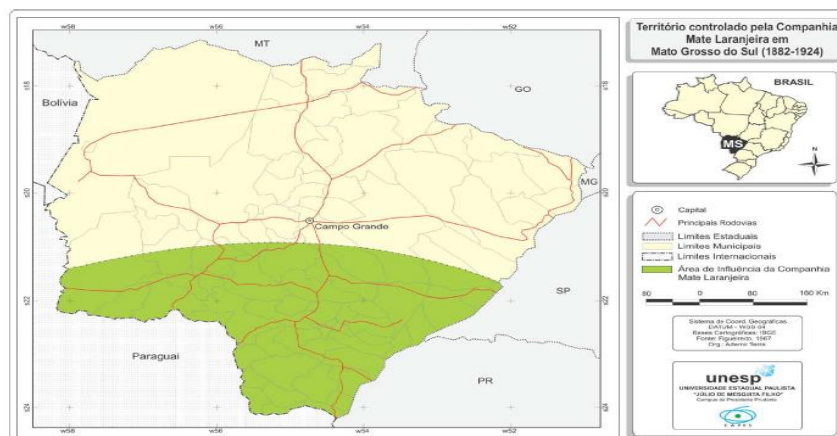
Embora a perspectiva de exploração dos ervais sul-mato-grossenses tenha atraído, nos anos posteriores à guerra contra o Paraguai, o interesse de diversos empreendedores, apenas um deles chegou a obter, para tanto, concessões oficiais duradouras. Trata-se de Tomás Laranjeira, quem, graças a seus vínculos pessoais com dirigentes provinciais e logo federais, obteve em 1882 sua primeira concessão, depois renovada e ampliada até atingir, no início do período republicano, praticamente a totalidade das áreas ervateiras do estado. (QUEIROZ, 2015, p. 207)

No fim de 1882 e início de 1883, a partir de profícuos vínculos de amizade com o então presidente da província de Mato Grosso Rufino Enéas Galvão, Tomas Laranjeira conseguiu o arrendamento de terras devolutas concedidas pelo governo de Mato Grosso para realizar a exploração dos ervais nativos da região sul do estado, como afirma Ferreira (et al. 2012, p. 02): “conseguindo assim o decreto imperial nº 8799, de nove de dezembro de 1882, tornando-se o primeiro concessionário legal por um período de dez anos”.

Porém, para a extração da erva precisava-se de extensa mão de obra para fazer o corte das ervas, assim Tomas Laranjeira “utilizou, em larga escala, a força de trabalho dos imigrantes paraguaios, bem como dos indígenas que habitavam o extremo sul do então Mato Grosso”. (SANTOS, L 2016, p. 2). No mapa 01, podemos observar a área de exploração de ervais nativos concedido a Tomas Laranjeira.

**Mapa 01:** Área de exploração da companhia Mate Laranjeiras comparado com o atual mapa do estado de MS.





Fonte: Terra, 2009.

No mapa 01 podemos observar a área de abrangência do monopólio de exploração de Tomas Laranjeiras. No atual mapa do estado de MS podemos observar que a companhia em questão explorava ervais em 46 municípios sendo estes: Caracol, Bela Vista, Antonio João, Jardim, Guia Lopes da Laguna, Nioaque, Maracaju, Ponta Porã, Itaporã, Dourados, Fatima do Sul, Deodápolis, Caarapó, Juti, Laguna Carapã, Amambai, Paranhos, Aral Moreira, Japorã, Mundo Novo, El Dorado, Iguatemi, Itaquiraí, Naviraí, Novo Horizonte do Sul, Jateí, Rio Brillhante, Sidrolândia, Dois Irmãos do Buriti, Nova Alvorada do Sul, uma parte da atual capital, Campo Grande, uma parte de Ribas do Rio Pardo, Nova Andradina, Ivinhema, Angélica, Batayporã, Anaurilândia, Bataguassu, grande parte de Santa Rita do Pardo, Glória de Dourados, Douradina, boa parte de Porto Murtinho, grande parte de Bonito, uma parte de Anastácio, e Taquarussu. Vejamos no mapa 02, um paralelo da área de abrangência da exploração de erva mate pela companhia Mate Laranjeiras no atual mapa do estado de MS:

**Mapa 02:** área de exploração da companhia Mate Laranjeira no atual mapa do Estado de MS



**Fonte:** Blog Enio Dourados, 2013. Disponível em: <http://eniourdourados.blogspot.com/2013/09/> acessado em: 30/03/2021

No mapa 02, vemos um paralelo entre a área de exploração da empresa e o atual mapa do estado, desta forma, o monopólio desta empresa era tal, que Tomás Laranjeira tinha uma extensa área na região de fronteira com o Paraguai, e este nunca arrendou menos de um milhão de hectares durante seu período de atuação (SANTOS. C, 2016,). Destaca-se, também, que o território em que ele estava inserido era estratégico, pois facilitava o escoamento da produção pelo rio Paraguai e a bacia platina, porém este território originalmente pertencia aos povos Guarani e Kaiowá que estavam localizados, em sua maioria, em grupos pequenos e macro familiares, espalhados por seu território tradicional, ao sul do estado de Mato Grosso, território este que coincide com a zona ervateira (FERREIRA et. al. 2012).

A empresa agia como se fosse uma autoridade pública, pois assim tinha o controle das extensas áreas que explorava, tanto que as pessoas optavam por pedir a autorização da mesma para reivindicar terras, e esta, por sua vez, “utilizava diversas estratégias para impedir o estabelecimento de pequenos ervateiros. Aqueles que se instalavam na região, sem sua autorização, eram expulsos, sob a alegação de que os posseiros destruíam os ervais com podas indiscriminadas” (TERRA, 2009, p. 57).

Com o intuito de explorar as zonas ervateiras, criou-se, então, as reservas indígenas com a finalidade de agrupar os povos indígenas em determinados locais. A questão central para esse empresário era que os povos indígenas ficassem juntos, a fim

de facilitar o processo de desapropriação das zonas pretendidas para à exploração dos ervais nativos. Como observa Chamorro (2015, p. 305), “Os novos proprietários, à medida que podiam prescindir do trabalho indígena, assentiram que “lugar de índio era nas reservas”.

Para um observador atento, destaca-se a dupla contradição e exploração indígena com esses procedimentos: a violência do confinamento nas reservas – em uma terra que era sua por direito e posse – e a exploração da mão de obra indígena sobre um produto agrícola que lhe era familiar – nativo na região, mas que agora era expropriado por agentes externos sob o aval do Estado Nacional.

Com um tipo de estratégia empreendida em tempos de guerra, a de “dividir para conquistar”, foram levados povos de diferentes etnias e, conseqüentemente, de diferentes costumes e crenças para estas reservas, o que provocou sérios problemas de convívio entre estes povos, como observa Pereira (2003, p. 142): “com o confinamento nas reservas, passaram a conviver com comunidades com as quais inexístiam vínculos sociais de parentesco, aliança política e solidariedade religiosa. Resultaram daí sérios problemas de convivência”.

No bojo desse processo, os peões paraguaios passavam por um período complicado de pós-guerra em seu país, mas como já tinham vasto conhecimento da atividade ervateira, se tornaram as principais bases do trabalho de extração de erva-mate pela Companhia Mate Laranjeira na região (SANTOS. L, 2016), que contava também com mão de obra de indígenas como os Guaranis e Kaiowá.

E estes indígenas eram os responsáveis pelo trabalho mais pesado, segundo Pereira (2012, p. 8)

O trabalhador indígena e o paraguaio desempenhavam funções, como mineiro e habilitado. Residiam provisoriamente em “ranchitos”, que se localizava nas proximidades dos ranchos. Havia nesses espaços, certa mobilidade das famílias ao terminar o trabalho, e o rancho era transferido para outro local, sempre em busca de novos ervais.

A função de trabalho denominada “habilitado” era direcionado aqueles que se embrenhavam na mata à procura de novos ervais, e o “mineiro” era aquele que transportava enormes fardos de erva mate sobre os ombros ou cabeças, podendo estes chegar a pesar até 200 quilos. Chamorro (2015, p. 303) relata:

Quanto ao trabalho nos ervais, cabe destacar que ele marca a história dos povos guarani falantes desde o século XVII. O jesuíta Antonio Ruiz de Montoya (1985 [1639], p. 40, 63), por exemplo, registrou na sua crônica que muitos indígenas caíam com seus fardos de erva nos barrancos, que o fel lhes saia pela boca e, lá mesmo, eles acabavam de morrer sob o peso das suas cargas. Os montes do Mbaracaju transformaram-se, assim, em grandes ossários de índios, segundo o testemunho do jesuíta.

Abaixo, na imagem 01, vemos a maneira que a erva era transportada.

**Imagem 01:** mineiros transportando fardos de erva mate



**Fonte:** acervo do jornal Amambai notícias (apud Oliveira, 2020). Disponível em: <https://lehmt.org/lugares-de-memoria-dos-trabalhadores-36-matte-laranjeira-laguna-carapa-ms-vitor-wagner-neto-de-oliveira/>

Este território que era explorado pela companhia atraiu também migrantes de outras regiões do Brasil, pelo mesmo motivo que atraiu a Companhia Mate Laranjeira, estes dois tipos diferentes de exploradores presentes acabaram gerando vários conflitos na região. Fernandes (2009) afirma que:

O território, compreendido apenas como espaço de governança, é utilizado como forma de ocultar os diversos territórios e garantir a manutenção da subalternidade entre relações e territórios dominantes e dominados (FERNANDES, 2009, p. 4).

A atividade ervateira, somada às atividades pecuárias, incentivou a povoação da região, como afirma Santos. L (2016)

[...] a atividade ervateira, bem como a prática da pecuária bovina, incentivou o povoamento da região, que se apresentou promissora na época. Neste cenário surgiu, no final do século XIX, um pequeno povoado “que, mais tarde, daria origem à cidade de Ponta Porã. O povoamento ganhou reconhecimento do governo do Estado em 1900” (SANTOS. L, 2016, p. 02 apud ALBANEZ, 2003)

Essa diversificação de modelos de explorações da terra aponta, concretamente, para às singularidades de uma região de fronteira, como objeto de exploração e migração constante de diferentes povos, de aventureiros, dentre outros, em busca de um espaço. O que gera, por um lado, rupturas de formas de sociabilidades locais e, diversificação e conflitos sociais, por outro lado.

Nesse contexto de conflitos e instabilidades, o poderio da companhia começa a enfraquecer quando em 1899 Joaquim Murtinho – que era uma das principais influências políticas que fortaleciam a empresa – não consegue se eleger para governo do então estado de Mato Grosso. Face a isso, a empresa começa a ter dificuldades para aumentar, e até mesmo manter seu controle sobre os ervais da região. Segundo Terra (2009, p. 59),

[...] a Companhia Mate Laranjeira passa a ter novos opositores que, respaldados no conhecimento de que a empresa detinha o controle de terras em território brasileiro e paraguaio, entre outras acusações, aponta-a como sonegadora de impostos. (TERRA. 2009, p. 59)

A companhia seguia lutando para manter seu monopólio, porém não conseguiu alcançar seus objetivos, e sua situação piora quando em 7 de julho de 1934 sanciona-se uma lei que autoriza o estado de Mato grosso a arrendar e formar concorrência pública na área de um milhão de hectares de terras com ervais nativos que eram propriedade do estado (TERRA, 2009).

Posteriormente, com a política do governo Vargas que visava a colonização e desenvolvimento das regiões de fronteira, a empresa encerrou suas atividades na região o ano 1943, quando o então presidente Getúlio Vargas suspendeu o contrato de exploração dos ervais.

Segundo Fernandes (2009), sempre é importante enfatizar a relação entre os territórios como espaço de governança e como propriedades. Esta relação é determinada por políticas de desenvolvimento, portanto, quem determina a política, define a forma de organização dos territórios (FERNANDES, 2009)

As mudanças políticas e a perda da concessão de exploração na área de atuação da empresa foi um grande baque para a Companhia Mate, e informações do período indicam que a reação à anulação do contrato foi assunto de longos debates, rendendo várias publicações e depoimentos em relação a sua atuação na fronteira, visto que a mesma não mediu esforços para seguir explorando os ervais da região.

Santos, C (2016) afirma que:

[...] para entender o processo de derrocada do “império” exercido pela Cia. Mate Laranjeira no sul de Mato Grosso, faz-se imprescindível reportar ao contexto da política de nacionalização de fronteiras do Estado Novo. A estratégia utilizada por esse regime ditatorial foi submeter a Companhia à fiscalização direta do Governo Federal. Essa submissão se deu na região sul de Mato Grosso, sobretudo, através da criação do Território Federal de Ponta Porã e da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, ambos, como já foi dito, instituídos nas principais áreas de atuação da CML. (SANTOS. C, 2016, p. 97)

### **1.3 Território Federal de Ponta Porã**

A partir do que foi discutido no tópico anterior, tem-se que a formação do município de Ponta Porã foi forjada em meio as relações de disputas e de poder. Uma região que se configurou pela exploração da terra e negação de sua população indígena.

Prosseguindo na discussão, o interessante agora é explorar em que termos ocorreu a formação do Território Federal de Ponta Porã, criado na fronteira do Brasil com o Paraguai, a partir do decreto-lei nº 5.812, do dia 13 de setembro do ano 1943 (SANTOS. C, 2016). Mas até chegar a este ponto, precisamos retroceder historicamente para entender o contexto no qual este território estava inserido.

Nesse sentido, com o intuito de chegar até as regiões mais afastadas da federação, e principalmente às regiões fronteiriças, o governo Vargas criou o programa chamado de “Marcha para o Oeste”, o qual era considerado extremamente importante para se chegar as regiões afastadas, e às fronteiras e, assim, ocupá-las a fim de coloniza-las, moderniza-las e evitar possíveis invasões e percas de territórios.

A “Marcha para o Oeste” não tinha só um papel colonizador desenvolvimentista, mas também de proteção para as fronteiras do país. Assim sendo,

não só o Território Federal de Ponta Porã foi criado, mas também outros territórios federativos, como afirma Santos (2016):

[...]a federalização de áreas fronteiriças do Território Nacional não foi uma política exclusiva do governo central para a região sul do antigo estado de Mato Grosso. Juntamente com o TFPP, foram criados mais cinco Territórios Federais, quais sejam o Território Federal do Iguazu, o Território Federal do Rio Branco, o Território Federal do Guaporé e o Território Federal do Amapá. (SANTOS. C, 2016, p. 19)

Estes demais territórios federativos não serão aqui abordados - visto não ser o foco do nosso objeto de estudo-, antes passaremos abordar em maior profundidade o Território Federal de Ponta Porã.

**Figura 01:** localização do Território Federal de Ponta Porã:



**Fonte:** Wikipédia, 2021. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Territ%C3%B3rio\\_Federal\\_de\\_Ponta\\_Por%C3%A3](https://pt.wikipedia.org/wiki/Territ%C3%B3rio_Federal_de_Ponta_Por%C3%A3) acessado em 17 de setembro de 2021.

Com o ato de criação dos territórios federais em 1943, e no intuito de orientar as ações dos administradores dos Territórios Federais de 1943, o governo de Getúlio Vargas projetou um plano de organização e desenvolvimento para essas unidades federativas.

Trazendo o discurso de progresso e civilização defendido pelo regime do Estado Novo, o território Federal de Ponta Porã teve três governadores, o primeiro foi o Coronel Ramiro Noronha, que governou durante treze meses, o segundo foi o Major José Guiomard dos Santos, que governou por apenas 3 meses, e o terceiro foi José Alves de Albuquerque, que governou por 10 meses.

Segundo Santos, C (2016)

Getúlio Vargas discursou, no Território Federal de Ponta Porã, em 27 de janeiro de 1944, sobre esse plano, que se resumia, em poucas palavras, em “sanear, educar e povoar”. A medida objetivava o fortalecimento político e econômico das zonas fronteiriças e pouco povoadas, incentivando a ocupação pelo trabalho produtivo, o que seria possível através da priorização de investimentos nas áreas da tríade: educação, saneamento e colonização. (SANTOS. C, 2016, p. 98)

Esta política de criação de territórios federais teve também associação com a criação das Colônias Agrícolas Nacionais (CAN), que tinham por objetivo estimular a apropriação de territórios rumo ao oeste e, “nesse contexto nacional o governo criou em 1943 a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) que estava localizada em áreas que até aquele momento eram conferidas à Companhia Mate Laranjeira (SANTOS. L, 2016). Segundo Pinto (2015, p. 55-56):

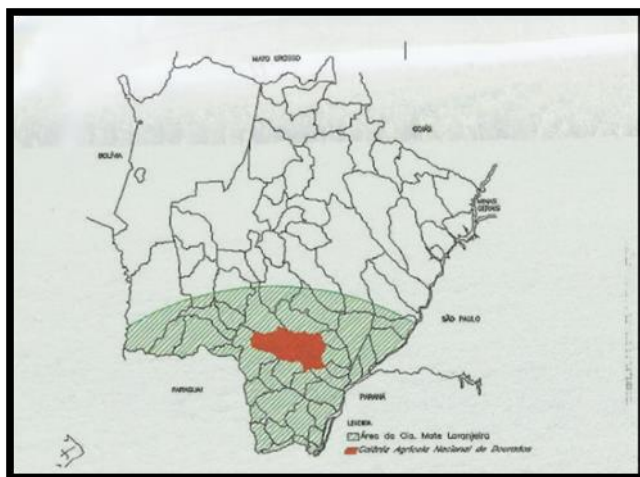
Este decreto tinha como objetivo fixar o homem no campo, por meio da pequena propriedade, voltada para a produção de bens agrícolas para o mercado, além de produzir para sua autossuficiência. Dentre as características das colônias agrícolas destacam-se: os lotes eram de 20 a 50 hectares e foram doados a famílias que não eram proprietárias de terras; também ofereciam trabalho a salário ou empreitada em obras ou serviços da colônia até a emancipação da colônia, assistência médica e outros.

Prosseguindo na discussão, Terra (2010, p. 65) afirma que:

A CAND ocupou uma área de 300.000 ha de terras, até então arrendadas pela Companhia Mate Laranjeira, da qual foram distribuídos, gratuitamente, 8.820 lotes para agricultores de baixa renda, compostos, em sua maioria, por nordestinos que se caracterizavam pela sua condição de pequenos arrendatários, meeiros e trabalhadores rurais, cujo sistema produtivo associava a cultura de subsistência feijão, arroz, milho e mandioca -, da qual o eventual excedente era encaminhado para o mercado, e culturas essencialmente comerciais, como o algodão e o amendoim.

**Figura 02:** localização territorial da CAND





**Fonte:** Smaniotto, 2007 apud Blog Geo Rural, 2010. Disponível em: <http://georural2010.blogspot.com/2010/06/colonia-agricola-nacional-de-dourados.html> acessado em: 17 de setembro de 2021.

Tanto o presidente Getúlio Vargas, quanto importantes setores do Estado Novo, percebiam que em decorrência da forte presença da Companhia Mate laranja na região, havia um empecilho à implementação desta política idealizada pelo regime, conseqüentemente, havia uma intensa dificuldade de seu povoamento e desenvolvimento.

Outra dificuldade encontrada na localidade era a presença de uma matriz populacional muito diversa, com pessoas e culturas de diferentes partes do país, além dos paraguaios que circulavam na região de fronteira livremente e se comunicavam em seu idioma, que era o guarani. Ademais, havia ainda uma forte presença da população do sul do Brasil que foi atraída pela extração da erva mate e acabou instalando-se nesse território. A esse respeito, Santos, C (2016,) afirma que:

Esta fronteira “guaranizada” manteve-se parte integrante do território brasileiro através das atividades desenvolvidas pela Companhia Mate Laranja e pela atuação guerreira dos pioneiros da fronteira, em especial, os migrantes gaúchos. Em contrapartida, o que mais se notava na fronteira era a falta de “representações de brasilidade” da sua população ou, como registram as autoridades e viajantes da época, a ausência de um “sentimento de nacionalismo” na região. (SANTOS. C 2016, p. 28)

A extinção do Território Federal de Ponta Porã veio após o fim do estado novo, em 1946, e a criação da Nova Constituição de 1946, trouxe consigo

significativas transformações na conjuntura da política nacional. Além deste, o Território Federal de Nova Iguaçu também foi extinto.

Pelo pouco conhecimento que se têm sobre a história deste território federal, ressaltamos que durante sua existência houve notáveis desenvolvimentos na região de sua abrangência, relacionados à infraestrutura, como construção de pontes, estradas e fontes de energia, na área de educação com a criação de escolas, nos campos da produção e da segurança e entre outros (SANTOS. L, 2016). Posto isso, a questão que se coloca, portanto, é compreender esse vasto território, ora denominado de Ponta Porã, como uma região demarcada por conflitos, tensões e grandes projetos de desenvolvimento, ou melhor dizendo, de exploração econômica.

Ressalta-se, ainda, como pudemos observar, que antes da própria constituição e criação do município, veio a exploração de grandes projetos na área, como a companhia Mate Laranjeira, a exploração da pecuária e dos projetos empreendidos por colonos migrantes do Sul do país. Posteriormente, com o esfacelamento do empreendimento da erva mate na localidade, essa ideia de exploração da terra não cessou. É o que veremos a seguir.

#### **1.4 Fazenda Itamarati**

A agricultura intensiva se desenvolveu inicialmente no sul e sudeste do país, porém, com a diminuição de espaços disponíveis para a produção agropecuária e a necessidade de expansão do território de produtividade agrícola, a produção é obrigada a se instalar em novos locais, é aí que ocorre a expansão agrícola em meados do século XX.

Sob esse aspecto, é relevante apontar que esses contextos locais de rearranjos econômicos e criação de novos espaços de exploração, estão vinculados à uma dinâmica externa, fruto do próprio fluxo e demandas do sistema capitalista com sua tendência de criar novas necessidades, novos mercados e novas circulações de mercadorias.

Diante disso, a segunda metade do século XX demandou aos capitais nacionais uma nova necessidade advinda do cenário internacional, fruto do pós-Segunda Guerra mundial e de um vertiginoso processo de globalização e aumento populacional: a produção intensa e em larga escala dos produtos do setor primário a

fim de abastecer as economias centrais com produtos que ajudassem na aceleração econômica desses países, bem como que aumentassem o fluxo dos produtos agrícolas à disposição.

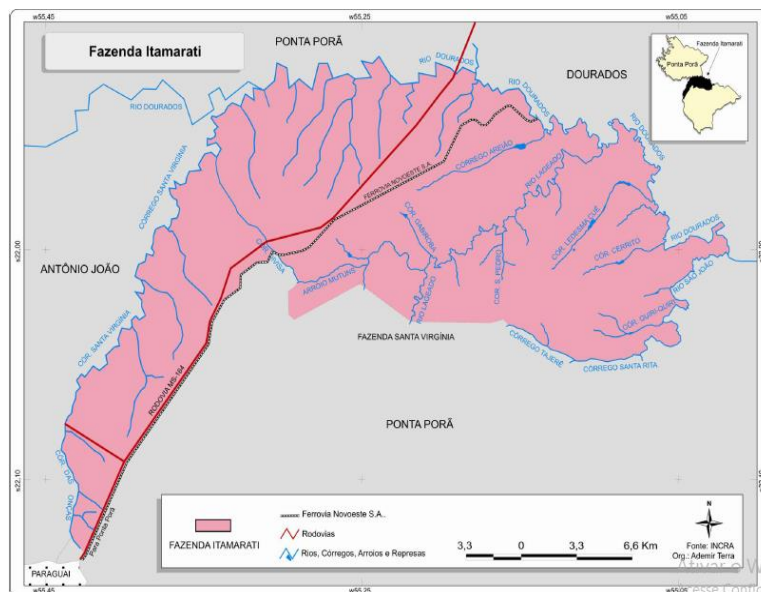
Seguindo essa tendência, os países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, vão se ajustar à essa demanda e, por meio de um intenso processo de expropriação camponesa e indígena, vai se intensificar por aqui a concentração de terras e à designação de grandes latifúndios para a produção monocultora de produtos agrícolas demandados pelo cenário externo: a soja, a cana-de-açúcar, o milho, a celulose, dentre outros.

Com relação a “otimização” e intensificação da produção, ficou à cargo de uma agenda liberal e estrangeira ora denominada de “Revolução verde”, que, “da noite para o dia”, fez desembarcar no Brasil maquinários, venenos agrícolas e sementes e produtos modificados que mudaram não apenas a forma de se produzir no país, mas também criou um fosso e tensões entre o “agronegócio” e os pequenos produtores agrícolas, camponeses e moradores do campo, alijados desse processo.

Nesse cenário, a economia sul-mato-grossense, agora inserida nesse processo, mas que até meados de 1960 foi baseada na produção de policulturas que tinham como base o trabalho familiar-, passou por transformações profundas e significativas com a expansão de lavouras de soja e trigo, que eram de interesse das agroindústrias, o que conseqüentemente mudou o perfil socioeconômico do estado, desencadeando, então, uma série de acontecimentos a partir dos anos 1960.

Foi nesse contexto que em 1973, o empresário Olacyr Francisco de Moraes implantou a Fazenda Itamarati. Atraído pelos baixos preços das terras, os terrenos propícios e extremamente férteis para plantio, principalmente da soja, e ainda tendo em vista o clima que era muito parecido com os da região sul do país, Olacyr adquiriu inicialmente 25.000 hectares que pertenceram à companhia Mate Laranjeira, mais especificamente, as partes pertencentes às ex-fazendas Santa Virgínia e Campanário. Mais tarde, tendo em vista o ótimo negócio que fez, o empresário decide expandir seu empreendimento e adquire mais 25.000 hectares em 1976, totalizando 50.000 hectares. No mapa 03 podemos observar a área total que passou a pertencer a Olacyr Francisco de Moraes.

**Mapa 03:** Fazenda Itamarati no município de Ponta Porã, MS.



Fonte: TERRA, 2010

Doze anos depois de sua implantação, no ano de 1985, a Fazenda Itamarati era muito bem estruturada e, com o intuito de atender aos seus funcionários, o fazendeiro instalou na fazenda uma escola com formação até o ensino médio, um templo ecumênico, campo de futebol, clube recreativo, um restaurante que fornecia alimentação para os funcionários solteiros e marmitas para os funcionários que estavam trabalhando no campo, horta comunitária, uma vaca mecânica que fornecia gratuitamente leite de soja aos trabalhadores, um hospital com dez leitos, sala de raio X e sala para pequenas cirurgias, supermercado, pomar, padaria, alojamento para os funcionários solteiros, e casas para funcionários com suas famílias. A estrutura foi tão diferenciada, que foi considerada um modelo para a região, segundo Tomascheski (2018, p. 30) “todos os equipamentos que garantiam uma vida digna, com cultura, lazer e fartura, infraestrutura que na época muitas cidades da região não possuíam”.

Além disso Teixeira, 1989 (apud Terra, 2010) afirma que:

A fazenda é dotada de um moderno laboratório de pesquisas, onde são feitas análises de solo, pesquisas de variedades de soja e trigo, atingindo o montante de 3.000 linhagens. Mantém pesquisas em convênios com a EMBRAPA e a Universidade Federal de Viçosa, investigando a colsa, o linho, a beterraba açucareira, a aveia preta, o milho, o feijão, o arroz e o sorgo (TEIXEIRA, 1989 apud TERRA, 2010, p. 73)

Mas como podemos imaginar, grandes empreendimentos trazem consigo também grandes desafios, e muitas vezes grandes problemas, desta forma, a Fazenda Itamarati começou a enfrentar grandes problemas – que, em grande medida, levaram à

ruína da Fazenda Itamarati. Entre os principais estavam “a falta de pagamento de um salário digno aos trabalhadores, a saída de muitos funcionários que tinham qualificação, a falta de recursos para cobrir dívidas, tecnologias já ultrapassadas que tinham alto custo de manutenção, entre outros”. (CORREIA, 2019, p. 22)

Toda essa conjuntura, aliada à diminuição da capacidade de funcionamento do empreendimento, levou a Fazenda Itamarati à constantes crises e, por fim, à negociação de dívidas com o governo federal para a venda da fazenda. Esse foi o desfecho final.

Nas negociações, o proprietário fez a proposta de venda de 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), a qual não foi aceita pelo governo. Então, no ano de 2000, a fazenda foi repassada ao banco Itaú como parte de pagamentos de dívidas de crédito rural.

Segundo Correia (2019, p. 22), “Olacyr negociou, em um primeiro momento, metade da fazenda; o banco Itaú, por sua vez, buscou interessados na propriedade, mas como não obteve sucesso procurou o governo e fez-lhe uma oferta”. Segundo Terra (2010, p. 81) o banco “entregaria metade das terras da fazenda por 27,6 milhões de reais a serem pagos em 15 anos, com Títulos da Dívida Agrária (TDAs)”.

A constituição do empreendimento desenvolvido pelo empresário Olacyr, e a criação da fazenda Itamarati, mostra a grandiosidade dos projetos executados na região, e aponta também que a sua dissolução está amparada, dentre outros motivos, na exploração da mão de obra e nos baixos pagamentos dos salários, levando, mais uma vez, à dissolução de um projeto empresarial.

A contradição do processo está em observar que, a despeito de todas as infrações cometidas pela empresa, dos volumosos processos trabalhistas e dívidas do empresário, a terra foi adquirida pela reforma agrária com o erário da União, que pagou enormes quantias ao banco Itaú e ao próprio fazendeiro, para ter a sua posse e repassá-la aos futuros assentados, ficando o fazendeiro no lucro - apesar de ter cometido diversas transgressões e de haver ficado em dívida com os bancos.

Sob esse aspecto, Stedile (2012) afirma que:

No caso brasileiro, a desapropriação se dá por meio de um decreto que transfere de forma compulsória a propriedade das terras para o Estado mediante indenização. Existe ainda a modalidade de compra negociada com o fazendeiro (decreto nº 433, de 24 de janeiro de

1992), em que se negociam valores de indenização sem que haja necessidade de decreto desapropriatório. (STEDILE, 2012, p. 659)

Assim, percebemos que a reforma agrária na Fazenda Itamarati foi feita por meio da modalidade de negociação com o fazendeiro, sem que haja a necessidade de um decreto desapropriatório, que é o caso intermediário citado pelo autor. Percebemos, ainda, que a contradição e injustiça permeiam a reforma agrária brasileira, pois independente dos danos sociais e ambientais que o fazendeiro tenha cometido, este sempre, de uma maneira ou de outra, será indenizado.

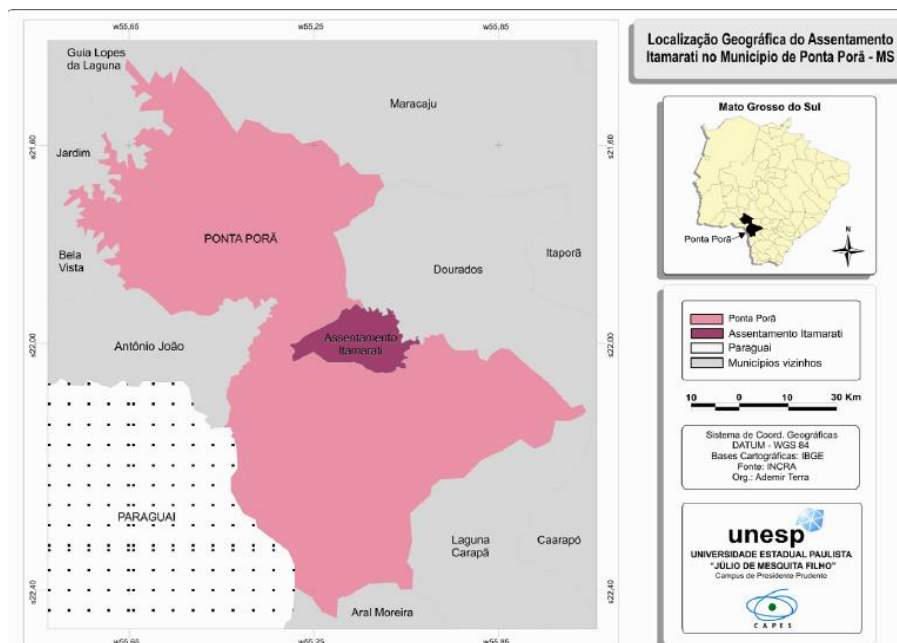
### **1.5 Assentamento Itamarati I e II**

Ao contrário do que aconteceu com outros assentamentos, tanto o Itamarati I quanto o Itamarati II não resultaram de ocupações das terras da Fazenda, visto que os sem-terra que estavam acampados à beira da rodovia, ao lado da fazenda, faziam mobilizações e manifestações na rodovia que cortava a fazenda para que suas demandas fossem atendidas (Correia, 2019).

Quando o governo adquiriu as terras - de metade da Fazenda Itamarati -, imediatamente repassou-as ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para que se iniciasse os processos de concretização dos assentamentos.

A partir disso, 1.143 famílias adquiriram uma parcela de terra e foram assentadas, passando a ser não mais “sem terras”, mas sim “assentados da reforma agrária”. E é com estas especificidades que se origina o assentamento “Conquista na Fronteira”, mais conhecido como Assentamento Itamarati I. No dia 24 de maio de 2004, o Governo Federal adquire a segunda parte da Fazenda Itamarati, que correspondia a 24.900 hectares por um valor de 165,3 milhões de reais, este adquirido diretamente de Olacyr de Moraes. Nascia assim, o Assentamento “Nova Conquista”, mais conhecido como Assentamento Itamarati II (Correia, 2019).

**Mapa 04:** localização do assentamento Itamarati I e II no município de Ponta Porã – MS

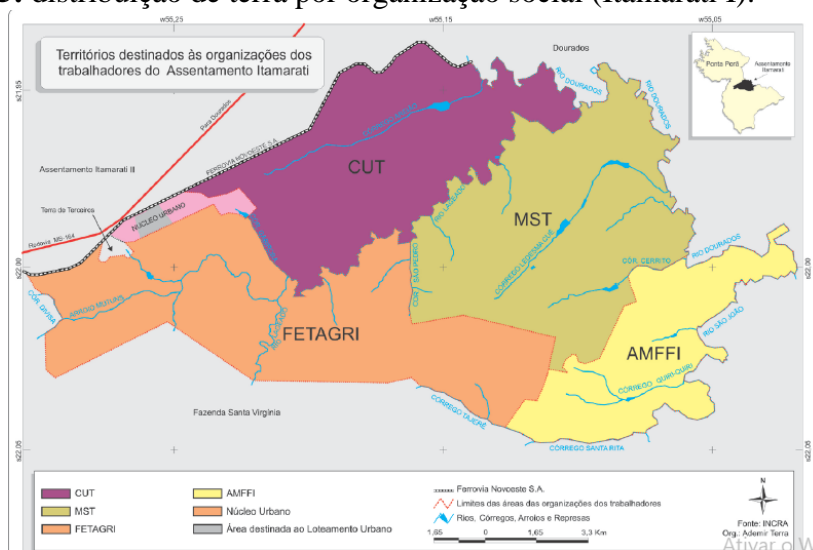


Fonte: TERRA, 2010

O assentamento Itamarati I está distribuído por organizações e movimentos sociais, e cada um deste constitui uma quantidade de famílias. Segundo Terra (2010, p. 155):

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), constituído por 320 famílias; a Central Única dos Trabalhadores (CUT), com 280 famílias; a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), com 395 famílias; e a Associação dos Moradores e Funcionários da Fazenda Itamarati (AMFFI), com 150 famílias

**Mapa 05:** distribuição de terra por organização social (Itamarati I):

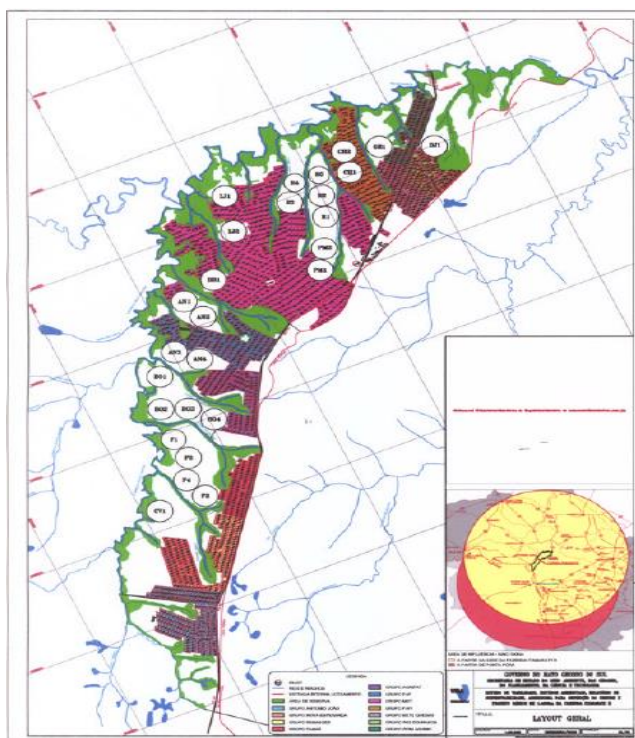


Fonte: Terra, 2010

O assentamento Itamarati II é distribuído da mesma maneira, segundo Pavão e Nobre (2005, apud TOMASCHESKI, 2018, p. 131):

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (588 lotes), CUT – Central Única dos Trabalhadores (270 lotes), FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura (588 lotes), FAF – Federação da Agricultura Familiar (150 lotes) e a FAFI – Funcionários da Associação Fazenda Itamarati (116 lotes) formada por ex-funcionários da extinta Fazenda Itamarati.

**Mapa 06:** assentamento Itamarati II



Fonte: Bellé, 2011

Os assentamentos em questão, contam com cooperativas e associações que auxiliam no escoamento da produção, acessando programas como PAA (Programa de aquisição de alimentos), PAA-CI (Programa de Aquisição de Alimentos – Compra Institucional), PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e também no início do assentamento, a maioria dos assentados acessaram o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

A partir de dados coletados na realização da pesquisa, constatou-se que as famílias assentadas produzem para sua subsistência e vendem o excedente para complementar a renda – apontado na literatura como uma característica típica das sociedades camponesas. A economia é variada, com a produção de hortifrutis para à



venda nos programas acessados através das cooperativas e, também, para a venda nas feiras do núcleo urbano dos assentamentos, além da cidade de Ponta Porã (a qual disponibiliza um ônibus para deslocar os produtores com seus produtos até a cidade, e no fim do dia traz de volta). Também há produção de bovinocultura leiteira, para produção de leite e seus derivados, e conta ainda com a produção de soja e milho, que é cultivado por arrendatários – que em alguns casos é executado por pessoas que são de fora do assentamento e, em outros, são assentados – ou pelos próprios assentados para consumo próprio no sítio e comercialização do excedente como fonte de verba extra para complementação de renda.

No que tange a estrutura, os assentamentos Itamarati I e II contam com três postos de Saúde, sendo estes: ESF (Estratégia Saúde da Família) SEDE, ESF AMFI ESF José Edson, e ESF CUT. Contam ainda com três escolas estaduais, duas escolas municipais, e 6 (seis) cooperativas de assentados da reforma agrária. No núcleo urbano há supermercados, lojas de vendas de roupa, farmácias, laboratório de análises clínicas, padarias, lojas de venda de materiais de construção, papelaria, veterinárias, ótica, casa de carnes, restaurantes, salões de beleza e cabeleireiros, estabelecimentos de rede de internet, casas de revenda de rações, casa de compra e venda de grãos, despachantes, mecânicas de carros e motos, além de locais de lazer como choperias, lanchonetes, casa de espetinhos, ginásio de esportes, dentre outros.

O assentamento conta ainda com um posto dos correios, locais de saque de dinheiro de bancos como, Banco do Brasil e Bradesco, uma subprefeitura e, ao lado da mesma, ainda há um espaço de lazer para as crianças que conta com balanços, escorregador, gangorra e outros brinquedos. Há também uma casa digital - que foi conquistada através MST -, e que hoje é administrada pela prefeitura. Sobre esta casa digital, destaca-se que a mesma oferece cursos de informática para as crianças e adolescentes da localidade. Vejamos na figura 03 um croqui – realizado em cima de uma imagem fotográfica - que demonstra a forma como estes empreendimentos se distribuem sobre o lugar:

**Figura 03:** Croqui do Núcleo Urbano dos Assentamentos



Fonte: realização própria com base em imagens do Google Maps. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Itamarati+-+Ponta+Por%C3%A3,+MS,+7990000/@22.194495,-55.5848074,2053m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x9462841338b29449:0x80c33d51a99cc4ef!8m2!3d-22.1864935!4d-55.595382> acessado em: 04 de outubro de 2021.

Pela figura 03 pode-se perceber que o núcleo urbano dos assentamentos possui uma estrutura que se assemelha a de uma cidade, com estabelecimentos capazes de suprir as necessidades básicas dos seus habitantes e, dessa forma, dirimir a necessidade de se percorrer uma distância de 45 km até a cidade de Ponta Porã. Porém, ainda há situações nas quais estes deslocamentos se fazem necessários, como saques em quantias de maior valor, questões que precisam ser resolvidas nos cartórios e postagem de documentos nos correios - são alguns exemplos.

No ano de 2015, através da lei 4.091 de 16 de março de 2015 que dispõe da criação do Distrito nova Itamarati no município de Ponta Porã, os assentamentos passam agora a ser distrito de Ponta Porã, pois sua população que no ano de 2012 já contava com quase 16 mil habitantes segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e segundo o mesmo, o recém distrito já é maior que alguns

municípios do estado, como Paranhos (14.404), Nioaque (13.862), Camapuã (13.693), Coronel Sapucaia (13.352) entre outros (Pereira, 2021, p. 88).

Segundo Barboza e Santos (2017):

A população do, agora, Distrito Nova Itamarati é tão relevante que, de acordo com o portal do INCRA, se fosse um município, ocuparia o 38º lugar entre os municípios mais populosos do Estado de Mato Grosso do Sul, ficando à frente de outras 41 cidades. (BARBOZA; SANTOS, 2017, n. p.)

Recentemente, também através do Programa Titula Brasil<sup>4</sup> foi realizado no distrito o georeferenciamento dos assentamentos, como também a coleta de documentação para futura titulação dos lotes de reforma agrária no atual distrito.

Os assentamentos são de extrema importância para a cidade de Ponta Porã, visto que sua produção ajuda no abastecimento de frutas, verduras, leite, queijos e derivados nos mercados e feiras da cidade. Além disso, no período da safra de soja e milho muitos empregos são gerados neste setor, ajudando a aquecer a economia local e a desenvolver o bem-estar do município e região.

---

<sup>4</sup> O programa titula Brasil foi criado no ano de 2021, no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, com o intuito de apoiar a titulação de assentamentos e de áreas públicas rurais da União e do Incra passíveis de regularização por meio de parcerias com os municípios.

Fonte: MDA/INCRA

Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/titulabrasil>

## **CAPÍTULO 2: AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA? ANALISANDO O CONCEITO**

*“O campesinato é um dos principais protagonistas da história da humanidade. Todavia, por numerosas vezes, em diversas situações, foram empreendidos esforços para apagá-lo da história”. (La Via Campesina, 2008, p. 22)*

Neste capítulo, debatemos sobre a constituição do campesinato, desde suas origens vinculada aos povos tradicionais – iniciada com as correntes migratórias dos povos da Europa e da África na construção dessa categoria – até sua metamorfose e atualização contemporâneas, como no caso da agricultura familiar, cuja expressão cultural e produtiva vincula-se ao universo campesino. Iremos ainda adentrar a um debate do qual a própria escrita da dissertação nos provoca: de qual tipo de agricultura estamos falando? A agricultura familiar, que é um modo mais moderno de se trabalhar em família no campo, ou da agricultura camponesa, que é aquele modelo mais ‘arcaico’ de produção, ou ainda uma possível terceira via, onde provocaremos uma discussão sobre a agricultura familiar/camponesa que é uma combinação destes dois modelos.

Nesse sentido, a discussão aqui proposta se faz necessária porque tendo em vista que a pesquisa tem como norte analítico compreender o acesso de famílias agricultoras da reforma agrária as políticas públicas do estado, percebeu-se, no transcorrer da coleta de dados, que essas famílias mesmo estando inseridas em uma profícua rede de interlocução com o estado, mercados consumidores e cooperativas, expressavam em suas simbologias e ordenamento do mundo ações de caráter mais tradicional, vinculados àquilo que se convencionou chamar de cultura camponesa.

### **2.1 Como se constitui o campesinato no Brasil**

A palavra camponês, para Martins (1981) é um termo que no Brasil vinha sendo utilizado há tempos, porém em cada local do território, de uma forma diferente, para alguns o caipira, para outros a caiçara, o taboréu, ou o caboclo, sendo este último, um termo pejorativo utilizado em épocas diferentes para sujeitos diferentes,

[...] em São Paulo do século XVII era a designação depreciativa pela qual se nomeavam os mestiços de índios e brancos; no Norte e

no Centro-oeste do país é palavra empregada para distinguir o pagão do cristão, sendo o nome que se dá ao índio, mesmo em contato com o branco; em várias regiões é palavra que designa o homem do campo, o trabalhador.” (MARTINS, 1981, p. 22)

Não há precisamente um marco que faça referência ao surgimento dos camponeses no Brasil, mas há alguns estudos que apontam para algumas vias que possam constituir a formação desta categoria. Seguindo essa perspectiva, Mario Maestri aponta:

Acreditamos que tenham sido sobretudo cinco as principais vias que levaram à formação do campesinato brasileiro propriamente dito, categoria que se encontra em acelerado processo de superação, devido a sua crescente submissão à produção e ao mercado capitalista. Ou seja: as vias nativa, cabocla, escravista, quilombola e colonial. O desconhecimento do caráter tardio e da fragilidade da formação da classe camponesa no Brasil tem dificultado a compreensão de aspectos determinantes da história nacional. (MAESTRI, 2012, p. 218)

Assim, podemos afirmar que não há aqui uma data precisa para o surgimento do camponês brasileiro, mas é possível encontrar elementos que apontem para os desdobramentos que originaram essa formação social específica.

Dito isto, o modo de produção nativo – e este em meados dos anos 1500, antes da colonização lusitana – estava baseado na horticultura, caça, pesca, e coleta de frutos. Estes povos eram os tupi-guarani. Outras comunidades de povos americanos que habitavam o território que atualmente está situado o Brasil viviam da caça, pesca e coleta, porém, ao terem contato com os povos tupi-guarani incorporaram também a horticultura (MAESTRI, 2012, p. 224). E o autor segue:

Os tupis-guaranis praticavam horticultura parcelar, familiar e extensiva de subsistência, em área florestal tropical e subtropical. Essa produção apoiava-se nos diversos tipos de milho (*Zea mays*), de feijão (*Phaseolus* e *Canavalia*), de batata-doce (*Ipomoea batatas*) e, sobretudo, de mandioca (*Manihot esculenta*) – raiz provavelmente originária do litoral tropical brasílico, rica em amido, excelente fonte de energia, base alimentar quase perfeita quando ingerida associada a alimentos ricos em proteína, como a carne. (MAESTRI, 2012, p. 225).

Estes povos e sua prática horticultora tinham um caráter itinerante, que era determinado por fatores geocológicos e, também, pelo nível de desenvolvimento civilizacional. Assim sendo, quando a caça, a pesca e a coleta ficavam escassas, e as condições higiênicas dos ambientes se degradavam, estas aldeias migravam para

alguns quilômetros de distância, onde se instalavam e recomeçavam o cultivo. Por este motivo, os seus cultivos eram de ciclos curtos.

Para Maestri, este modo de vida foi a mais elevada experiência protocamponesa de que se tem registro no território brasileiro, porém teve seu fim com a escravização dos produtores nativos, com a chegada da expansão da fronteira agrícola e dos latifúndios da coroa portuguesa (MAESTRI, 2012)

Sob esse aspecto, destaca-se que a escravização dos indígenas foi um duro golpe a esses povos, ocasionando, inclusive, na diminuição populacional desse segmento social em decorrência do contato com os não-indígenas – principalmente por causa das doenças e do modo de trabalho extenuante ao qual não estavam acostumados. “O trabalho sedentário e contínuo, as doenças adquiridas ao contato dos brancos, ou pela adoção - forçada ou espontânea - dos seus costumes, a sífilis, a bexiga, a disenteria e os catarros foram dando cabo dos índios: do seu sangue, da sua vitalidade, da sua energia” (FREYRE, 2006, p. 227).

Outra composição social que faz parte de nosso campesinato é aquela que Maestri vai classificar como caboclo. Este segmento era constituído por nativos semi culturados, que estavam mais familiarizados com o modo de produção latifundiário - e era justamente esta a diferença para o modo de produção dos nativos. Os caboclos produziam para a sua própria família e se instalavam nas periferias da sociedade, onde conseguiram lograr pequenas posses de terras, as quais eram suas por um período, e as quais não haviam adquirido, mas sim ocupavam e produziam por um tempo. Quando os donos da terra reivindicavam o espaço, eles migravam, mantendo ainda o costume nômade de seus antepassados.

Por este motivo, os caboclos tinham moradias que podiam ser construídas em poucos dias, as quais não necessitavam de pregos ou materiais semelhantes para serem construídas. Suas ferramentas eram poucas, e podiam ser carregadas nas costas de um homem. Estes construíam suas moradias com os materiais que o próprio espaço lhes oferecia, como madeiras e folhas para cobrir suas casas (MAESTRI, 2012). Assim, como não tinham uma cultura material, se apoiavam em religiosidade para resistir ao latifúndio, como afirma Maestri:

Em casos extraordinários, fenômenos ideológicos de cunho religioso e mágico funcionaram como vetores aglutinadores da resistência

cabocla diante da ameaça da perda das terras que controlava – Canudos, Contestado, Monges de Pinheirinho etc. A forma mística, mágica e religiosa que assumia a consciência dessas comunidades caboclas nascia do caráter rústico e limitado de sua cultura material, ensejando forma incompleta da transição de classe em si em classe para si (MAESTRI, 2012, p. 234)

Uma terceira formação social que ajudou a conformar o campesinato brasileiro, foi a população negra escravizada. Com a coerção dos camponeses livres e a necessidade de mão de obra para o trabalho pesado na *plantation*, nas sesmarias, a elite agrária, incentivada pelo estado, traficava africanos para que fizessem o trabalho pesado nas terras destinadas aos sesmeiros - como eram chamados os detentores das porções de terras nas capitânicas-. E, ainda, como afirma Maestri (2012):

Comumente, os ideólogos das classes proprietárias justificaram a introdução do trabalhador negro-africano escravizado nas Américas a partir das pretensas dificuldades ou impossibilidades do europeu e do índio de se submeterem ao trabalho físico sistemático sob o clima tropical, o primeiro por questões biológicas, o segundo por questões culturais. O negro-africano, ao contrário, seria produtor naturalmente predisposto ao trabalho duro sob tais condições. (MAESTRI, 2012, p. 237)

Os escravizados que trabalhavam nas terras estavam submetidos a um regime de trabalho rústico e com materiais muito reduzidos que dificultavam sua rotina nas imensas plantações dos canaviais e demais culturas agrícolas exploradas por aqui.

Uma questão interessante de se ressaltar, é que a *plantation* - enquanto sistema de produção dominante no período colonial -, abarcava a totalidade da vida dos escravizados, inclusive sua sociabilidade – uma vez que era proibido a criação de vínculos entre este segmento populacional, bem como a livre organização social e de produção. Porém, estes trabalhadores escravizados procuravam resistir de variadas formas e manter pequenas produções policultoras que eram cuidadas aos domingos, o uso destas terras, no entanto, estava condicionada ao vínculo de trabalho com o patrão, que não garantia sua continuidade (WANDERLEY, 2014).

Contudo, estas produções estavam condenadas pelo alto preço dos insumos para à produção e, também, pela aceleração do trabalho nas *plantations*. Em decorrência *disso*, as produções eram muito pequenas, e quase insignificantes na história do campesinato no Brasil – porém, muitos dos escravos as praticavam. Mais

tarde, com a abolição da escravidão, parte desses ex-escravizados de práticas camponesas se juntaram aos caboclos.

Havia ainda a produção dos povos quilombolas, que eram escravos que fugiam de seus senhores e se organizavam em grupos, nos sertões, chamados de quilombolas, mocambos, ou palmares, estes grupos de escravos fugidos produziam nas periferias das cidades ou nas florestas, praticando o plantio e produção para subsistência de seu povo. Plantavam roçados de amendoins, aboboras, cana-de-açúcar, batata doce, feijão, entre outros, praticavam a caça, a pesca e a coleta, e, além disso, criavam pequenos animais, como porcos, galinhas e cabras (MAESTRI, 2012). Os excedentes de suas produções negociavam com mascates, nas vilas mais próximas ou nas fazendas que ficavam perto dos quilombos. Segundo Maestri (2012)

A economia quilombola assemelhava-se essencialmente à produção cabocla – coivara; rusticidade das ferramentas; inexistência da tração animal; domínio da produção de subsistência; plantas de ciclo rápido; deslocamento das aldeias etc. Também ela não construía laços profundos e essenciais com a terra ocupada, que podia ser abandonada, sem maiores traumas, por uma outra região. (MAESTRI, 2012, p. 247)

De forma mais organizada, o campesinato no Brasil consolida seu surgimento na região sul, quando a coroa portuguesa prometeu a camponeses europeus migrantes pequenos lotes de terra que eram localizados onde a exploração agrícola e pastoril latifundiária não era possível, para que estes pudessem produzir de maneira policultora. Com a instalação destes camponeses europeus, tinha-se por objetivo promover a agricultura de policultivo que fosse capaz de abastecer as capitais e os latifúndios, em gêneros alimentícios dos mais diversos, os quais eram caros e escassos. Além disso “criar homens livres para os exércitos imperiais; consolidar a ocupação do território; desenvolver população livre de pequenos proprietários que fizesse contraponto à população escravizada” (MAESTRI, 2012, p. 256).

Sobre os imigrantes que chegaram ao país, o autor segue:

Em fins de 1819, chegam as primeiras levas de emigrantes suíços destinados à colônia de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro. Porém, é sobretudo após a independência do Brasil, em 1822, que camponeses europeus arrendatários, jornaleiros rurais ou com propriedades minúsculas partiram para o Brasil atraídos pela promessa de terra. No início do século 19, a vaga migratória foi constituída sobretudo



por suíços e alemães; a partir de 1875, avolumaram-se os imigrantes chegados do Norte da Itália; em inícios do novo século, foi a vez dos poloneses. Porém, também partiram para o Brasil austríacos, belgas, judeus, russos, ucranianos etc. (MAESTRI, 2012, p. 256)

Com isso, podemos perceber que em toda a história do Brasil sempre se fizeram presentes os camponeses e, de uma maneira ou de outra, sempre estiveram no seio da história, alimentando o seu povo e os seus patrões, “é aliás o que basicamente caracteriza os camponeses brasileiros durante todo esse tempo, como produtores de gêneros alimentícios de consumo interno ‘lavoura de pobre’ como ainda hoje se costuma dizer” (MARTINS, 1981, p. 39), porém estes nunca foram os protagonistas, sempre apareceram coadjuvantes de uma história que sempre foi contada pelas elites: “o campesinato é um dos principais protagonistas da história da humanidade. Todavia, por numerosas vezes, em diversas situações, foram empreendidos esforços para apagá-lo da história”. (La Via Campesina, 2008, p. 22)

Assim, todos estes povos têm uma relação entre si – um é seguimento do outro – e mesmo que não tenham uma ligação direta pela ancestralidade, possuem uma relação óbvia: a produção de alimentos diversos para a subsistência de seu povo e dos demais povos que habitam determinada região, e a comercialização ou troca do excedente para suprir as necessidades para além da alimentação.

A produção de alimentos feita pelos camponeses sempre foi cultivada em pequenos pedaços de terra, que na maioria dos casos não lhes pertenciam, de forma que esse aspecto se distingue como uma das suas principais características: plantar em pequenos espaços de terra, com uma produção não tão grande, porém bastante diversificada, que pudesse prover a alimentação e subsistência da população.

Wanderley (2014) discute que no caso do campesinato no Brasil, a agricultura está historicamente ligada a grandes latifúndios e ao sistema de trabalho escravo, mesmo após o término do período colonial, e que nem mesmo isso impediu que pequenos grupos de camponeses ou mesmo individualmente famílias cultivassem pequenas áreas de terras, seja dentro das grandes plantações, ou nos extremos das mesmas, já fora dos limites da propriedade, e afirma:

Pode-se, assim, afirmar que as particularidades acima referidas resultam das estratégias de resistência camponesa ao modo como se estruturou a atividade agrícola no país, desde seus primórdios, sob o domínio dos grandes empreendimentos e de sua capacidade de criar

espaços para uma outra agricultura, a de base familiar e comunitária.  
(WANDERLEY, 2014, p. 27)

O campesinato, portanto, permaneceu e resistiu, a despeito dos anúncios de seu possível fim em decorrência da submissão do campo à cidade e a intensificação da modernização da agricultura em meados do século XX. Como nos alerta a pesquisadora Wanderley (2003), essa perspectiva de fim do campesinato, é uma interpretação equivocada.

Frisamos aqui que o campesinato, como o conhecemos, é permeado pela conexão de todos os modos de produção citados anteriormente, atualizados por essa diversidade populacional brasileira, a saber: indígenas, negros e os migrantes estrangeiros que para cá vieram. Assim sendo, a seguir, nos debruçaremos sobre como se aplica a agricultura familiar nestes termos do campesinato no Brasil. Isso porque, como destaca Wanderley (2003, p. 45-46),

É possível entender o campesinato em duas dimensões distintas, porém complementares. Em primeiro lugar, o campesinato se constitui historicamente como uma civilização ou como uma cultura. Henri Mendras se refere a uma civilização camponesa, cujas dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais são de tal forma entrelaçadas que mudanças introduzidas em uma delas afetam, como num jogo de cartas, o conjunto do tecido social (Mendras, 1984). Para Mendras, o campesinato está sempre associado a sociedades camponesas, não se reduzindo apenas a uma forma social de organizar a produção, nem a um tipo de integração ao mercado. Marcel Jollivet avança o debate, ao articular essas “coletividades rurais” ao processo de transformação da sociedade em seu conjunto (JOLLIVET, 2001). O olhar do sociólogo deveria buscar compreender, para além da simples análise de sua dinâmica interna, a incidência local das lutas sociais mais gerais da sociedade em cada momento do processo histórico. É preciso insistir que, pela sua própria natureza, o campesinato tradicional não constitui um mundo à parte, isolado do conjunto da sociedade. (...) Dessa forma, o processo de transformação do campesinato não pode ser entendido como a passagem de uma situação de isolamento social e de exclusão do mercado, para outra de integração econômica e social no conjunto da sociedade. (...) Em segundo lugar, o campesinato pode ser visto de uma maneira mais restrita, como uma forma social particular de organização da produção. Fala-se, neste caso, de uma agricultura camponesa, cuja base é dada pela unidade de produção gerida pela família. Esse caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica. (...) Evidentemente, essas duas abordagens não são antagônicas, uma estando imbricada na outra.

## 2.2 Como se constitui agricultura familiar

Para iniciarmos esta discussão sobre agricultura familiar, precisamos trazer conceitos que elucidem a categoria à qual estamos nos referindo e, nesse sentido, agricultura familiar é entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, executa os trabalhos no estabelecimento produtivo, ou seja, é dona da terra e nela trabalha, e tira da mesma o seu sustento (WANDERLEY, 1996; NEVES, 2012). Desta perspectiva, podemos afirmar que “a exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família” (LAMARCHE, p. 15).

Assim, a agricultura familiar é um conceito que vem se consolidando não só como abstrato, “mas como realidade objetiva, de formas de vida que se organizam diante de uma realidade intensamente industrial, urbana e capitalista, que nega e tem dificuldade em reconhecer o rural enquanto espaço de vida” (GHIZELINI; ARAGUÃO, 2019, p. 91).

Este modelo de produção tem, entre suas especificidades, uma maneira diferente de organização, no qual aqueles que fazem os trabalhos na unidade familiar não podem ser dispensados - como ocorre no trabalho assalariado -, por serem membros da família ou agregados, de forma que: “as tarefas produtivas voltam-se para suprir as necessidades do núcleo familiar, no interior do qual se realizava uma rústica divisão sexual e etária de tarefas” (MAESTRI, 2012, p. 261).

Para que o trabalho familiar seja produtivo e socialmente justo no seio familiar

Neves (2012) afirma:

[...] quando a concepção de família integra a prática de seus membros como partes da unidade de produção, rendimentos e consumo, e, em certos domínios da vida social, irmana os afiliados enquanto coletivo; ou, por contraposição analítica, quando os familiares se orientam por valores individualizantes, exigindo negociações que abarquem projetos individuais e coletivos. (NEVES, 2012, p. 33)

Todas essas questões culturais, de produção e de centralidade da unidade familiar, apontam para o fato de que o agricultor familiar possui pontos de ruptura e

continuidade com as discussões mais tradicionais sobre o campesinato. Seguindo essa linha de raciocínio, Wanderley (2003) afirma que:

O agricultor familiar é, sem dúvida, um ator social do mundo moderno, o que esvazia qualquer análise em termos de decomposição do campesinato, mas, como afirma Marcel Jollivet (2001: 80), “no agricultor familiar há um camponês adormecido” (Aliás, um camponês bem acordado). Assim, o que concede aos agricultores modernos a condição de atores sociais, construtores e parceiros de um projeto de sociedade – e não simplesmente objetos de intervenção do Estado, sem história – é precisamente a dupla referência à continuidade e à ruptura (WANDERLEY, 2003, p. 47).

Em grande medida, Wanderley (2003) aponta, essa ruptura liga-se à própria dinâmica da sociedade atual, em que as interações com as sociedades englobantes se materializam em patamares não vivenciados anteriormente. Já a continuidade, diz respeito ao fato de que esse agricultor é camponês, no sentido de que possui uma relação cultural e de lógica de organização da produção advinda das sociedades campesinas historicamente analisadas na literatura. Assim, para ela:

Não é mais possível explicar a presença de agricultores familiares na sociedade atual como uma simples reprodução do campesinato tradicional, tal como foi analisado pelos seus “clássicos”. Esteve e está em curso, inegavelmente, um processo de mudanças profundas que afetam precisamente a forma de produzir e a vida social dos agricultores e, em muitos casos, a própria importância da lógica familiar. Porém, parece evidente, como já foi dito, que a “modernização” dessa agricultura não reproduz o modelo clássico (refiro-me aqui aos outros “clássicos”) da empresa capitalista, e sim o modelo familiar. Mesmo integrada ao mercado e respondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é anódino e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando – em proporções e sob formas distintas, naturalmente – as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido. Esse agricultor familiar, de uma certa forma, permanece camponês (o camponês “adormecido” de que fala Jollivet) na medida em que a família continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção e de reprodução e a instância imediata de decisão (WANDERLEY, 2003, p. 48).

Concordamos assim com Ghizelini e Araguão (2019), quando analisam a mesma autora, e afirmam:

Apesar de o que identificamos como agricultura familiar, hoje ser em grande parte diferente do observado no conjunto do campesinato, em décadas passadas, ainda assim se trata de um ator social que tem uma história, não foi simplesmente criado pelo Estado, e essa história é justamente marcada por um passado camponês. A esse ponto é que se refere sua hipótese de trabalho: a de que não ocorreu no Brasil rupturas definitivas (um rasgo de tempo do campesinato para a agricultura familiar), mas de que devemos tratar de pontos de rupturas e convergências, de continuidade entre o passado e o presente (GHIZELINI E ARAGUÃO, 2019, p. 94).

E é justamente aqui nosso ponto de identificação para com o tipo de agricultor que tratamos neste trabalho de dissertação, e que poderemos chamar de agricultor familiar camponês, que é aquele agricultor que tem por base o trabalho familiar, que tem o trabalho na terra como principal fonte de renda, e conserva costumes e tradições de suas gerações passadas – o cuidado com biodiversidade por exemplo – e que, paralelamente, vem se adaptando aos modelos modernos – como a mecanização e a venda dos produtos para mercados institucionais, por exemplo.

Para fins institucionais, o reconhecimento da agricultura familiar no Brasil, deu-se após a realização de um estudo técnico pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em cooperação com as Organizações das Nações unidas para Alimentação e Agricultura (FAO/ONU) no início da década de 1990. Os resultados destes estudos foram publicados em forma de relatório em 1994, tratando sobre Diretrizes de Política Agrária e desenvolvimento sustentável para o país.

Foi a partir desse momento, que o segmento de agricultores familiares ganhou mais visibilidade e passou a ter mais participação nas políticas públicas desenvolvidas para o espaço rural (AZEVEDO; PESSÔA, 2011). Assim sendo, o “agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna e, de uma certa forma, ele resulta da própria atuação do Estado” (WANDERLEY, 2003 p. 44).

Foi ainda este relatório que criou embasamentos para a definição de Agricultura Familiar, com três principais características:

- a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantém entre si laços de sangue ou casamento;
- b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família;
- c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos

responsáveis pela unidade produtiva (INCRA/FAO, 1996, p. 4 apud GHIZELINI; ARAGUÃO, 2019, p. 97-98)

No que diz respeito à produção saudável de alimentos a agricultura familiar é reconhecida pela própria Organização das Nações Unidas (ONU), uma das organizações internacionais que asseguram a competência desse modo de fazer agricultura e sua importante contribuição para a soberania alimentar dos povos, na geração de renda e empregos no campo, ao mesmo tempo em que se caracteriza por ser uma forma de produção que tem em suas bases a perspectiva de ser “socialmente justa, economicamente viável e ambientalmente sustentável”(GHIZELINI; ARAGUÃO, 2019, p. 91). Nesses termos, a soberania alimentar, a qual nos referimos, é um conjunto de políticas públicas e sociais que garantem que uma determinada nação produza os alimentos necessários e suficientes para a sobrevivência da sua população (STEDILE; CARVALHO, 2012). E segue:

Os conceitos de soberania alimentar e de segurança alimentar têm sido defendidos nas últimas duas décadas como medidas públicas necessárias para combater os problemas mais trágicos da humanidade: a fome, a desnutrição e a alimentação aquém das necessidades básicas para a sobrevivência digna. (STEDILE; CARVALHO, 2012, p. 715)

Como pudemos perceber, a agricultura familiar não tem um conceito consolidado, porém, tem fatores sólidos que a identificam. Para que esta agricultura possa se concretizar, as famílias necessitam de espaços de terra que sejam seus, para que possam nelas trabalhar e fazer a produção e reprodução da agricultura na unidade produtiva.

Em vista disso, em vários lugares é necessário apoio do Estado, que desapropria latifúndios e assenta neles as famílias, que serão responsáveis pela agricultura familiar, transformando um espaço socialmente “vazio”, em terras de Reforma agrária, e assim se cumpra seu papel social para com a sociedade.

### **2.3 Reforma agrária: situando o debate no Mato Grosso do Sul**

Os movimentos sociais do campo sempre lutaram para desapropriar grandes latifúndios e dar lugar à reforma agrária, para que a terra cumpra seu papel social com a sociedade, e no lugar de grandes extensões de terras que eram habitadas por

monoculturas vegetais ou animais, deem lugar às famílias que irão viver na terra, produzir e reproduzir suas culturas, costumes e serão responsáveis pela produção saudável de alimentos.

Conceitualizando o termo Reforma Agrária, utilizamos a discussão de Stédile (2012, p. 657) que afirma ser “um programa de governo que busca democratizar a propriedade de terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer, produzir e dela usufruir”. O autor segue na discussão afirmando que para que a reforma agrária aconteça, a desapropriação de latifúndios é o instrumento jurídico mais utilizado. O mesmo consiste em desapropriar grandes extensões de terras que pertencem a uma pessoa física ou jurídica e fazer a distribuição da mesma para camponeses sem-terra, assalariados rurais em geral e pequenos agricultores com pouca terra.

Um segundo instrumento utilizado é a expropriação ou confisco, que consiste em transferir a titularidade da propriedade do fazendeiro para o Estado sem que este precise pagar alguma indenização – de valores - ao fazendeiro (STÉDILE, 2012). Há também casos intermediários onde a titulação da propriedade passa para o Estado, este não paga pelas terras, mas indeniza o fazendeiro por benfeitorias feitas na propriedade. No Brasil, a desapropriação é realizada por meio de um decreto que transfere a titulação da propriedade em caráter obrigatório para o Estado, por meio de indenização. Há também a modalidade de compra negociada com o fazendeiro – este um decreto: decreto nº 433 de 24 de janeiro de 1992 – que consiste em negociar valores de indenização sem haver a necessidade de um decreto de desapropriação (STEDILE, 2012, p. 658).

Analisando as experiências de reforma agrária em outros países, Stédile afirma que esse mecanismo de distribuição de terras se divide em sete tipos (STEDILE, 2012, p. 658): a reforma agrária clássica, é aquela que ocorre em tempos de industrialização e consiste em programas de governos burgueses que desapropriam e distribuem de forma massiva terras de latifúndio; a reforma agrária anticolonial, que é aquela que consiste em desapropriar latifúndios subalternos às metrópoles e que as redistribui entre camponeses locais; a reforma agrária radical, é aquela que busca acabar com o latifúndio, esta desapropriação e redistribuição é feita pelos próprios camponeses; a reforma agrária popular, é aquela em que um governo popular faz alianças com os camponeses, desta forma realizando a desapropriação das terras de

latifúndio e distribuindo as mesmas de forma massiva aos camponeses; a reforma agrária parcial, é aquela em que governos de cunho burguês se aliam ao imperialismo para redistribuir terras, mas a mesma não é feita de forma total, pois esses governos são compostos por oligarquias rurais; por fim, o Stédile cita a reforma agrária de liberação nacional, basicamente constituída nos países da África, no contexto das vitórias a partir da década de 1960 em que os governos se apoderavam das terras dos fazendeiros brancos e as distribuía para comunidades e líderes tribais.

Stédile (2012, p. 663) afirma, ainda, que levando em conta a definição e os tipos de Reforma Agrária, a mesma nunca ocorreu no Brasil, e que por isso há grandes concentrações de terras que cada vez mais tendem a se aglutinar aumentando o território do agronegócio. Segundo o autor:

Com base na definição de Reforma Agrária e nas tipologias ocorridas nas experiências históricas dos povos, pode-se concluir que no Brasil nunca houve um processo de Reforma Agrária. Por isso, a concentração da propriedade da terra aumenta a cada ano, como resultado da lógica de acumulação de capital (STEDILE, 2012, p. 663).

Ainda assim, podemos afirmar que no Brasil de uma maneira ou outra, foram criados assentamentos de Reforma Agrária. Os assentamentos são conceituados como a transferência e alocação de um grupo de pessoas ou famílias sem-terra, ou com pouca terra, em algum imóvel rural específico para que estes construam ali uma nova unidade produtiva que seja diferenciada (LEITE, 2012). No território em que estes assentamentos se instalam, é notável as transformações que ocorrem, principalmente no que tange à preservação e reconstrução do meio ambiente e à soberania alimentar, pontos estes que conflitam com o modelo capitalista latifundiário (Pereira, 2012, et. al.).

No quadro 01, organizada pela autora com base no boletim DATALUTA, podemos observar o número total de assentamentos por regiões do país com o recorte temporal entre os anos de o ano 1979 até 2017:

<b>QUADRO 01: NUMERO DE ASSENTAMENTOS NO BRASIL: 1979 – 2017</b>			
<b>Região</b>	<b>Assentamentos (n°)</b>	<b>Famílias (n°)</b>	<b>Área (ha)</b>



<b>Norte</b>	2.163	504.073	61.137.402
<b>Nordeste</b>	4.330	357.778	10.468.295
<b>Centro oeste</b>	1.264	162.700	8.018.496
<b>Sudeste</b>	857	56.232	1.483.495
<b>Sul</b>	837	40.192	897.823

**Fonte:** elaboração própria com base em Boletim DATALUTA, 2019, n° 133.

Nos dados do quadro 01 podemos perceber que a região Centro Oeste, onde se localiza o estado de Mato Grosso do Sul (MS), está em terceiro lugar em número de assentamentos. No que tange ao estado em questão, revisamos um painel do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, que teve sua última atualização em 2017, e os dados coletados mostram o número de assentamentos no estado, com um total de 27.764 famílias assentadas, em 204 assentamentos criados, que corresponde a uma área total de 716.212,19 hectares (ha) (INCRA, 2021).

As lutas pela terra em MS são antigas, o que demonstram que a estrutura fundiária que neste estado é altamente concentrada, e este modelo se deve ao processo como se deu a ocupação de terras, isto é, quando o próprio estado promoveu a transferência e/ou venda de grandes extensões de terras que eram do poder público para grandes proprietários latifundiários, e desta forma a estrutura fundiária em MS já nasce concentrada (FABRINI, 2008).

Mas com esta grande concentração de terras, nasce também a luta popular para que fosse feita a reforma agrária de terras que não cumpriam seu papel social, em outras palavras, não produziam alimentos para alimentar a sociedade combatendo a fome, a desnutrição e outros problemas que são acarretados pela falta de uma alimentação adequada.

Desta forma, um dos primeiros conflitos agrários que contou com a organização dos trabalhadores rurais foi um conflito no ano de 1979, que foi ocorrido entre arrendatários e proprietários das fazendas Entre Rios, Agua Doce e Jequitibá, no município de Naviraí, no qual 250 famílias de arrendatários entraram na justiça contra os proprietários destas fazendas, através do advogado Joaquim das Neves Nortes, estes denunciavam as constantes ameaças e despejo de famílias pelos proprietários, e

reivindicavam a permanência nas terras por mais três anos, conforme o estatuto da terra. O processo se estendeu até meados de 1980, culminando com o ganho de causa para os arrendatários e morte do advogado que representava os mesmos, Joaquim das Neves Nortes. (CORTEZ, 1985, apud FREITAS, 2019). “Após este episódio o governo estadual lançou um projeto que visava dar assistência ao pequeno produtor, comprovando a eficácia das ocupações no atendimento das demandas sociais” (FREITAS, 2019, p. 13 – 14).

Outro conflito que marca a luta pela terra no estado se dá em abril de 1984, quando cerca de 1500 famílias ocupam a gleba Santa Idalina no município de Ivinhema, MS. Esta ocupação marca a luta pela terra em MS pelo fato de haver um conflito entre os trabalhadores e a polícia, e porque a partir daí camponeses e trabalhadores deram início às organizações de lutas pela terra no Estado de MS (MELO, 2017). Após este conflito, registros assinalam para 604 ocupações de 1988 a 2014 em MS, nas quais 92.226 famílias estiveram envolvidas.

Os movimentos que organizavam os trabalhadores eram principalmente três, sendo estas 72 ocupações feitas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), com 23.473 famílias; 118 ocupações do movimento indígena, com 8.098 famílias e, por fim, a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Não podemos deixar de lembrar aqui que lutas anteriores a estas já foram travadas entre os latifundiários e os indígenas, pois é sabido que os povos tradicionais lutam há séculos por seus territórios, e resistem ao agronegócio, sua territorialização e expansão (MELO, 2017).

O Centro-Sul de MS, foi responsável pelo maior número de ocupações desde 1988 a 2014, destacando os municípios de Sidrolândia (36 ocupações), Itaquiraí (35 ocupações), e Ponta Porã (34 ocupações) (MELO, 2017).

De acordo com pesquisas realizadas por Melo (2017), diante destas ocupações – principalmente entre os anos de 1998 a 2000 – o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) criou várias medidas provisórias criminalizando as ocupações, tendo atingido diretamente a forma de atuação dos movimentos sociais, principalmente do MST, visto que sua principal forma de mobilização eram as ocupações:

A medida provisória 2.027-38, de 4 de maio de 2000, criminalizava a principal ação dos movimentos socioterritoriais, principalmente o

MST, pois paralisava o processo de desapropriação o imóvel fosse ocupado. Desta maneira, a medida provisória, em seu artigo segundo, sexto parágrafo, afirmava; “O imóvel rural objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado nos dois anos seguintes à desocupação do imóvel” (BRASIL,2000). (MELO, 2017, p. 145)

Neste contexto de criminalização das ocupações de terra, os movimentos sociais veem a necessidade de mudar sua forma de pressão. E é o que podemos perceber que aconteceu nos Assentamentos Itamarati I e II, visto que as famílias passaram a pressionar de forma organizada, não ocupando a fazenda, mas sim fechando rodovias e pressionando através de reuniões com representantes do INCRA e outros órgãos. O que deu certo, e resultou na criação dos assentamentos aqui pesquisados, como pudemos acompanhar anteriormente no texto.

Com as famílias já assentadas e minimamente instaladas no lote, o foco se direcionou para a organização no formato de cooperativas, no intuito de se conseguir acessar políticas públicas que auxiliassem na permanência e no fortalecimento da agricultura familiar. Nasceram, assim, algumas importantes cooperativas no assentamento Itamarati I e II, que com a intenção de acessar as políticas públicas, se tornarão cada vez mais o elo entre os assentados e o Estado. Falaremos um pouco mais sobre essa operacionalização no capítulo a seguir. Com o objetivo de aclarar o significado de políticas públicas, nos ateremos nesse debate.

### **CAPÍTULO 3 - O PANORAMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO ITAMARATI – I e II: O PAA – DS, PAA-CI, PNAE**

*Arroz deu cacho e o feijão floriô,  
milho na palha, coração cheio de amor.  
Povo sem terra fez a guerra por justiça  
visto que não tem preguiça este povo de pegar  
cabo de foice, também cabo de enxada  
pra poder fazer roçado e o Brasil se alimentar.  
Com sacrifício debaixo da lona preta  
inimigo fez careta mas o povo atravessou*

*rompendo cercas que cercam a filosofia  
de ter paz e harmonia para quem planta o amor.  
Erguendo a fala gritando Reforma Agrária,  
porque a luta não para quando se conquista o chão  
fazendo estudo, juntando a companheirada  
criando cooperativa pra avançar a produção.  
Musica: Floriô. Letra: Zé Pinto*

Neste capítulo, o objetivo será analisar as políticas públicas de fortalecimento da reforma agrária que incentivam a permanência dos assentados no lote e, conseqüentemente, desenvolvem seus lugares de moradia, sua comunidade e o próprio assentamento – Itamarati I e II -, bem como a cidade de Ponta Porã.

Para isto, inicialmente, o foco será debater o conceito de políticas públicas, para, em seguida, realizar uma tentativa de aproximação entre a teoria e a prática, por meio dos elementos levantados na fase da pesquisa de campo. Fazemos ainda uma pequena análise com os assentados que não plantam produtos para a venda, que produzem somente para subsistência, que arrendam seus lotes ou mesmo evadem do lote para as cidades.

### **3.1 Políticas públicas e agricultura familiar no lugar da pesquisa**

Com a intensa criação de assentamentos entre as décadas de 1990 e 2000, intensificou-se também a necessidade de criar políticas que trouxessem modos de permanência no campo e desenvolvimento do meio rural. Porém, em grande medida, o INCRA – órgão responsável por fiscalizar e gerir os espaços de assentamentos da reforma agrária – não dava conta de efetivar a organização desses espaços para além da “conquista do lote”. Diante desta situação, coube ao Estado – de maneira mais geral - estipular políticas públicas de desenvolvimento para o meio rural.

Mas, como são definidas políticas públicas?

Para Molina (2012) estas significam o ‘estado em ação’, são formas que o estado encontra para agir mediante programas que tem por objetivo dar materialidade aos direitos constitucionais por meio de políticas públicas, dando ênfase principalmente aos direitos que são “definidos no artigo 6º da constituição federal brasileira de 1988: educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência

social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados” (MOLINA, 2012, p. 588), pelo fato de que estas políticas são organizadas pelo estado para garantir os direitos sociais da população - estas muitas vezes são chamadas de políticas sociais.

Souza (2007), no entanto, afirma que não há um conceito ou uma definição clara do que sejam as políticas públicas.

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. (SOUZA 2007, p. 24)

Ressaltamos, ainda, que as políticas públicas emergem de uma problemática e demandas de determinados grupos sociais – como no caso das pessoas sem-terra – na finalidade de sanar suas dificuldades de acesso ao Estado e de seus direitos sociais como cidadão. Concordando com Fernandes (2015), podemos afirmar que estas políticas estão embasadas nos debates paradigmáticos – que são os coletivos de pensamento e que podem ter várias ramificações – que permeiam as políticas de desenvolvimento agrário no país a depender do local onde este está inserido:

O debate paradigmático explicita a disputa de paradigmas que se utilizam do embate das ideias, dos campos de disputas, por meio de relações de poder, para defender e ou impor diferentes intenções que determinam seus modelos interpretativos. Os paradigmas representam interesses e ideologias, desejos e determinações, que se materializam por meio de políticas públicas nos territórios de acordo com as pretensões das classes sociais. (FERNANDES, 2015, p. 388)

Assim, como na década de 1990 houve uma grande intensificação da criação de assentamentos, viu-se uma necessidade de efetivar políticas públicas que viessem a trazer desenvolvimento para o meio rural, principalmente com a intenção de fortalecer a permanência do povo no campo e, além disso, trazer qualidade de vida aos mesmos. Porém, o INCRA em raros casos conseguiu organizar as famílias para além da

conquista do lote, assim, coube ao Estado estipular políticas públicas que sanassem essas lacunas. É também neste período que os movimentos camponeses conseguem influenciar os governos para a criação de planos e políticas públicas que atendessem suas demandas, o que foi uma grande conquista, tendo em vista que antes estas políticas de desenvolvimento eram influenciadas pelas corporações da agricultura capitalista (Fernandes, 2015)

Salientamos, aqui, que em termos de nação, no Brasil, as políticas públicas foram criadas a partir da década de 1920, mas não buscando o bem-estar da sociedade, e sim como um modo de controlar os movimentos de luta dos trabalhadores no país. Em um movimento que pode ser caracterizado como reativo, e não propositivo.

Segundo Johnson: “sua estratégia era antecipar algumas demandas e, dessa forma, restringir a legitimidade das lideranças trabalhadoras nas reivindicações sociais e limitar a capacidade de mobilização dos trabalhadores em geral” (JOHNSON 2011, p. 185).

É nesse contexto de criação de políticas pelo estado, que nascem as políticas às quais já nos referimos, as quais Draibe (2007, p. 31) denomina de política de bem-estar ativo (*active welfare State*), e que é caracterizada como uma ação que contribui para ampliar o crescimento econômico e a participação das pessoas na geração da própria renda. As críticas a esse tipo de ação do estado são várias, dentre elas podemos destacar aquela que afirma que:

(...) reduzir o bem estar a pouco mais que algumas regras morais e normas de conduta, com forte desprezo das questões de justiça social universalidade e igualdade, com o que, em última instância, encobriria sob roupagens da pós-modernidade um real ataque ao estado de bem-estar (DRAIBE, 2007, p. 31).

Sendo realizado de forma satisfatória, ou não, as políticas públicas – teoricamente – devem ser formuladas pelos governos de cada país (o estado) em conjunto com segmentos da sociedade civil, normalmente movimentos sociais ou sindicatos. De forma que a formulação das mesmas irá depender não apenas do engajamento dos diversos segmentos da sociedade civil, mas aos interesses que os grupos defendem, concordando, assim, com Fernandes (2015) ao afirmar que “a elaboração de políticas públicas é resultado da correlação de forças entre instituições que representam interesses de classes. São as partes interessadas que em suas

proposições de políticas, defendem seus respectivos modelos de desenvolvimento” (FERNANDES, 2015, p. 382). Por fim, tem-se que as políticas públicas poderão depender, ainda, do momento histórico que o país está passando, entre outras coisas.

No que tange aos programas analisados, aqui, estes podem ser definidos dentro do espectro das políticas públicas que Fernandes (2015) apresenta como *políticas públicas emancipatórias*, que são aquelas “formuladas pelo protagonismo e pela participação. Partem da coerência entre as relações sociais e a produção territorial” (FERNANDES, 2015, p. 393). Para se chegar a estas políticas públicas emancipatórias, é necessário primeiro que haja uma superação do modelo agrário brasileiro, modelo este que é baseado principalmente em produção de *commodities*. A superação deste modelo e a implantação de um modelo biodiverso que leve à soberania alimentar do povo é uma bandeira de luta permanente dos movimentos populares do campo.

O PAA – conforme apontado – tem modalidades diferentes e, como recorte de pesquisa, analisamos a operacionalização do PAA-CI e o PAA-DS. Com base no manual de operacionalização disponibilizado pelo MDS (Ministério do desenvolvimento social e combate a fome) explicamos alguns pontos sobre este programa que são relevantes para esta pesquisa. Assim, segundo o decreto 7.775/12, Capítulo V, art. 27 e art. 28, a gestão e execução do programa devem ser conduzidas por duas frentes: unidades gestoras, que são o MDS e o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), e as unidades executoras são os estados, o Distrito Federal, os municípios, os consórcios públicos de municípios e a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento).

No caso do município de Ponta Porã, anualmente é realizado pela prefeitura um levantamento de demanda chamado de “ficha de levantamento de demanda”, que mostra qual a demanda de alimentos a unidade executora necessita para que assim realizem um planejamento de distribuição dos produtos para cada unidade recebedora<sup>5</sup> e, desse modo, esta possa planejar cardápios que visem dar atenção às necessidades

---

<sup>5</sup> Unidade Recebedora: organização formalmente constituída, contemplada na proposta de participação pela Unidade Executora, que recebe os alimentos e os fornece aos beneficiários consumidores (Resolução nº 59 de 10 de julho de 2013, art. 3º, inciso I). (BRASIL, 2016, p. 48). As entidades a serem priorizadas são as que servem refeições regularmente e que atendem públicos prioritários em situação de insegurança alimentar ((BRASIL, 2016, p. 46)

nutricionais para cada grupo atendido pelo programa, bem como respeitar a cultura de produção e consumo local e a diversidade de produção para cada época do ano, evitando, portanto, excesso de um produto e perda de produção. Este levantamento de demanda facilitará também a distribuição de recursos disponibilizados pelo MDS para cada unidade executora do programa.

Um ponto interessante nessa descrição da política pública é que ela tem como elemento de sua constituição a valorização da cultura produtiva local, evidenciando, portanto, a tentativa de responder àquilo que é requerido pelos agricultores familiares, e que diz respeito às suas especificidades locais e de soberania sobre a produção.

Os beneficiários fornecedores deste programa, são os produtores agricultores familiares que possuem DAP<sup>6</sup> ativa, estes acessam o programa através de cooperativas ou associações, e desta forma, fornecem os produtos para que as unidades executoras possam repassar para as unidades receptoras e estas, por sua vez, distribuem para os beneficiários consumidores.

Os preços praticados no PAA variam de acordo com sua modalidade e são estipulados a partir de uma pesquisa de preços que é realizada pela unidade executora em três mercados atacadistas locais ou regionais; em seguida, realiza-se uma coleta de preços dos últimos 12 meses e calcula-se uma série histórica de preços médios de cada estabelecimento, obtendo-se, assim 3 médias e, por fim, é feito o cálculo final do preço que será praticado para cada produto. Caso não seja possível fazer 3 médias, o preço é calculado da mesma maneira descrita anteriormente, porém tendo como parâmetro o preço pago ao produtor, e não do mercado atacadista.

Referente aos produtos orgânicos ou agroecológicos, caso não seja possível a realização de uma pesquisa de preços específica, é possível acrescentar até 30% ao valor dos produtos convencionais.

---

<sup>6</sup> Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), é um documento que é solicitado para acessar as políticas públicas do governo federal. As famílias que não têm este documento ficam impossibilitadas de participar dos programas. Para adquirir este documento, o agricultor familiar deve ir até uma agência autorizada para sua emissão que, normalmente, são as empresas estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural e os sindicatos de trabalhadores rurais. Para a emissão, é necessário ter seus documentos pessoais e do seu cônjuge, se for o caso, e comprovantes de produção rural. A emissão da DAP tem três níveis diferentes, sendo a DAP A para jovens, mulheres e assentados da reforma agrária, a DAP B para pessoas com renda anual de até 20 mil reais e a DAP VARIÁVEL que contempla produtores com renda anual de até 360 mil reais, e será a instituição que irá analisar os rendimentos da produção e, se tudo estiver conforme solicitado, emitir a DAP ao produtor.



O valor máximo acessado por família através da DAP varia de modalidade e, em contato com as cooperativas, obtivemos a informação de que o valor máximo por DAP para o PAA – DS é de 8.000,00 (oito mil reais), e do PAA – CI é de 30.000,00 (trinta mil reais).

Nesse sentido, é importante destacar que esta diferença de recursos disponibilizados para estes dois programas se deve ao fato de que são destinados a públicos diferentes. O PAA-CI é um programa que atende a todo o estado de uma determinada unidade federativa – e, no caso da pesquisa, atende ao estado de Mato Grosso do Sul -, adquirindo a produção da agricultura familiar para hospitais e quartéis, por exemplo. Dessa forma, uma cooperativa não necessariamente precisa concorrer às chamadas públicas unicamente de seu município, mas sim de todos os municípios do estado.

No assentamento Itamarati I e II, analisados na pesquisa, os programas são acessados por meio das cooperativas – descritas mais adiantes – e os produtos são destinados aos quartéis do exército dos municípios de Ponta Porã, Amambai e Bela vista. No tocante ao escoamento dessa produção, ela realizada da seguinte maneira: do lote até o local de coleta – que no caso é a cooperativa – fica sob responsabilidade dos produtores; já da cooperativa até o quartel, a entrega é feita pela própria cooperativa.

Já o PAA-DS é a nível municipal, e, no caso de Ponta Porã, atende ao Banco Municipal de Alimentos (BAM), vinculado ao CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), para que pessoas que se encaixam como “baixa renda” e têm acesso ao CRAS, possam ter direito à chamada Cesta Verde, composta por frutas, verduras e legumes que são provenientes da agricultura familiar do complexo Assentamento Itamarati. Isso aponta para o PPA-DS como uma importante política pública de segurança alimentar, garantindo, assim, à mesa dos mais pobres, alimentação de qualidade e combate à pobreza.

Para descrever o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nesta pesquisa, contamos com o manual elaborado pelo próprio Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação. Este manual foi publicado em 2016 e é o mais atual existente, no qual descreve o funcionamento do programa.

O funcionamento básico do programa depende de uma entidade executora, que são as instituições da rede pública – municipal e estadual - de ensino que compram os

produtos com recursos que provém diretamente do FNDE. Estas entidades podem ser as secretarias municipais de educação, prefeituras e escolas federais.

Quem vende estes produtos são os agricultores familiares da região onde o programa está instalado, podendo assim fazer a venda de forma individual ou através de associações e cooperativas. O requisito principal para a venda é que os produtores possuam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e, no caso de serem de alguma organização, estas devem possuir a DAP jurídica.

Segundo o FNDE:

A DAP pode ser de pessoa física, destinada a identificar o produtor individual e sua família, ou jurídica. A DAP jurídica é o instrumento que identifica as formas associativas dos agricultores familiares, organizados em pessoas jurídicas devidamente formalizadas. A DAP jurídica contém a relação completa de cada associado da cooperativa ou associação a ela vinculados, com seus respectivos números de DAP física. (BRASIL, 2016, p. 08)

No tocante ao município de Ponta Porã, previamente à publicação do edital de chamada pública é feito um levantamento de produção por região e em qual época do ano há a produção de determinado tipo de alimento. Desta maneira, é possível que haja um planejamento para a entrega dos produtos e, também, cria-se a possibilidade que um nutricionista – da própria prefeitura - elabore um cardápio para melhorar a alimentação nas escolas, evitando, portanto, o desperdício de produtos. Segundo o FNDE:

O nutricionista tem um papel fundamental em planejar um cardápio nutritivo, com produtos de qualidade para a alimentação escolar. Com a compra da agricultura familiar, tem condições de adquirir produtos frescos, saudáveis, respeitando a cultura e a vocação agrícola local. Por isso, é muito importante que o planejamento seja feito com base no mapeamento dos produtos da agricultura familiar local, considerando a sua sazonalidade e a quantidade produzida na região (BRASIL, 2016, p. 12).

Visto que o programa PNAE atende apenas as escolas dos municípios e distritos de onde as cooperativas estão instaladas, a produção realizada no assentamento Itamarati atende as escolas do município de Ponta Porã – do campo e da zona urbana – e de seus dois distritos – Sanga Puitã e Distrito Nova Itamarati.

No que tange aos valores praticados no PNAE, o preço é estabelecido após uma pesquisa prévia de mercado local que ficará sob responsabilidade da entidade

executora e este preço deve vir estabelecido já na chamada pública. No caso de produtos orgânicos ou agroecológicos, “a Entidade Executora poderá realizar pesquisas de preços específicas para os alimentos orgânicos ou agroecológicos a serem adquiridos, se assim especificados” (BRASIL, 2016, p. 16).

Na composição destes preços devem ser considerados todos os procedimentos, desde os insumos necessários (frete, embalagem, encargos etc.) até a chegada dos produtos na entidade executora. Contudo, isto pode variar caso a entidade executora faça a coleta dos produtos nos locais estabelecidos ou os produtos sejam entregues pelos produtores e/ou organizações nas escolas estabelecidas – e todas estas informações devem constar no edital de chamada pública aberto por cada município. Desta forma:

O preço final do produto deve incorporar as condições necessárias à aquisição da agricultura familiar para a alimentação escolar. E tais condições deverão estar detalhadas no âmbito da Chamada Pública, tal qual do contrato a ser assinado, com o objetivo de conferir eficiência e transparência à contratação. (BRASIL, 2016, p. 15)

Atualmente a resolução nº 21, de 16 de novembro de 2021 estabelece que cada família através de sua DAP/ano pode acessar um valor total de 40.000,00 (quarenta mil reais) no âmbito deste programa. Esta resolução altera a resolução antiga que estabelecia um valor de 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP/ano. Deste valor será descontado uma porcentagem que ficará com a instituição à qual o produtor está ligado, esta porcentagem será estabelecida por cada instituição (associação ou cooperativa). Entretanto, no período em que a pesquisa de campo foi realizada, as famílias ainda podiam acessar somente 20.000,00 (vinte mil reais).

### **3.2. As políticas públicas no contexto dos assentamentos Itamarati I e II e a operacionalização das cooperativas**

A fim de caracterizar o panorama das políticas públicas no assentamento Itamarati, a pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevistas e questionários que foram aplicados através do aplicativo de mensagens WhatsApp. Inicialmente, o público-alvo da pesquisa foram os representantes legais das três principais cooperativas que têm acesso às políticas públicas e, também, os 07 produtores e produtoras que acessam os programas supracitados.

Os programas de fortalecimento da agricultura familiar são renovados de tempos em tempos, de forma que o PNAE pode ter mais de uma chamada pública por ano, se assim for necessário, ou também pode ter uma duração superior a um ano se isto for facilitar a aquisição dos produtos da agricultura familiar; já o PAA (DS e CI) tem duração de 12 meses, podendo ser prorrogados por mais 12 meses, assim como também as cooperativas passam por processos de eleições regulares para a renovação da diretoria – que são os representantes legais das mesmas -, também há a produção das hortas que é renovado e depende da época do ano.

### **3.2.1. As cooperativas que acionam o PAA e PNAES em Itamarati**

O cooperativismo na sua conformação atual, tem suas raízes no século XIX.

Em meados do século XIX, Roberto Owen propôs ao governo britânico que ao invés de simplesmente distribuir a renda aos pobres (que vinham se multiplicando após as guerras desencadeadas pela Revolução Francesa), invertesse essa renda em compra de terras para criação de aldeias cooperativistas (de aproximadamente 1.500 pessoas), que produziriam seu sustento e, com o excedente, fariam trocas com outras aldeias cooperativistas. Desta forma, propunha que haveria uma diminuição do número de ociosos e que as pessoas teriam formas de se sustentar e aquecer o mercado britânico. Porém, quando o governo britânico percebeu que o engenhoso plano de Owen findaria não só no barateamento de custo dos pobres, mas sim em uma modificação estrutural do sistema capitalista, passou a se opor à sua implementação (Singer, 2002).

As ideias de Owen, apesar de terem sido rejeitadas pelo governo britânico, logo tomaram força entre os intelectuais da época e surgiram vários movimentos chamados “owenistas”, que eram movimentos de cooperativas e que, em meados de 1830, já contavam com um registro de 300 cooperativas de trabalhadores das mais variadas áreas. Assim, “o século XIX ficou marcado pelo surgimento do cooperativismo moderno, pois as circunstâncias sociais, além dos fundamentos econômicos, influenciaram empiricamente a formulação e expansão das cooperativas” (LOCATEL, LIMA, 2018, p. 03).

Os movimentos cooperativistas foram se expandindo e ganhando força, sempre alternativos ao sistema capitalista (que enfrentava crises cíclicas em seu sistema) e

desta maneira os desempregados ociosos geravam sua subsistência e comercializavam o excedente - o que fazia com que o mercado ficasse aquecido.

Dentre as mais diversas formas de cooperação que ganharam força estão as cooperativas agrícolas, sejam elas de crédito - criada por Friedrich Wilhelm Raiffeisen, na Alemanha em 1846, após uma grande perda na safra de cereais e um inverno extremamente duro (SINGER, 2002) -, ou mesmo as cooperativas de compra e venda, que surgiram primeiramente nos Estados Unidos e na Dinamarca entre os criadores de gado leiteiro, ainda no século XIX, com o intuito de processar os produtos e, desta forma, agregar valor aos produtos ofertados - aumentando assim os lucros obtidos (SINGER, 2002).

De modo geral, podemos perceber que as cooperativas, independentemente do ramo ao qual pertençam, surgem com o intuito de organizar a classe trabalhadora para que assim possam melhorar sua qualidade de vida e ainda gerar lucro e aquecer o mercado, fazendo com que sua expansão pelo mundo seja uma forma alternativa e resistente ao sistema capitalista de produção. Porém, como havia de se esperar, o sistema capitalista consegue se infiltrar no modo cooperativista e criar para si redes de cooperativismo que atendessem às suas próprias demandas. Assim, Rios (2007), ao pontuar as diferenciações de cooperativismo, destaca que:

Os defensores do “cooperativismo empresarial” puro e duro se comportam como se também o cooperativismo pudesse ser “neutro”, isto é, infenso à dinâmica dos interesses de classe em uma sociedade tão desigual como a nossa. Em termos, porém, de seu conteúdo o que diferenciaria o cooperativismo solidário do cooperativismo de negócios? Visualizo pelo menos dois aspectos: o primeiro, de cunho eminentemente sociológico, no que diz respeito à configuração dos associados e, o segundo, de cunho eminentemente ideológico, no que diz respeito aos mediadores. No que diz respeito ao primeiro aspecto e desenhando um perfil sociológico diferenciado em termos de associados e de classe, dois tipos de cooperativas se destacarão a partir dos anos 1980 no cenário econômico nacional: as cooperativas de trabalho no meio urbano e as cooperativas de agricultura familiar no meio rural. No que se refere ao segundo aspecto, o ideológico, é nítida a clivagem entre os mediadores do cooperativismo solidário e os do cooperativismo de negócios. (...) Em face a diferenciação das classes sociais, como situar então a niveladora proposta cooperativista, mais uma vez chave-mestra de várias portas? Na realidade, longe de superá-la, a diferenciação classista se reproduz no cooperativismo, contradizendo a ideologia niveladora. A cada classe sua cooperativa (RIOS, 2007, p. 13-14).

O cooperativismo, portanto, se insere como um espaço em disputa e, no Brasil, não será diferente. Aqui, segundo Locatel e Lima (2018), o cooperativismo se desenvolveu de maneira tardia e:

[...]em termos históricos, o cooperativismo voltado para a produção agrícola se estruturou a partir de 1932, com a adoção de uma política pública de incentivo implementada pelo Estado por meio do Decreto 22.239, que instituiu a Lei Básica do Cooperativismo Brasileiro, definindo jurídica e politicamente esse movimento social e, com isso, criando os mecanismos de financiamento e de regulação. Como o golpe militar em 1964, houve uma redefinição do marco regulatório da política nacional de cooperativismo, com o maior controle do Estado, impondo restrições ao funcionamento das cooperativas por meio da criação de órgãos intervencionistas. Nesse contexto, em 1969 foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), órgão de representação do sistema cooperativista. Em seguida, em 1971, foi promulgada a Lei 5.764, que substituiu toda a legislação anterior sobre o cooperativismo e que unificou o sistema de representação em torno da OCB, passando a fiscalização das organizações cooperativas para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária (INCRA) e para o Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC). As medidas adotadas pelos governos militares deram origem a um “cooperativismo empresarial”, afastando o movimento dos seus princípios básicos. (LOCATEL, LIMA, 2018, p. 08)

No que tange a cooperativas que atendem aos assentados da reforma agrária, diferentemente de outras cooperativas, são representadas pela CONCRAB<sup>7</sup> (Confederação de Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil) - criada em 1992 com a intenção de integrar a colaboração recíproca das cooperativas de assentados e promover o bem-estar social, dando condições de permanência no campo através das cooperativas.

Sabe-se que a luta pela permanência dos assentados no lote começa tão logo estes têm acesso à terra, portanto, como forma de fortalecimento socioeconômico e continuidade neste espaço, estes criam cooperativas que possibilite o acesso a diversos produtos e serviços, desde insumos para a produção até maquinários para facilitar o

---

<sup>7</sup> Os objetivos principais da CONCRAB estão relacionados com a prestação de serviços nas áreas de: desenvolvimento de agropecuária e bem-estar dos associados, apoio técnico, organização de unidades de produção agroindustrial, defesa dos interesses dos associados, adoção e registros de marcas e patentes para a identificação dos produtos, serviços conjuntos de suas afiliadas, promoção de convênios com outras entidades, cooperativas ou organismos públicos.

trabalho com a terra. Além disso, as cooperativas proporcionam união da categoria e formas de acesso às políticas públicas de comercialização de produtos e a inserção destes em diferentes mercados, bem como a aquisição de implementos que viabilizem o processamento de produtos agregando valor aos mesmos.

E foi nessa linha de criação de cooperativas que surgiu a necessidade de criação das cooperativas de assentados no assentamento Itamarati. Nesse contexto, as primeiras cooperativas surgiram a partir de 2008 com o intuito de fortalecer o acesso às políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, bem como incentivar a produção e reprodução social nos lotes e fazer com que a terra -que antes era um grande latifúndio de monocultura - passasse a cumprir seu papel social.

Além do mais, por ser um assentamento com vasta extensão territorial e com um contingente populacional grande, os assentados perceberam que só através da organização por meio de cooperativas e associações seria possível produzir de forma eficiente e ter acesso aos mercados de distribuição de seus produtos.

A fim de coletar mais dados sobre as cooperativas existentes no assentamento, entramos em contato com a AGRAER<sup>8</sup> do assentamento, a qual nos informou que ao todo são 6 cooperativas de agricultores familiares sediadas e/ou representadas em Itamarati: Cooperativa Agrícola dos Produtores de Leite de Ponta Porã (COOPERPORÃ) -com representantes no assentamento e que trabalha no ramo de leite -; Cooperativa dos Trabalhadores Rurais Assentados da Reforma Agrária (COOPERTERRA), que tem sede em Itamarati mas conta com membros de outros municípios - se dedica à atividade do leite e também grãos -; Cooperativa Agroindustrial Ceres (COOPACERES), que se dedica no ramo de grãos somente; e, para além destas, o assentamento conta com as cooperativas que já foram citadas nesta pesquisa, como a Cooperativa Agroindustrial da Itamarati-MS (COOPERSCHUTZ), que é uma cooperativa que visa o potencial agrícola da região (potencial este que vem ganhando força nos últimos anos e que visa o plantio das culturas de soja e milho). Segundo a página da cooperativa na internet, “a cooperativa atua no mercado nos seguimentos de compra e venda de cereais agrícolas, especialmente milho e soja”, esta tem como parceiros as empresas JBS, BRF, COAMO e CORRECTA.

---

<sup>8</sup> Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural. A AGRAER, criada pelo Decreto nº 12.312, de 11 de maio de 2007, é uma agência estadual responsável pelo desenvolvimento rural do Mato Grosso do Sul, vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar - SEMAGRO.

Porém, nosso foco se dá nas cooperativas de agricultores familiares, e nas falas dos representantes das mesmas, pode-se perceber que a intenção de criar cooperativas era o de unir forças para facilitar a vida no lote, com acesso às políticas públicas, créditos, implementos e acesso às estruturas físicas que pertenciam à extinta Fazenda Itamarati como barracões, silos, escritórios e outros.

Estas estruturas viabilizaram os espaços físicos das cooperativas e permitiram que os cooperados produzissem no lote e tivessem um local onde fazer as entregas dos produtos e, com o passar do tempo, estas estruturas foram sendo melhoradas e os espaços de trabalho foram sendo modernizados com maquinários de processamento dos produtos, agregando valor aos mesmos e fortalecendo a permanência dos assentados na terra. A seguir, no quadro 02 apresentamos as três cooperativas que foram objeto desta pesquisa, e com relação aos representantes legais, optamos por utilizar nomes fictícios para identificá-los.

<b>Quadro 02: as cooperativas pesquisadas que acionam o PAA e PNAE no assentamento Itamarati.</b>			
<b>Cooperativa</b>	<b>Programa</b>	<b>Valor máximo por família</b>	<b>Porcentagem que fica com a cooperativa</b>
COOPERAFI	1 – PAA – DS	1 – 8.000,00	1 – 20%
	2 – PAA – CI	2 – 30.000,00	2 – 25%
	3 – PNAE	3 – 20.000,00	3 – 25%
COOPERAI	1- PAA – DS	8.000,00	10%
	2- PAA – CI	30.000,00	10%
	3- PNAE	3 – 20.000,00	30%
COOPAPIS	1 - PAA – DS	1 - 8.000,00	15%

**Fonte:** elaboração própria com base nas pesquisas de campo, 2022.

### 3.2.2 O caso da COOPERAI

**Foto 01:** frente da cooperativa COOPERAI





**Fonte:** página da internet, website da cooperativa. Disponível em: [https://cooperativa-cooperai.negocio.site/?utm\\_source=gmb&utm\\_medium=referral](https://cooperativa-cooperai.negocio.site/?utm_source=gmb&utm_medium=referral) Acessado em: 06/09/2022.

O primeiro representante legal com quem entramos em contato foi Marcos, de 37 anos, representante legal da COOPERAI – Cooperativa dos Produtores do Assentamento Itamarati – no município de Ponta Porã – MS. Marcos se autodeclara como negro, e possui o ensino médio completo, é filho de assentados da reforma Agrária. Os seus pais, também cooperados, moravam na cidade, mas resolveram voltar para o sítio e ajudar o pai e a mãe nos serviços com o sítio, e fizeram a melhoria da horta que já possuíam.

Neste convívio com a horta, com a produção e a entrega dos produtos, ele começou a se envolver mais com a cooperativa e, algum tempo depois, já estava ajudando com as entregas e se inteirando do processo. Nas palavras dele: “a princípio (comecei) sem nenhuma ideia de ser representante da cooperativa, só ajudando porque eu gosto de ajudar” (Marcos, 37 anos, Itamarati II). Nesse contexto, o então representante da cooperativa, Antônio, como cita Marcos, acabou ficando doente e chegando a falecer, e a cooperativa passou à responsabilidade do vice-presidente – o qual Marcos não cita o nome – porém como o vice não queria assumir o cargo definitivamente, realizaram uma reunião com todos os cooperados e entraram em um consenso de escolher o Marcos para representar legalmente a cooperativa.

A história da COOPERAI se inicia quando em 7 de setembro de 2008 um grupo de 60 pessoas, que são os sócios fundadores, decidiram juntar-se em cooperativa para fortalecerem seus lotes. O fortalecimento viria a ser possível processando os produtos que produziam na terra através do cooperativismo, que seria responsável pela viabilização da venda nos mercados locais e regionais e programas de fortalecimento da agricultura familiar. Assim, as pessoas – que eram de comunidades diferentes -

tinham um objetivo comum de trabalhar juntas. Deu-se início, assim, as conversas de formalização. Destaca-se, também, que inicialmente a ideia era a de criar frangos, para abate e venda, e comprar uma máquina que embalasse produtos à vácuo.

Para que a cooperativa tivesse uma estrutura física, foi realizada uma conversa com Flavio Kayatt, que na época era prefeito da cidade de Ponta Porã, e este cedeu um espaço que antigamente pertencia à fazenda – todo o processo foi reconhecido em cartório. Com esta estrutura, a cooperativa passou a dispor de um espaço físico em que os sócios poderiam desenvolver as atividades que tanto sonhavam.

Porém, como todo começo é difícil, na cooperativa também não seria diferente, e como não havia verba para a realização das atividades que eram necessárias, os sócios decidiram entrar com uma *cota-parte* de 700 reais, para que assim os projetos começassem a sair do papel. Por meio disso, conseguiram comprar 03 (três) congeladores para armazenamento dos produtos. A partir daí, através da organização e sucessivas reuniões conseguiram com que a prefeitura, agora já na gestão de Hélio Peluffo, doasse toda a estrutura de uma cozinha industrial para a cooperativa, e com a ajuda de voluntários a cozinha industrial ficou pronta e ali foi instalado a máquina de processamento a vácuo e os congeladores que já haviam sido adquiridos há tempos - e foi a partir daí que os sócios puderam começar a entregar e processar seus produtos. Na foto 02, podemos ver a cozinha já pronta para uso:



**Foto 02:** cozinha industrial da COOPERAI pronta para uso.

**Fonte:** foto enviada pelo entrevistado, pesquisa de campo, 2022

Esta cozinha também possibilitou que os cooperados levassem a cabo a ideia do abatedouro de frangos, o que também foi conquistado com muito esforço e dedicação de todos. Na foto 03 vemos produtoras abatendo frangos para venda na cooperativa:

**Foto 03** produtoras abatendo frangos para venda na cooperativa.



**Fonte:** foto enviada pelo entrevistado, pesquisa de campo, 2022

Podemos perceber na foto 03 que o processo de abate dos frangos era feito de maneira bem ‘caseira’, o que futuramente seria modernizado pelos cooperados. Como agora a cooperativa estava funcionando intensamente - e as ideias estavam saindo do papel -, a produção também era grande a tal ponto de se chegar a abater 100 frangos a cada 15 dias. Toda essa produção era vendida a mercados que a diretoria da cooperativa havia conseguido. Já a produção de hortifrúti dava conta de abastecer os programas dos quais a cooperativa vinha fazendo parte. Na foto 04 podemos observar um pouco dessa produção, na foto 04 cedida por uma das entrevistadas:

**Foto 04:** produção para entrega nos programas de fortalecimento da agricultura familiar



**Fonte:** foto enviada pelo entrevistado, pesquisa de campo, 2022

Porém, os problemas internos começaram a surgir e os acontecimentos foram mudando a organização, e a troca de gestão foi motivo para que algumas pessoas ficassem descontentes com a maneira que as coisas estavam andando e acabassem saindo da cooperativa.

Sobre isso, também houve um episódio relatado por Paula – que é uma das sócias fundadoras da cooperativa – em que ela cita o acontecimento de uma mobilização de mulheres através da cooperativa para se formar uma associação das mulheres, e, como isto não foi bem recebido por algumas pessoas, desencadeou-se um novo rompimento e adesão a cooperativa. Paula afirma que muitas lutas foram travadas e muitas conquistas foram alcançadas, mas que muitas vezes é complicado, os problemas se apresentam e o desânimo é inevitável.

Apesar dessas questões, o entrevistado Marcos, atual presidente da COOPERAI, afirma que muitas pessoas que estavam afastadas da cooperativa vêm se aproximando novamente, e que atualmente a cooperativa conta com 131 cooperados que constam na DAP jurídica da cooperativa.

Apesar dos problemas a cooperativa vai desenvolvendo suas atividades e se dedica, segundo o seu estatuto social, a comercializar em atacado e varejo a produção de seus cooperados, como: hortifrutigranjeiros (ovos, aves e hortaliças) e grãos variados de soja, milho, sorgo, girassol entre outros, e, ainda, produtos como mel,



peixe, leite e seus derivados. Para além disso, o estatuto garante “receber, beneficiar, padronizar, armazenar, industrializar, e colocar no mercado consumidor a produção de seus cooperados” (Estatuto social, 2022)

Marcos relata que uma das maiores dificuldades que a cooperativa vem enfrentando atualmente é a falta de assistência técnica para os produtores, segundo ele “hoje a cooperativa precisaria de uma assistência técnica contratada e não estamos com condições ainda” (Entrevistado Marcos, 2022). Na sua visão, esse problema gera uma perda na produção, além de dificultar a produção escalonada de produtos - o que leva à perda de mercados consumidores.

Todavia, apesar disto, Marcos acredita que um dos maiores benefícios da cooperativa para com seus cooperados é a questão de agregar valor aos produtos, visto que os assentados se veem incentivados a produzir. Como corolário desse processo, o entrevistado informa que, para surpresa de muitos, os jovens também se sentem mais motivados, e os que antes pensavam em sair do lote, agora permanecem e levam a diante sua produção.

### 3.2.3 O caso da COOPERAFI

**Foto 05:** escritório da COOPERAFI.



**Fonte:** foto enviada pelo entrevistado, pesquisa de campo, 2022

O segundo entrevistado foi José, de 45 anos, que é representante legal da COOPERAFI - Cooperativa Dos Agricultores Familiares da Itamarati. José se autodeclara como pardo, tem o sexto ano do ensino fundamental e é assentado da reforma agrária. Sua participação na cooperativa se deu através da filiação e o fez no intuito de unir forças com os outros produtores e produtoras. Assim, nas suas palavras: “trabalhar cooperado, seria uma forma de unir forças e conquistar vários recursos”. (José, 48 anos, Itamarati II). Tem-se, aqui, uma questão central encontrada nas narrativas de todas as lideranças entrevistadas, que é a ideia “conquistar recursos” e “otimizar a produção”. Ao ponderar sobre essas questões, percebe-se que a grande falha no processo da reforma agrária, e por consequência do INCRA, foi o de se ater apenas à criação dos assentamentos ao invés de se criar uma rede de apoio e valorização da produção dos assentamentos como o principal legado do acesso à terra.

Ainda sobre a cooperativa COOPERAFI, os levantamentos dos dados apontaram que ela foi criada oficialmente no dia 21 de março de 2010, com um total de 25 (vinte e cinco) sócios fundadores, e que a intenção de criar uma cooperativa era justamente o que é citado acima, unir forças e conquistar recursos para os cooperados.

Inicialmente os sócios fundadores faziam parte de uma associação, porém esta tinha algumas limitações no âmbito comercial, e a ideia era poder apropriar-se das estruturas que pertenciam à fazenda para que pudesse continuar funcionando. As atividades que inicialmente queriam desenvolver eram relacionadas ao processamento de leite, para assim fortalecer a pecuária leiteira do assentamento, porém, isto não se concretizou, e a cooperativa tomou outros rumos.

A COOPERAFI conquistou a concessão de uso de armazéns, a estrutura de silos, e um conjunto de escritórios que pertenciam a antiga Fazenda Itamarati, e que até hoje são utilizados pela cooperativa em prol de seus cooperados. Atualmente são 69 cooperados ativos e a principal atividade que se realiza é o recebimento e beneficiamento de grãos como soja e milho e também recebimento e beneficiamento de hortifrutigranjeiros, como processamento de mandioca – estas descascadas e embaladas à vácuo – e a entrega de produtos nos programas já citados.

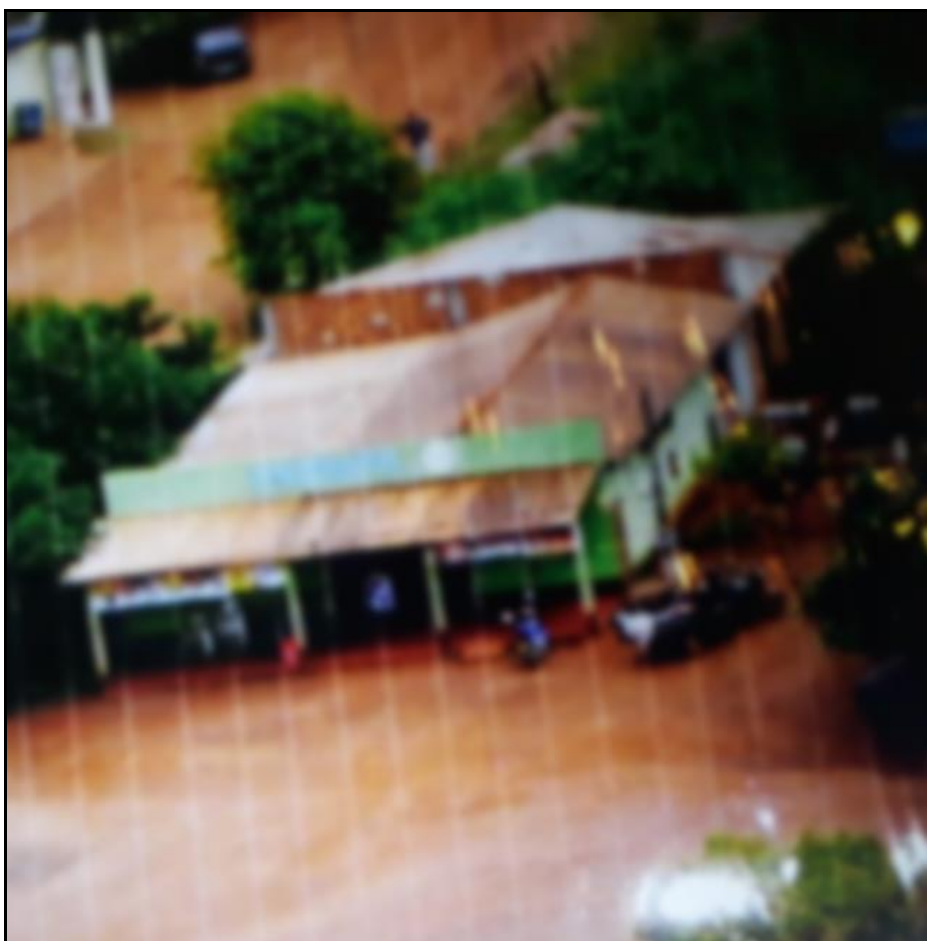
Para conseguir efetivar esta última atividade, a cooperativa realizou adequações na infraestrutura existente, como a instalação de uma câmara fria de resfriamento e congelamento de produtos que conserva os produtos dos cooperados - tanto congelados quanto apenas resfriados. Também foi feito a reforma de um espaço

para beneficiamento e armazenamento dos produtos recebidos dos produtores, a aquisição de uma máquina que embala produtos à vácuo, e a aquisição de uma outra que faz o processo de picar e ralar produtos – como cenouras e mandioca descascada por exemplo – desta maneira a cooperativa vem crescendo e agregando valor aos produtos dos produtores, que são os maiores beneficiados.

Para José, os maiores benefícios ao produtor são os valores agregados aos produtos, além da diversificação da sua produção no lote e, conseqüentemente, a melhoria da alimentação tanto de quem produz, quanto de quem recebe estes produtos, sejam estes os alunos das escolas beneficiadas pelo PNAE ou as famílias de baixa renda beneficiadas pelo PAA-DS.

### 3.2.4 O caso da COOPAPIS

**Foto 06:** foto aérea da antiga sede da cooperativa



**Fonte:** foto enviada pelo entrevistado, pesquisa de campo, 2022

Na foto 06, podemos observar uma foto aérea da antiga sede da COOPAPIS, na frente o mercado da cooperativa em pleno funcionamento, e na parte de trás o espaço onde ficava o escritório e espaço de recebimento de produtos destinados ao programa do qual a cooperativa participa.

O terceiro entrevistado como representante legal é Cesar, de 50 anos, que representa a COOPAPIS – Cooperativa dos Pequenos Produtores da Comunidade Pioneiros do Sul. No tocante à sua auto declaração étnico-racial, se define como moreno e possui uma escolaridade baixa, o terceiro ano do ensino fundamental. Na intenção de organizar as famílias com vistas a agregar valor à produção e acessar políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, e como instrumento de permanência no campo, em 2008, juntamente com outras pessoas da comunidade, a cooperativa foi fundada.

Em conversa com o presidente da COOPAPIS, ao solicitar acesso ao estatuto social da cooperativa e a ata de fundação da mesma, este nos informou que houve um fato que ocorreu há pouco tempo atrás que deixou a cooperativa sem ter acesso ao estatuto social e à ata de fundação, fato este que se deu quando o computador da cooperativa – onde estes documentos estavam guardados – foi levado para arrumar e lá foi formatado. Isto fez com que toda documentação se perdesse, visto que não foi devidamente salva em memória externa ou na nuvem, culminando, portanto, com a perda de uma documentação histórica e essencial para a cooperativa.

Diante desta situação, solicitamos ao presidente que fizesse um relato oral sobre a história da cooperativa, e ainda solicitamos a um dos sócios fundadores, ao qual a pesquisadora já conhecia desde pesquisas anteriores, que fizesse também um relato de como se deu a fundação da cooperativa.

Dito isto, a COOPAPIS foi fundada oficialmente no ano de 2008, porém as conversas e reuniões acerca da mesma já vinham sendo feitas desde o ano de 2006. O presidente afirma que desde o ano de 2002, quando ainda estavam acampados no acampamento “Nova Conquista” do MST, - movimento do qual o mesmo faz parte – o movimento já fazia atividades conjuntas para incentivar os acampados a se organizarem em cooperativas e associações a partir do momento em que adentrassem aos lotes, pois desta forma além de agregarem valores aos produtos o acesso a insumos e serviços também seria facilitado por se tratar de uma organização jurídica. E foi a



partir desta ideia, incentivados pelo MST, que os sócios fundadores quando já estavam nos seus lotes começaram a se organizar.

Assim segundo o presidente:

Fomos assentados em 2005 e já tínhamos a ideia de fundar uma cooperativa, aí em 2006 começamos a caminhar juntos, fazer reuniões, e juntamos as ideias, pois tínhamos os cursos do movimento mas não tínhamos o meio jurídico, então nos informamos e descobrimos que precisaria de contador, advogado e tudo mais para ser registrado em cartório, e todo aquele tramite legal, e isso demandou tempo, um ano e pouco, quase dois anos até conseguirmos oficializar a cooperativa com CNPJ e tudo mais, então na verdade legalmente a cooperativa é de 2008, mas já vínhamos caminhando juntos desde 2006. (Entrevistado Cesar, 2022)

Percebemos na fala de Cesar que havia vários assentados que se interessavam por fazer parte de uma cooperativa, e por questões de proximidade e convergência de ideias, decidiram iniciar suas atividades com pessoas da própria comunidade, no caso a comunidade Pioneiros do Sul.

Foi o mesmo que afirmou um dos sócios fundadores, com quem conversamos, Braz, que o interesse na fundação dessa cooperativa era o de possibilitar a agregação de valor aos produtos e viabilizar o acesso a adubos e sementes para os sócios a um preço mais acessível.

Além da cooperativa como instrumento jurídico de acesso, idealizaram ainda um pequeno supermercado, o qual fazia parte da cooperativa e era conduzido pelos cooperados. Porém, por questões legais, o mercado teve que ser registrado como empresa, mas seguia o objetivo principal de beneficiar os cooperados. Segundo o sócio fundador:

Aí colocamos o mercado, e este teve que ser registrado como empresa, pois na cooperativa só podíamos vender os produtos que os assentados produzissem, mas aí como era o mercado para comprar e revender os produtos, tínhamos que abrir como empresa, mas mesmo assim o mercado da cooperativa era para arrecadar fundos e manter a cooperativa funcionando até conseguirmos acessar os programas como o PAA por exemplo (Entrevistado Braz, 2022)

O tempo passou e a cooperativa conseguiu abrir o mercado e conseguiu acessar uma das políticas públicas que é o PAA – DS e, quatro anos após a sua fundação oficial, a cooperativa abriu espaço para pessoas de outras comunidades se cooperarem, a partir daí algumas mulheres começaram a se organizar e a participar de cursos para

produção de doces e compotas, as quais também participavam de feiras levando seus produtos.

Porém, alguns projetos não deram certo, como por exemplo, a agroindústria que não saiu do papel, e além disso, problemas posteriores de ordem diversas, culminou no fechamento do mercado e aluguel a terceiros do espaço onde funcionava o mesmo. Atualmente, a cooperativa dedica-se somente ao ramo de hortifrúti, com o acesso ao PAA-DS, e não tem condições de oferecer produtos e nem prestar serviços aos cooperados, viabilizando assim somente o acesso ao programa já citado. Dessa forma, as coletas são feitas em uma estrutura que é cedida por um grupo de mulheres camponesas, e quem cuida da operacionalização interna do programa é o próprio presidente.

Pela fala dos entrevistados, representantes das cooperativas e também os cooperados, podemos perceber que o cooperativismo para eles é um modo de organização da produção e um instrumento de fortalecimento da agricultura familiar através do qual têm acesso a uma produção com valor agregado - e também a um preço justo. Como consequência, os entrevistados apontam para a importância das cooperativas para a permanência nos lotes.

Com isso, tem-se que pelo fato de o Assentamento Itamarati ser um espaço bastante extenso e desde sua conquista ser um assentamento com um número expressivo de pessoas, as cooperativas foram se formando e se moldando de acordo com as proximidades e conjunturas locais – pois os cooperados inicialmente eram em sua maioria das mesmas comunidades –, e os interesses que têm os atuais cooperados, sejam estes de formar agroindústrias das mais diversas – no início – ou, de agora, participar dos programas e fortalecer-se mutuamente.

Assim compreendemos que os caminhos trilhados pelas cooperativas nem sempre alcançam seus objetivos, pois todas estas que citamos aqui não alcançaram plenamente os objetivos que tinham no momento de sua fundação, mas ressaltamos que apesar das dificuldades encontradas, não cederam e não fecharam suas portas, e seguem com suas atividades e, na medida do possível, são um instrumento de incentivo à produção de seus cooperados.

Dessa forma, no próximo capítulo, iremos demonstrar de forma mais tangível, por meio das narrativas orais, como alguns desses assentados do assentamento

Itamarati, que acessam essas cooperativas, se mantêm no lote e se organizam nesse espaço social a partir do acesso às políticas públicas de fortalecimento da reforma agrária: o PAA e o PNAES.

## **CAPÍTULO 4 – DO BARRACO DE LONA À CONQUISTA DO LOTE: TRAJETÓRIAS DE VIDA E UNIDADE FAMILIAR**

Antes de apresentar os resultados da investigação faz-se necessário pontuar que em decorrência de o objeto da pesquisa ser pertencente a agricultura familiar camponesa, os entrevistados não representam a si próprio, antes revelam os enredos da trajetória social de sua família. Ou seja, aquilo que foi transmitido na pesquisa de campo reflete o modo de vida experienciado de forma coletiva no território.

Neste sentido, como pontuado na parte metodológica deste trabalho, e intitulado de “percurso metodológico”, a técnica escolhida para análise das narrativas foi o da história de vida. Aqui, a história é interpelada para além do sujeito que a vivência e é tida como uma experiência coletiva de um determinado grupo social, no caso dos assentados.

Isso porque, como ressalta Thompson, a classe social é partilhada por meio das experiências em comuns, daquilo que transforma indivíduos em sujeitos e os leva ao despertar da situação de opressão e exploração que o sistema capitalista lhes impõe. Assim:

As classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses membros nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real”. (THOMPSON, 1998, p. 274)

Portanto, é desse despertar do indivíduo que as classes se estruturam e se organizam. No caso da pesquisa, o despertar se dá pela tomada de consciência de necessidade de organização dos trabalhadores rurais em movimento social, em acampamento, em luta pela terra. É nesse processo que:

A classe se delinea segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do conjunto de suas relações sociais, com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com

base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural” (THOMPSON, 1998, p. 277)

Partindo desses pressupostos, nesse capítulo, o objetivo é mostrar de forma entrelaçada, como 7 famílias vivenciam o assentamento por meio do acesso às políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, PAA e PNAES, e, em certa medida, como isso possibilita a reprodução social e manutenção no território. Os dados foram coletados por meio de questionários semiestruturados, entrevistas, conversas e visitas aos lotes – onde se pode coletar as imagens e fotografias apresentadas. Vejamos.

#### **4.1 A vida nos lotes e o acesso as políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar**

Nesse tópico, apresentamos as famílias entrevistadas e, por meio de relatos orais, estruturamos suas histórias como parte de um todo maior, de um organismo social. A ideia é revelar as nuances da conquista da terra, da vida nos lotes e da permanência por meio do acesso às políticas públicas.

A fim de apresentar previamente os entrevistados, no quadro TAL sintetizamos informações básicas dos entrevistados, e ainda com o fim de preservar suas identidades nos utilizaremos de nomes fictícios que foram escolhidos pela autora para identificar cada pessoa

Quadro 03: informações básicas dos produtores entrevistados

Nome	Idade	Cor	Assentamento	Possui filhos ?	Estado civil	Programa que acessa	Produção
Cristina	37 anos	Branca	Itamarati I	Sim, 3 filhos	Casada	PAA, PNAE	Alface, almeirão, couve, repolho, rúcula, acelga, cenoura,

							cebolinha, cebola, acerola, maracujá, entre outros
Marcia	38 anos	Parda	Itamarati II	Sim, 3 filhos	Casada	PAA, PNAE, PAA-CI	Cenoura, alface, cebolinha, salsinha, couve, brócolis, berinjela, repolho, mandioca entre outros
Luíza	39 anos	parda	Itamarati II	Sim, 2 filhos	Amazeada/ca sada	PAA	Alface, almeirão, couve, cebolinha, salsinha, pimentão, repolho, mandioca, milho verde, entre outros
Helena	48 anos	Branca	Itamarati II	Sim, 3 filhos	Solteira	PAA	Milho, abobora, quiabo,

							repolho, limão, maxixe, mamão, couve folha, cenoura, entre outros
Paula	42 anos	Branca	Itamarati II	Sim, 3 filhos	Desquitada/ Divorciada	PAA, PNAE	Alface, cebolinha, salsinha, tomate, cenoura, beterraba, rúcula, almeirão, quiabo, milho verde, mandioca, entre outros.
Eliane	48 anos	Branca	Itamarati I	Sim, 3 filhos	Casada	PAA, PAA – CI, PNAE	Mandioca, batata doce, repolho, tomate, alface, beterraba, brócolis, couve

							folha, rúcula entre outros.
Pedro	58 anos	Branco		Não	Solteiro	PAA, PAA-CI, PNAE.	Repolho, cenoura, beterraba, abóbora cabotiã abacaxi, melancia, entre outros.

Nesse sentido, a primeira pessoa com quem conversamos foi Márcia, de 38 anos de idade, casada, e têm 03 filhos, auto declarada parda. Antes de ficar acampada<sup>9</sup> junto as demais famílias, residia no município de Itaquiraí. Ao narrar a sua história, a entrevistada aponta que antes de vir para o assentamento já trabalhava com a terra. Visto a permanência nesse espaço ser importante, constantemente incentiva seus filhos a trabalharem com a terra, ainda que reconheça que “para eles ficarem precisam ter uma profissão voltada pra agricultura” (Entrevistada Márcia, 2021).

Na casa de Márcia a renda da família é de até um salário-mínimo por mês. Na data da entrevista a família recebia o programa Bolsa Família e, atualmente, recebem o benefício do *Auxílio Brasil* como complementação da renda. O casal é parceiro nos trabalhos no lote, sendo responsáveis pelo trabalho a ser realizado afirma que: “tudo o que for fazer a gente faz junto, a gente programa: ‘hoje vamos fazer isso’, depois quando a gente for fazer outra atividade, a gente programa e faz a outra atividade”

---

<sup>9</sup> Acampamento é uma das fases da luta pela terra e faz parte de uma estratégia anterior de tomada da terra. Na perspectiva do MST, o acampamento é uma estratégia política. Para Rapchan (1993, p.30): “o acampamento é a situação emergencial do grupo e implica ações de arrecadação de alimentos, roupas, ajuda financeira e remédios, busca de apoio logístico e político, mobilização da imprensa e da opinião pública, negociação com o Estado e com outros interessados com vistas a atingir o assentamento”.



(Entrevistada Márcia, 2021). Como principal fonte de renda da família, há a bovinocultura leiteira, mas sem deixar de produzir na horta. É interessante ressaltar, também, que trabalham somente no sítio, não sendo necessárias atividades externas ao lote para geração de renda.

A segunda entrevistada é Cristina, de 37 anos, casada e tem 03 filhos, autodeclarada branca, que antes de vir para o acampamento morava no município de Rio Brilhante, e em outros locais:

Morava no município de Rio Brilhante, em Prudêncio Thomáz, mais conhecido como Aroeira, que é distrito de Rio Brilhante. Mas nasci em São Bernardo do Campo/SP, depois nos mudamos para o Paraná, em Bituruna e em 1994 nos mudamos para o Mato Grosso do Sul, passando por Indápolis e depois Aroeira (Entrevistada Cristina, 2021)

Ela nos conta que o acampamento em que estava era localizado em frente à fazenda “Pipoca”, localizada no distrito Prudêncio Thomas, no município de Rio Brilhante. Este acampamento originou-se após a morte de Silvio Rodrigues – que era militante do MST, e foi morto em uma emboscada pelo fato de ser engajado nas causas e lutas do movimento – e inicialmente contava com poucas famílias. Como estava grávida de sua primeira filha, a princípio optou por não morar no acampamento e utilizou a opção dos “externos” que, segundo explica, eram as pessoas que contribuía de outras maneiras com as famílias internas e que compareciam às reuniões quando estas eram marcadas. Porém, no ano de 2003, quando houve a ocupação da fazenda Santa Maria, em Rio Brilhante, ela passou então a morar no acampamento “e contribuía no setor de educação<sup>10</sup>, lecionando pelo Brasil Alfabetizado” (Entrevistada Cristina, 2021).

Ela nos conta que antes de vir para o acampamento nunca havia trabalhado com a terra, pois era uma pessoa que residia na cidade e trabalhava ajudando o seu pai em sua loja de artesanato, no distrito de Aroeira, no município de Rio Brilhante, MS. Incentivada pelo pai, começou a participar do MST. Esse incentivo se deu porque o pai “nunca teve terra, porém sempre teve o sonho de possuir um ambiente ‘sem

---

<sup>10</sup> No MST, os acampamentos são divididos entre setores que visam dar conta das várias necessidades dos assentados, desde o âmbito local até nacionalmente. Como exemplo, há os setores de: Saúde, Direitos Humanos, Gênero, Sexualidade, Educação, Cultura, Comunicação, Formação, Projetos e Finanças, Produção, Cooperação e Meio Ambiente e Frente de Massa. Dentre outros coletivos. Disponível em: < <https://mst.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 04 de dez. de 2022.

muros' e que pudesse garantir alimento e tranquilidade à sua família” (Entrevistada Cristina, 2021).

Em setembro de 2003, ao dar aulas para o Brasil Alfabetizado, ainda acampada com seu pai, foi chamada para fazer um curso prolongado, em Rondônia, onde conheceu o seu companheiro, e, depois do curso, iniciam o namoro e a vinculação permanente ao acampamento. A ideia inicial dos dois era a de conseguir um lote lá mesmo onde ela estava acampada, porém, por ter ficado grávida, decidem vir para o assentamento Itamarati, onde o companheiro tinha o lote no próprio nome.

Passado um tempo, Cristina consegue incluir seu nome junto ao de seu companheiro no lote do assentamento Itamarati e, dessa forma, conseguem acesso a alguns benefícios, como por exemplo a linha de crédito PRONAF MULHER. Porém após isto, já em 2007, ela retornou para o assentamento Ronildo da Silva, onde pretendiam conseguir ser assentados com o nome dela e depois fazer uma permuta com um assentado daqui, e assim conquistar um lote para eles dois. Como essa estratégia não deu certo, em 2017, tiveram de retornar para Itamarati “porque o nosso nome ainda permanecia aqui, e aí nosso medo de ele perder o sítio aqui e a gente também perder o sítio lá porque não estava no nosso nome, então a gente resolveu retornar para cá e tocar nossas coisas a partir daquele momento” (Entrevistada Cristina, 2021)

Após idas e vindas, Cristina afirma que incentiva seus filhos a permanecerem no sítio, trabalhando com a terra, pois como já teve a experiência de vida no campo e na cidade, consegue comparar os dois ambientes e mostrar a eles as vantagens e desvantagens de morar em cada local. Segundo ela:

Viver do sítio, da terra possibilita as crianças compreender a natureza e respeitá-la, tendo em vista a necessidade de uma harmonia entre trabalho/produção e respeito a biodiversidade, pois através desta se colhe alimentos saudáveis e de qualidade. Mostro a eles a possibilidade de trabalhar pra si, produzir o que se come, ver a origem do alimento, saber que está-se alimentando bem e como é gratificante ver desde o início ao fim da produção, mostro que no sítio existem dificuldades sim, porém somos donos de nosso tempo e nosso trabalho e desde que haja uma boa administração, empenho, dedicação e planejamento, é possível se viver muito bem financeiramente, tendo em vista que temos o principal meio de produção, que é a terra, e na cidade tudo é comprado. (Entrevistada Cristina, 2021)

Na casa de Cristina eles vivem com uma média mensal de 2 a 3 salários-mínimos, e na data desta pesquisa estavam recebendo o benefício do *Auxílio Emergencial*<sup>11</sup>, do Governo Federal. Quem contribui com a renda mensal da família são 3 pessoas: ela e o companheiro, que trabalham no lote em tempo integral sendo sua principal atividade a bovinocultura leiteira e também a produção de hortaliças; e a filha, que trabalha de forma assalariada na cooperativa que também são cooperados.

Segundo nossa entrevistada, o começo no assentamento não foi fácil, pois a família não tinha acesso aos programas sociais, fazendo-se necessário trabalhar fora do lote em diárias para outras pessoas como forma de obtenção de renda. Porém, a partir do momento em que passaram a fazer parte da cooperativa e ter acesso aos programas de crédito e de fortalecimento da agricultura familiar, a vida mudou. Segundo narra: “o fato de fazer parte de cooperativas e de nos organizarmos, além de nos planejarmos tendo como meta o trabalho e sustento da terra, hoje vivemos e trabalhamos integralmente no sítio” (Entrevistada Cristina, 2021).

De certa forma, o relato da entrevistada confirma o que as discussões e pesquisas sobre o tema vem reforçando, e que diz respeito a importância das políticas públicas de fortalecimento da produção agrícola familiar como forma de permanência e valorização da terra.

Com relação à maneira em que o trabalho é dividido no lote, Cristina, afirma que não é feita uma divisão do trabalho, nem dentro e nem fora de casa, e que as atividades a serem realizadas são pensadas em conjunto: “claro que levamos em consideração a equidade, pois há atividades que exigem mais força física, por isso ele as faz, no entanto estamos sempre nos comunicando para que possamos participar em conjunto sempre” (Entrevistada Cristina, 2021).

---

<sup>11</sup> O auxílio emergencial foi um benefício financeiro criado no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro para garantir renda mínima à população em situação de vulnerabilidade social durante a pandemia de Covid-19 (coronavírus). Inicialmente, o auxílio emergencial começou a ser pago em abril, e foram 5 parcelas de 600 reais cada (sendo o dobro para mães solteiras), após este período o auxílio emergencial teve uma extensão de mais 4 meses, sendo pago de setembro a dezembro, porém agora com o valor reduzido para 300 reais (o dobro do valor para mães solteiras). Após este período o programa foi encerrado no fim de 2020 e retomado em abril de 2021, com a segunda onda da pandemia de Covid-19 com parcelas que variavam de 150 a 375 reais, a depender dos critérios estabelecidos para avaliação.

Fonte: Agência Brasil.

Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-10/caixa-encerra-pagamento-do-auxilio-emergencial-apos-sete-meses>

A terceira entrevistada é Eliane, de 48 anos, autodeclarada branca, casada e têm 03 filhos, antes de vir para o assentamento, primeiro residia no Paraguai, quando voltam com a família para o Brasil eles se acampam em Itaquiraí, no acampamento Joaquim das Neves, então surge a proposta para que as famílias que assim desejassem, viessem para o assentamento Itamarati e fossem assentadas ali, e eles decidiram aceitar, então de Itaquiraí vieram a ser assentados aqui no Itamarati. Ela sempre “foi da roça”, sempre trabalhou com a terra para ter seu sustento e afirma que também incentiva os filhos a permanecerem no campo, pois “na roça a gente tem uma a qualidade de vida melhor trabalhando com a terra do que trabalhar na cidade de empregado” (Entrevistada Elaine, 2021)

Na casa de Eliane a renda mensal é de 2 a 3 salários mínimos, não recebem nenhum tipo de benefício social e sua principal fonte de renda é o trabalho no lote e toda atividade a ser realizada é feita em conjunto com o companheiro, pois são os dois responsáveis por todo trabalho a ser realizado no lote.

Estas três mulheres com quem conversamos são cooperadas à COOPERAFI (Cooperativa dos Agricultores Familiares da Itamarati) que foi fundada no ano de 2010, conta com 68 cooperados e 25 destes fazem parte dos programas que a cooperativa faz parte, e são estes PAA-CI, PAA-DS e PNAE.

A quarta pessoa com quem conversamos é Helena, de 48 anos, autodeclarada branca, casada e tem 03 filhos. Antes de vir para o acampamento, que depois daria origem ao assentamento, Helena residia em Campo Grande, ela ficou acampada juntamente com as demais famílias e conquistou o tão sonhado lote, ela nos conta que antes de vir para cá ela já trabalhava com a terra.

No que tange aos filhos, Helena afirma que para ela, o importante é eles estarem felizes, independentemente de onde estejam, nas palavras dela: “Eu incentivo eles a correrem atrás do que é melhor para eles, no campo ou na cidade, desde que isso os faça feliz”. (Entrevistada Helena, 2021)

A renda mensal da família é de até um salário mínimo, não são beneficiários de nenhum tipo de benefício social, e assim ela e o companheiro contribuem com a renda da família, ela trabalhando no sítio, e o companheiro trabalha em uma fazenda como empreiteiro fazendo cercas, sendo estas duas a principal fonte de renda da família. Com relação à divisão do trabalho, ela afirma que todos se ajudam nas tarefas, tanto do sítio como domésticas.

Luíza, é a quinta pessoa com quem conversamos, ela tem 39 anos, autodeclarada parda, casada e tem 02 filhos. Ela nos conta que antes de vir para o acampamento residia em Ponta Porã, na cidade mesmo, sempre teve horta para consumo próprio, porém sempre em espaços pequenos, pois residia dentro da cidade. Segundo ela, incentiva seus filhos a permanecerem no sítio, pois “é um bom lugar, a gente trabalhando para se sustentar, olha você vive muito bem. Na cidade é muito complicado as coisas estão muito caras não é fácil viver na cidade então eu incentivo muito eles a ficar aqui”. (Entrevistada Luíza, 2021)

Na casa de L , o salário mensal é de até um salário mínimo, as 4 pessoas que residem na casa, incluindo ela, trabalham no sítio, além disso seu marido e dois filhos fazem diárias para outras pessoas e ela faz crochê para complementar a renda da família. Ela afirma que a principal fonte de renda da família ainda é a horta, mas que o marido e os filhos fazem diárias para outras pessoas para ter uma renda extra, e que ela, pessoalmente, não trabalha fora do sítio. Assim, no que tange ao trabalho no sítio, todos trabalham juntos para levar a cabo as atividades a serem realizadas, e segundo ela: “todos nos ajudamos trabalhamos juntos e unidos” (Entrevistada Luíza, 2021).

Estas duas entrevistadas fazem parte da cooperativa COPAPIS (Cooperativa dos Pequenos Produtores da Comunidade Pioneiros do Sul), entramos em contato com mais pessoas para que nossa pesquisa fosse mais abrangente, porém não obtivemos resposta. Assim esta entidade nesta pesquisa é representada por Cesar, que é presidente desta entidade, e já está no seu terceiro mandato. A mesma foi criada no fim do ano de 2008, com o intuito de organizar a produção dos pequenos produtores da comunidade Pioneiros do Sul, que é uma das comunidades do Assentamento Itamarati II. Esta deu viabilidade para que os produtores se organizassem, e tivessem um mercado para a sua pequena produção, no caso a entrega destes produtos para os programas dos quais já falamos. Esta cooperativa em particular, participa de apenas um deles, que é o PAA-DS.

A sexta pessoa que entrevistamos é Paula, de 42 anos, autodeclarada parda, casada e tem 03 filhos, antes de vir para ser assentada no Assentamento Itamarati, morava em Salto del Guairá, no Paraguai, e ficou acampada por 3 anos em Laguna Carapã, depois veio a ser assentada no assentamento Itamarati II. Desde pequena trabalha com a terra, e ela nos conta que sempre foi incentivada pelo pai a trabalhar com produtos orgânicos, assim hoje, Paula tem o certificado de orgânico da APOMS

(Associação de Produtos Orgânicos do Mato Grosso do Sul). E assim em um ato de vida, de amor, ela incentiva seus filhos a trabalharem com a terra e com produtos orgânicos, pois segundo ela “desde que nasceram eu incentivo a trabalhar na terra por que isso se chama vida” (Entrevistada Paula, 2021).

Paula divide o trabalho com a horta com o companheiro e com o filho de 9 anos, e assim eles se ajudam para produzir alimento orgânico para entregar nos programas dos quais fazem parte, sendo estes o PAA-CI e o PNAE. Em sua casa, vivem com uma renda mensal de 2 a 3 salários mínimos e sua principal fonte de renda é a horta orgânica, e também como forma de complementar a renda ela trabalha na feira onde recebe uma porcentagem com os produtos que vende, segundo ela: “Eu trabalho na feira e é uma forma de complementar a minha renda como sou cooperada na cooperativa então eu incentivo os outros produtores a plantarem e venderem na feira e ganho 30% em cima do lucro total” (Entrevistada Paula, 2021). Percebemos pela sua fala, que ela além de ter sua produção totalmente orgânica, ainda incentiva outros produtores a fazerem o mesmo, e assim isto é levado a cabo através da feira.

Sobre a divisão do trabalho no sitio ela afirma nos descreve uma rotina bem acelerada e cansativa, mas que segundo ela, vale a pena:

Levanto todos os dias – dependendo do tanto de verduras que a gente vai tirar – 3 horas 4 horas da manhã. Eu vou para horta e meu companheiro vai pro Mangueirão tirar leite das vacas, depois que a gente termina eu arrumo tudo no carro e saio para fazer as entregas para o mercado e para a feira e ele vai trabalhar na horta. Quando eu chego, entre meio dia e uma hora da tarde, aí nós almoçamos. Depois vou descascar mandioca para entregar nos mercados e ele continua trabalhando na horta mudando plantando as verduras e fazendo as tarefas dele, aí quando ele termina ele vem me ajudar a empacotar mandioca e outras vezes quando não é mandioca eu ajudo tirar verduras. Quando é verdura que não é folha a gente pode tirar antes então é dessa forma assim, a gente divide as tarefas. (Entrevistada Paula, 2021)

Além desta rotina de correria para atender as demandas de produtos que ela precisa entregar, ainda precisa cuidar dos afazeres domésticos como fazer comida, lavar roupas e cuidar da casa, “e aí por diante vai, e assim é a vida, não tem hora pra ir dormir, e assim somos nós dois” (Entrevistada Paula, 2021).

O sétimo e último entrevistado foi Pedro da Silva, de 58 anos de idade, solteiro e sem filhos, nos conta que antes de ser assentado era arrendatário de terras na cidade

de Dourados, onde também residia. Ele ficava temporadas em Dourados cuidando da plantação e quando se fazia necessário vinha para o acampamento e participava das reuniões, também vinha aos finais de semana para o barraco. Como Pedro foi assentado pela FETAGRI, não ficar no acampamento de forma permanente era uma possibilidade que existia.

A maior parte da vida Pedro mexeu com a terra, assim até seus 14 anos ele morou em fazenda, depois segundo ele foi morar um tempo em cidade e também ficou um tempo no exército, e então já na década de noventa voltou a trabalhar com a terra, iniciando os arrendamentos, e no momento em que saem os lotes, ele vem para o assentamento e passa a trabalhar em seu próprio lote.

Paula e Pedro fazem parte da cooperativa COOPERAI (Cooperativa dos Produtores do Assentamento Itamarati) criada no ano de 2009, porém as conversas e reuniões iniciaram ainda no ano de 2008.

#### **4.2 O acesso às políticas públicas como instrumento de permanência e resistência no campo.**

Acerca das políticas públicas, perguntamos aos entrevistados se estes já conheciam as mesmas, Cristina nos conta que ela ouvia falar dos programas, porém não conhecia plenamente, e foi a partir do ingresso na cooperativa que ela teve acesso aos programas e então passou a conhecer melhor, segundo ela: “a partir do ingresso de nossa família em cooperativas de agricultores familiares é que conseguimos participar e compreender um pouco mais e perceber uma perspectiva de mercado para além do mercado convencional”.

A produtora Márcia afirma que passou a conhecer os programas a partir do contato com um dos responsáveis pela cooperativa, e que antes conhecia o PAA-DS, já a produtora Elaine, afirma que antes de entrar na cooperativa não conhecia os projetos. Eliane e Márcia afirmam que não tiveram dúvidas em participar dos programas, que estes são uma forma de agregar valor aos produtos, já Cristina afirma que:

Dúvidas sempre existem, pois era a primeira vez que iria participar, foi em 2018 meu ingresso nesses programas, mas na verdade buscamos nos filiar a cooperativa, pois havia essa perspectiva de participação e sempre gostamos do trabalho com hortaliças,

queríamos trabalhar com isso e adentrar o mercado institucional tendo em vista o preço dos produtos que supera o do mercado comum (Entrevistada Cristina, 2021)

As produtoras afirmam que a cooperativa realizou atividades para que aqueles que fossem participar do projeto conhecessem o funcionamento do mesmo, “sobre alguma dúvida que a gente tinha teve algumas palestras” afirma Elaine, Cristina nos explica que há algumas regras e diretrizes que precisam ser cumpridas para que possa participar dos programas e “além de regras no sentido de como será organizada a produção, distribuição, venda e entrega dos produtos, por isso faz-se necessária a realização de reuniões com os produtores vinculados para um melhor planejamento” (Entrevistada Cristina, 2021)

As mesmas produzem itens dos mais variados para a entrega nos programas, pois a cooperativa, dentre os itens que são solicitados nos projetos, dão uma autonomia para os produtores escolherem quais produtos desejam cultivar, e desta forma distribui a produção entre todos os participantes, levando em consideração ainda o ciclo produtivo dos cultivares e o ciclo climático da região. Na foto 07 podemos ver um dia de coleta de produtos para a entrega em um dos programas – este não especificado por quem nos deu acesso à imagem – e observamos na mesma a quantidade e variedade dos produtos entregados, além da qualidade dos mesmos.

**Foto 07:** coleta de produtos na COOPERAFI





**Fonte:** foto enviada pelo entrevistado, pesquisa de campo, 2021.

Na foto 07 podemos observar que os produtos são todos devidamente embalados, em embalagens limpas e transparentes, as quais permitem que o produto seja observado e sua qualidade seja comprovada, e segundo os/as produtores/as esta é uma das exigências para participar dos programas, após devidamente limpos e embalados, os produtos são pesados na cooperativa com a presença do/a produtor/a, desta forma, as percas de produtos diminuiram e ainda o produtor/a está ciente do montante que entregou e qual o valor que irá receber pelo produto, podendo assim ter o controle de suas vendas. A entrevistada Eliane tem uma produção variada de produtos que entrega na cooperativa, sendo alguns destes mandioca, batata doce, repolho, tomate, alface, beterraba, brócolis, couve folha e a rúcula. Na foto 08 podemos ver um pouco de sua produção:

**Foto 08:** canteiro de alfaces



**Fonte:** pesquisa de campo, 2021

**Foto 09:** foto enviada pelo entrevistado, à esquerda canteiro de repolho, à direita canteiro de Brócolis.



**Fonte:** foto enviada pelo entrevistado, pesquisa de campo, 2021

Cristina neste momento também tem uma produção bastante diversificada de hortaliças e algumas frutas sendo estas: alface, almeirão, couve, repolho, rúcula, acelga, cenoura, cebolinha, cebola, acerola, maracujá, entre outras. Segundo ela: “como o preço nos programas são melhores, possibilita planejar melhor a produção, por isso conseguimos ampliar a horta, diversificar a produção melhorar a irrigação” (Entrevistada Cristina, 2021)

Nas fotos a seguir mostramos um pouco da produção do lote



**Foto 10:** canteiro de repolhos



**Fonte:** foto enviada pelo entrevistado, pesquisa de campo, 2021

**Foto 11:** canteiro de cenouras



**Fonte:** foto enviada pelo entrevistado, pesquisa de campo, 2021

**Foto 12:** cenouras produzindo



**Fonte:** foto enviada pelo entrevistado, pesquisa de campo, 2021

Márcia, por sua vez nos mostra sua produção de alfaces sendo irrigada, observamos a foto 13:



**Foto 13:** canteiros de alfaces sendo irrigados



**Fonte:** foto enviada pelo entrevistado, pesquisa de campo, 2021

Além da produção de alfaces a família de Márcia ainda produz cenoura, cebolinha, salsinha, couve folha, brócolis, berinjela, repolho e mandioca, além de praticar bovinocultura leiteira e criação de galinhas. Na foto 14 vemos frangos caipiras, muitos deles em porte de abate seja para consumo próprio ou para venda.

**Foto 14:** frangos caipiras para abate.



**Fonte:** foto enviada pelo entrevistado, pesquisa de campo, 2021

Márcia nos conta que todas as melhorias que fez acontecer no lote, como estruturação da horta e reforma da casa por exemplo são todos frutos do dinheiro adquirido grande parte com as entregas de produtos nos programas

Pedro, que é cooperado à COOPERAI afirma que ele mesmo não conhecia os programas, e foi através de um amigo que trabalhou com ele que o mesmo passou a conhecer, e segundo ele “um amigo, meu vizinho e colega na época, já estava participando, aí ele vendo eu trabalhando aqui um dia me convidou pra ir lá e conhecer aí foi que eu tomei conhecimento e passei a participar” (Entrevistado Antonio, 2021)

Foi a partir deste momento que ele começou a participar da cooperativa e se cooperou à mesma, e desta forma, aumentou e diversificou sua produção:

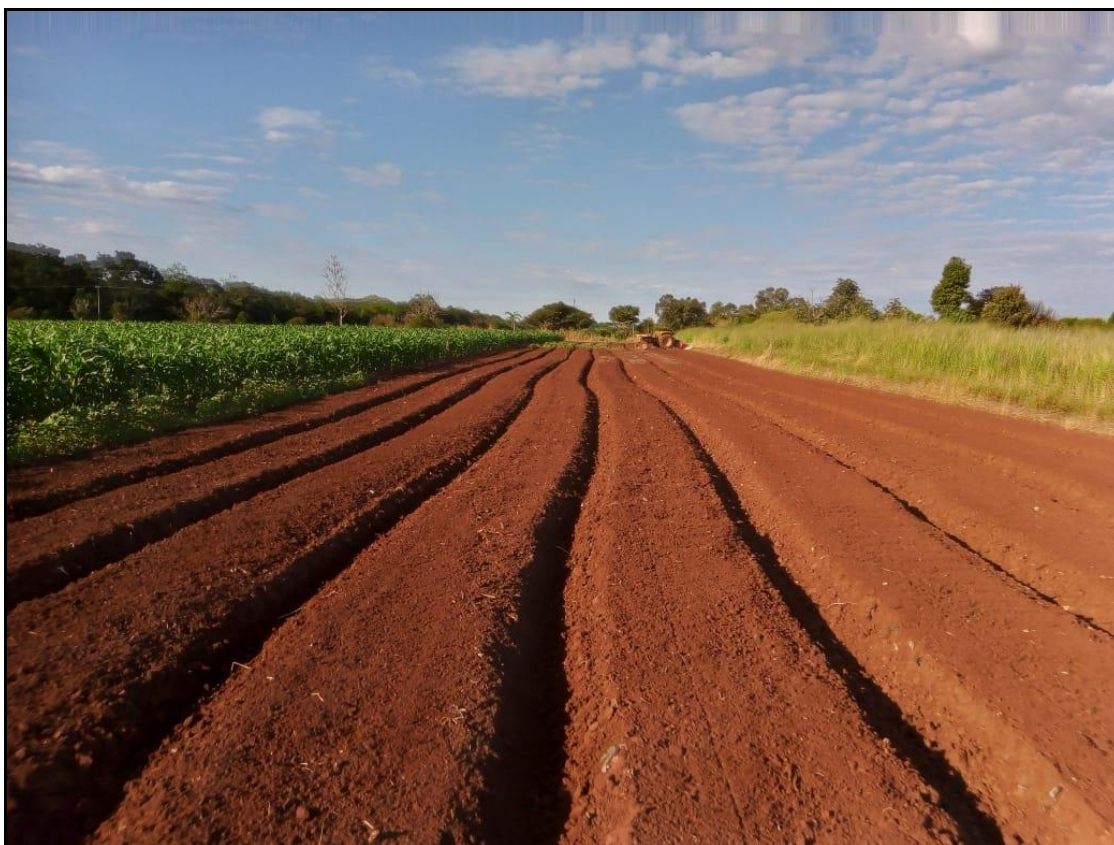
Trabalho e me sustento da renda do sítio, aí tenho uns 5 hectares de plantação, as quais divido entre horta na qual trabalho com produtos variados, este ano estou com uma produção de: melancia, abacaxi, repolho, cenoura, beterraba e parte outra parte destes 5 hectares divido entre horta e plantação de soja e milho (Entrevistado Antonio, 2021)



Ele nos conta que quando se cooperou, a cooperativa vinha precisando de pessoas que tivessem interesse e vontade de trabalhar, então quando ele apresentou a intenção de se cooperar, e com a produção que ele já tinha em seu lote, imediatamente foi aceito. Quando ele entrou, a cooperativa acessava somente o PNAE e desta forma se manteve por quase 10 anos, pois segundo ele não tinham os implementos para trabalhar, e não conseguiam atender a certos produtos como cenoura e beterraba, pois estas demandam de implementos como encanteiradores para que se desenvolvam plenamente, mas agora, nas palavras dele: “felizmente agora depois de uns 4 anos pra cá que as coisas se organizaram começamos a adquirir implementos trator e as coisas começaram a dar certo” (Entrevistado Antonio, 2021)

Na foto 15, enviada pelo entrevistado, podemos ver os canteiros prontos para o plantio de cenoura e beterraba

**Foto 15:** canteiros prontos para receber plantação de cenoura e beterraba



**Fonte:** foto enviada pelo entrevistado, pesquisa de campo, 2021

Na foto 15 vemos um total de 8 canteiros ao lado de uma plantação de milho, canteiros estes que foram feitos com trator e um implemento chamado encanteirador,



que após o solo preparado com gradagem, possibilita que canteiros grandes sejam feitos em pouco tempo, trabalho este que seria muito mais difícil de ser feito com implementos manuais, por exemplo, e o resultado não seria tão bom. O mesmo facilita muito o trabalho com a horta, aumenta a produtividade, qualidade do produto e consequentemente traz melhores resultados para o/a produtor/a.

O produtor Pedro nos mandou também fotos do seu plantio de milho, o qual vende também para a cooperativa, vejamos na foto 10

**Foto 16:** plantio de milho para venda na cooperativa.



**Fonte:** foto enviada pelo entrevistado, pesquisa de campo, 2021

Perguntamos ao produtor quais melhorias ele fez acontecer no lote a partir do acesso aos programas, e ele afirma que não investiu o dinheiro em estruturas nem melhorias na casa, mas sim na própria plantação, como irrigação tanto por aspersores quanto por gotejamento e também investiu na aquisição de um trator, que é de um modelo antigo mas atende bem as demandas do lote, ele adquiriu ainda alguns implementos – que não identificou quais são – e assim, Pedro tem quase 5 hectares de terras irrigadas.

A produtora Paula, nos conta que também não conhecia os programas, até que um dia, também através de um amigo que a viu trabalhando e produzindo, e então a convidou a participar da cooperativa, segundo ela “um dia ele me convidou pra ir lá e conhecer aí foi que eu tomei conhecimento e passei a participar” (Entrevistada Paula, 2021).

Paula já participava de uma associação, que tem o nome de “Gerando Vidas”, esta dedicada a produção orgânica, e segundo ela, foi através de amigos como a Irmã Olga Manosso, pessoa extremamente influente e engajada nos movimentos de mulheres e pró produção orgânica, que esta associação foi fundada, em suas palavras:

Eu comecei a participar através da irmã Olga, mas primeiro veio o Vitor que incentivou a gente a fazer alguns estudos com o orgânico aí seria mais fácil para a gente entrar na rede, e depois que veio a irmã Olga e conseguimos fazer a associação Gerando Vidas, que é aonde eu faço parte também da associação, e é onde a gente entrou nesses programas primeiro, e foi uma bênção né. (Entrevistada Paula, 2021)

Paula tem uma produção bastante diversificada, e todos estes produtos contam com o selo de produto orgânico, e produtos que tem certificação orgânica têm um acréscimo de 30% em seu valor nos programas. Ela nos conta ainda que há um ano atrás produzia 22 itens, porém agora diminuiu um pouco a produção, e produz alface, cebolinha, salsinha, tomate, cenoura, beterraba, rúcula, almeirão, quiabo, milho verde, mandioca, maracujá entre outros produtos

Nas fotos 17 e 18 podemos ver um pouco da produção que a entrevistada tem:

**Foto 17:** mandioca embalada a vácuo



**Fonte:** foto enviada pelo entrevistado, pesquisa de campo, 2021

**Foto 18:** tomates orgânicos plantados na estufa



**Fonte:** foto enviada pelo entrevistado, pesquisa de campo, 2021

No lote, Paula tem duas estufas para plantio de tomates, a primeira, menor, tem 20 (vinte) metros de largura por 26 (vinte e seis) metros de comprimento, e tem capacidade para plantio de 700 (setescentas) mudas de tomates, a segunda, que é um pouco maior, mede 20 (vinte) metros de largura por 33 (trinta e três) metros de comprimento, a mesma por ser maior tem capacidade para plantio de 1.100 (mil e

cem) mudas de tomate. Estas estufas foram construídas com o lucro das entregas realizadas aos programas. Ela nos conta que não teve dúvidas nenhuma quando foi convidada para participar dos programas, pois sempre quis progredir no lote, ela conta que sempre pensou no melhor para vender seus produtos, e que “é muito difícil trabalhar ter o produto perdendo e não ter para quem vender, para quem entregar, então, esses programas foram um incentivo muito grande” (Entrevistada Paula, 2021), e segundo ela, quer seguir participando dos projetos, pois é isso que traz seu sustento e também assim seguirá progredindo. Com relação às melhorias que ela fez acontecer no lote, além das estufas, ela nos conta que as mudanças mais significativas que fez acontecer foram a perfuração de um poço artesiano e instalação de todo um sistema de irrigação dos canteiros e das estufas.

Perguntados se recebem algum tipo de apoio da cooperativa, como insumos e sementes ambos afirmam que sim. Paula cita os trabalhos mecanizados que a cooperativa faz a menor preço, o que ajuda muito, e Pedro afirma que:

A cooperativa fornece produtos para a gente como sementes, adubo, esse tipo de coisa, e disponibiliza para os produtores pegarem e pagarem conforme vão vendendo e arrecadando o dinheiro, assim desconta a sua parte e devolve a parte do produtor, e é dessa forma que trabalhamos (Entrevistado Antonio, 2021)

O entrevistado afirma ainda que no caso de ter uma assistência técnica a cooperativa já fez algumas tentativas, mas que nenhuma funcionou, e que também houve uma tentativa de parceria com o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), mas que estas foram inviáveis pelo fato de ser por um curto período de tempo – 3 meses – e que normalmente os ciclos produtivos são maiores.

A entrevistada Luíza nos conta que ela conheceu a cooperativa e conseqüentemente os programas através de sua vizinha, que já participava da cooperativa e também dos programas, então ela entrou em contato com o presidente que explicou a ela como funcionava a questão da cooperação e também os programas, e assim segundo ela “aí me encaixei e achei bom pelo projeto e por isso nos cooperamos na cooperativa” (Entrevistada Luíza, 2021). Helena por sua vez conta que não tinha pleno conhecimento dos programas, mas que sabia como funcionavam. Ambas são cooperadas à COOPAPIS.



Ao serem convidadas, tiveram dúvidas, pois como era algo novo sempre há uma desconfiança, mas ambas afirmam que buscaram mais informações e desta forma entraram no programa que mais se adequava à sua realidade. Elas nos contam que a cooperativa fez uma reunião para apresentar o funcionamento da cooperativa com todos os novos sócios, e nesta mesma reunião apresentou os programas ao qual elas queriam participar, e assim passaram a participar e entregar seus produtos.

Luíza tem uma variedade grande de produtos, como alface, almeirão, couve, cebolinha, salsinha, pimentão, repolho, diversos tipos de hortaliças, nas fotos a seguir podemos ver um pouco da produção do lote de Luíza:

**Foto 19:** canteiros de hortaliças todo irrigado.



**Fonte:** foto enviada pelo entrevistado, pesquisa de campo, 2021.

**Foto 20:** horta vista de outro ângulo e estufa de produção de mudas.



**Fonte:** foto enviada pelo entrevistado, pesquisa de campo, 2021

Na foto 19 e 20 podemos observar que os canteiros de hortaliças que Luíza tem são todos irrigados, esta melhoria foi possível graças ao lucro obtido com as entregas de produtos nos programas. Ela também planta mandioca e milho para entregar, vejamos na foto 21:

**Foto 21:** plantio de mandioca para entrega nos programas



**Fonte:** foto enviada pelo entrevistado, pesquisa de campo, 2021



Luíza faz questão de mostrar suas plantas ornamentais, que fazem parte da ornamentação do lote, o que para ela é importante, então na foto a seguir podemos observar um dos tipos de plantas ornamentais que Luíza tem ao redor da casa

**Foto 22:** planta conhecida como “Flor de Natal”, para fins ornamentais.



**Fonte:** foto enviada pelo entrevistado, pesquisa de campo, 2021

A partir das vendas de produtos nos programas já fez acontecer várias melhorias em seu lote, segundo ela neste momento está reformando sua casa, mas já fez outras melhorias como chiqueiro para os porcos, galinheiro, e ainda melhorias na própria horta como já demonstrado acima.

Helena por sua vez também possui uma ampla variedade de produtos que tem fins de consumo e venda, sendo estes: milho, abobora, quiabo, repolho, limão, maxixe, mamão, couve, cenoura, entre outros – até a conclusão desta dissertação ela não disponibilizou fotos da plantação.

Com relação à suporte por parte da cooperativa Helena afirma que não há um suporte técnico e nem com insumos, mas sim um apoio moral para que os/as produtores/as sigam plantando e colhendo. Luíza por sua vez afirma que já tiveram apoio de um técnico, mas que hoje em dia o mesmo não frequenta mais os lotes.

#### **4.3 A relação e a importância das políticas públicas de fortalecimento da reforma agrária com a comunidade**

Perguntamos aos entrevistados como eles veem a relação dos programas com a comunidade, e as respostas foram todas na mesma linha, de que os programas são de suma importância para a permanência do assentado em seu lote, pois com eles o produtor percebe que possui meios de permanecer no lote e do mesmo tirar seu próprio sustento. Além disso há registros de pessoas que já estavam quase desistindo do lote e a partir do acesso aos programas estes mudaram de ideia. A entrevistada Cristina afirma:

Muitos assentados já estavam desmotivados a produzir esse tipo de produto, pois adentrar no mercado é algo difícil, a maioria produzia antigamente e não conseguia vender, o que desmotivou muitas famílias. Quando uma ou mais famílias começam a produzir em quantidade e vender, isso se converte em melhorias para seu local, as pessoas desacreditadas passam a perceber que existe formas de se produzir, vender e viver melhor do sítio, da terra, com nosso próprio trabalho, sem ter que sair do local para ganhar dinheiro (Entrevistada Cristina, 2021)

Além do mais os programas trazem uma autonomia e estabilidade financeira ao produtor, como atividade principal de geração de renda ou como atividade complementar à renda da, assim segundo relatos, traz uma comodidade maior no lote, tanto nas casas como nas estruturas necessárias para o cultivo, segundo a entrevistada Eliane “é muito bom né porque ajuda na renda familiar, dá um padrão de vida melhor para as pessoas que acessam, eu acho tudo de bom” (Entrevistada Elaine, 2021), além de que, faz girar a economia do distrito, pois a renda que é gerada com os programas, em grande parte é injetada nos comércios da região do distrito.

Mas o entrevistado Pedro lembra que os programas por si só não resolvem o problema, pois muitas vezes há vários produtores com o mesmo produto, então não é feita a coleta da totalidade de um produto específico, o que acaba gerando percas, e nesse sentido ele afirma que as cooperativas precisam buscar outros meios de escoar essa produção, como mercados locais e regionais.

Outro ponto que foi lembrado pelos entrevistados foi a questão da população carente que tem acesso a estes produtos, que esta população é uma das maiores beneficiadas com estes programas pois através dos mesmos elas têm acesso a uma alimentação mais nutritiva e saudável “pois em grande maioria, os produtos produzidos por assentados possuem menos agrotóxicos que os de grandes plantações” (Entrevistada Cristina, 2021)



Outrossim percebemos que os entrevistados acreditam que a forma de produção dos programas permite que eles tenha uma autonomia na hora de produzir, dentro do que os programas permitem, o que levantou outro ponto importante: a forma com que as famílias se alimentam, como lembrou a entrevistada Márcia “você tem o alimento que você põe na sua mesa e vai ter uma alimentação mais saudável” (Entrevistada Márcia, 2021) além do mais também traz mudanças na forma em que a comunidade como um todo se alimenta, pois quando se sabe que alguém tem horta em casa, as pessoas procuram para adquirir os alimentos frescos e saudáveis para o consumo.

Outra questão que foi constantemente lembrada pelos entrevistados é que o acesso aos programas agrega valor aos produtos de uma maneira geral, pois apesar de que em cada programa o produto tenha um valor, estes geralmente são muito maiores de que no mercado convencional, ou se os mesmos fossem entregues a atravessadores.

Uma última pergunta feita aos entrevistados foi se o atual governo – considerando que na época de entrevistas o governo federal era liderado por Jair Messias Bolsonaro, o governo estadual por Reinaldo Azambuja e o governo municipal por Hélio Peluffo – nas três instancias da federação, estão cumprindo com seu papel para com o assentado e também com as políticas públicas, e percebemos que para uns a insatisfação é nítida, mas para outros os governos têm sim feito um bom trabalho, por questões éticas não citaremos nomes no que tange a esta última questão, mas colocaremos aqui algumas frases que foram ditas pelos entrevistados, sem identificá-los diretamente:

“nós conseguimos um trator quando entrou esse atual prefeito, o atual governador também com a ministra Tereza Cristina também ajudaram a organizar nossa cooperativa, e não tenho dúvidas de que é uma das melhores cooperativas, mais organizadas para o pequeno produtor a que beneficia mais gente. E o governo federal depois que assumiu a mesma coisa através da ministra Tereza Cristina está investindo e as coisas estão acontecendo, os programas que já existiam eles estão mantendo, antes era a miséria pobreza e agora temos mais o título que já está chegando que vamos receber. É o que mudou e está mudando nossa realidade (Entrevistado, 2021)

Eu acho que nesse sentido de verbas né, para os assentamentos, é péssima, é precária os governantes agora não estão fazendo nada por nós, estamos esquecidos por eles. (Entrevistado, 2021)

Bom, eu creio que investi porque muitas coisas já estavam paradas com essa pandemia e liberou alguns recursos para investir na agricultura familiar. (Entrevistado, 2021)

Olha eu não vejo o governo federal aplicar em nada no campo, não vejo ajudar a gente em nada pra mim ele não faz nada por nós, nesse ponto pelo meu conhecimento, não estou vendo ele se explicar por nós não (Entrevistado, 2021)

Assim, acatando a opinião de cada um e optando por não os identificar neste ponto, percebemos que o entendimento que cada um tem acerca do governo, varia de pessoa para pessoa e como vivemos em uma democracia, o importante é respeitar a posição de cada um e que desta forma se cumpra a liberdade de expressão de cada um.

Este capítulo pudemos conhecer melhor as pessoas que foram entrevistadas e assim percebemos que as políticas públicas abordadas nesta pesquisa de dissertação realmente fortalecem a agricultura familiar, pois principalmente agregam valor à produção dos assentados, a partir disso se acarreta muitas outras coisas, e sem dúvidas a principal delas é o incentivo de permanência do assentado no lote. Assim a estruturação das estruturas no lote, a melhoria na qualidade de vida, e a melhoria na alimentação, por exemplo, são consequências positivas do acesso das famílias às políticas públicas de fortalecimento dos assentamentos da reforma agrária.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território no qual o assentamento Itamarati I e II está localizado é fruto de vários processos de ocupações diferentes, trazendo consigo diversas cargas históricas que terminaram por configurar o espaço de fronteira da maneira que é visto hoje, uma fronteira territorial bastante plural, e que inclusive suas cidades levam apelido de “gêmeas”, por em diversos momentos se fundirem, parecendo uma só.

Os assentamentos, portanto, são frutos também desta ocupação, que com sua forma de ser, atraíram pessoas de vários lugares diferentes para serem acampadas à margem da fazenda que futuramente seria o tão sonhado pedaço de chão de cada uma daquelas famílias que ali se encontravam. E, estes dois assentamentos, seguindo a configuração peculiar da região, não foram conquistados através de ocupação do território da antiga fazenda, mas sim através de diálogo e também pressão aos órgãos responsáveis como INCRA e ainda o governo federal.

Desta maneira, com mais de três mil famílias assentadas, viu-se a necessidade da organização das mesmas em cooperativas para conseguir acessar diversos benefícios disponíveis para os assentados. É nesse contexto, que nascem as cooperativas que foram citadas neste trabalho, trazendo para os assentados condições de produzir e permanecer no lote. Condições estas, criadas, entre outros elementos, por meio do acesso a DAP física e DAP jurídica que, por sua vez, permite o acesso às políticas públicas como PAA e PNAE.

Contudo, faz-se necessário ressaltar que nos últimos anos, mais precisamente a partir de 2015 os cortes nestes programas viram a regra, e não a exceção. Em grande medida estes cortes acentuados foram gerados pela instabilidade econômica e principalmente política pela qual o país vem passando nestes últimos anos. Para se ter uma noção da gravidade dos cortes, no ano de 2022 o recurso disponibilizado a nível federal para o PAA – DS foi um valor maior em apenas vinte mil reais que o valor disponibilizado em 2015 exclusivamente para o município de Ponta Porã, e no que diz respeito ao PNAE este não tem reajuste acima da inflação desde o início do ano de 2017, o que afeta a qualidade e quantidade da alimentação ofertada nas escolas.

Apesar de atualmente os números mostrarem um corte sistêmico de investimentos na área de políticas públicas para a agricultura familiar, através das

entrevistas realizadas com os assentados que acessam estes programas, e posteriormente a tabulação dos dados, pudemos perceber que a qualidade de vida das pessoas melhorou em um nível ótimo, desenvolvendo assim as condições necessárias para permanecer na terra, extraindo uma renda que permite suprir as necessidades básicas da família, haver um excedente para a melhoria das estruturas em cima do lote e do próprio processo de produção, evitando, assim, a evasão do lote, gerando renda e desenvolvimento para a região.

E para além das questões financeiras e de estrutura, constatou-se que a alimentação das famílias passa a ser mais saudável a partir do acesso aos programas, pois a produção é mais diversificada e mais contínua. Desta forma, a hipótese inicial deste trabalho foi confirmada. Fato é que a criação e o acesso das políticas públicas permitiram que os assentados destes assentamentos conseguissem tirar do seu lugar de vida o sustento e nele permanecer.

Esta pesquisa veio sendo desenvolvida, como já explicado, para desvelar em qual nível e de que maneira as políticas públicas aqui analisadas fortalecem as famílias que a elas têm acesso e o assentamento do qual as mesmas fazem parte, porém, ao decorrer da mesma, surgiu a curiosidade de conhecer também as famílias que não têm acesso a estes programas: por que não acessam? Qual a limitação para o acesso? Traz algum impacto financeiro para a família? Se sim, em que nível este impacto afeta a região dos assentamentos como um todo? Estas famílias gostariam de acessar estes programas? E entre outras indagações que foram surgindo ao longo da pesquisa. Desta forma, acreditamos que estas questões são válidas e extremamente importantes para o aprofundamento das pesquisas sobre políticas públicas nos assentamentos em questão, porém são temas para trabalhos posteriores que possam vir a complementar a pesquisa já desenvolvida.

Assim, como encaminhamento de pesquisa, cabe indagar de que maneira o acesso a estas políticas e o desenvolvimento da região do assentamento afetam o município como um todo. Outro ponto, que também é interessante de ser pesquisado é o porquê destas políticas públicas não chegarem à população assentada como um todo, ou pelo menos à uma parcela majoritária dos assentados – visto que isto não acontece no momento –, e de que forma isto impacta o assentamento e a região estudada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLÉ, Maria de Fatima Lessa. **Impactos sobre o Desenvolvimento Regional Decorrentes do Assentamento Itamarati, Ponta Porã (MS): 2001 – 2010**. 2011. Dissertação (Mestrado em Meio ambiente e Desenvolvimento Regional) Anhanguera – Uniderp – Campo Grande.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus Editora, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. **Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar**. 2<sup>da</sup> edição – versão atualizada com a resolução CD/FNDE n° 04/2015. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-eixos-de-atuacao/pnae-agricultura-familiar> Acessado em: 13 de junho de 2022.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Manual operativo**: modalidade compra com doação simultânea operação por meio de termo de adesão. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca\\_alimentar/manualPAA.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/manualPAA.pdf) Acessado em: 05/04/2022

Brasil. Ministério da Cidadania. **PAA**: compra institucional. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produtiva-rural/paa/paa-ci/paa-compra-institucional-1> Acessado em: 17 de maio de 2022.

BRASIL. Ministério da educação. **Resolução nº 21, de 16 de novembro de 2021**.

Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/14225-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-21,-de-16-de-novembro-de-2021#:~:text=Altera%20a%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CD%2FFNDE,Nacional%20de%20Alimenta%C3%A7%C3%A3o%20Escolar%20E2%80%93%20PNAE> Acessado em: 20 de maio de 2022

BRASIL, Ministério da Educação. **Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar**. 2<sup>da</sup> edição – versão atualizada com a resolução CD/FNDE n° 04/2015.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Expressão Popular, São Paulo, 2012.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A produção do espaço e do território**: as relações de trabalho subordinadas ao modo de produção capitalista.

CORREIA. Leonice Alexandra Tessmann de. **Elementos de desmonte do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**: os impactos dos cortes sobre as famílias excluídas do PAA no assentamento Itamarati II. Monografia (Licenciatura em Educação do Campo) Faculdade Intercultural Indígena. UFGD. Dourados MS, p. 67, 2019.

COSTA, Barbara Regina Lopez (2018). Bola de Neve Virtual: O Uso das Redes Sociais Virtuais no Processo de Coleta de Dados de uma Pesquisa Científica. In:

*Revista Interdisciplinar De Gestão Social*, vol. 7, n° 1, p. 15-37. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/24649> acessado em: 05 de outubro de 2021.

DRAIBE, Sônia Miriam. **Estado de Bem-Estar Desenvolvimento Econômico e Cidadania: algumas lições da literatura contemporânea**. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. (orgs.). *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro – RJ. FIOCRUZ, 2007.

Diário oficial do município de Ponta Porã. Lei n° 4.091 de 16 de março de 2015. Acessado em: 15 de março de 2021 Disponível em: <https://pontapora.ms.gov.br/v2/diario-oficial/#ExibeDiarioNovo>

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Território Camponês**. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Expressão Popular, São Paulo, 2012

\_\_\_\_\_. **Entrando nos territórios do Território – UNESP**  
\_\_\_\_\_. **Sobre a tipologia de territórios**

GRISA, C; SCHENEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015.

GHIZELINI, André A. Michelato; ARAGUÃO, Lucas. **Campesinato e Agricultura Familiar: divergências e convergências para o reconhecimento e fortalecimento da agricultura de base familiar**. Revista Sinais, n. 23/1, pp. 91 – 110, Jan-Jun 2019.

JOHNSON, Guillermo Alfredo. Os alicerces das políticas públicas: adversidades da universalização. In: FAISTING, André Luiz; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. (orgs.). **Direitos Humanos, diversidade e movimentos sociais: um diálogo necessário**. Dourados – MS. UFGD, 2011.

LOCATEL, Celso Donizete; LIMA, L. de C. Do cooperativismo à economia solidária: normatização e dinâmica econômica no campo brasileiro. **COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA**, v. 15, p. 7-12, 2018.

MAESTRI, Mário. **A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira**. (In) **A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980/** STEDILE João Pedro (org); Douglas Estevam (assistente de pesquisa)--2. ed.—São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1981.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade**. *Revista NERA*, Presidente Prudente, n° 39, pp. 133-160, 2017.

MOLINA, Monica Castagna. **Políticas Públicas**, In: CALDART, Roseli Salet; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Expressão Popular, São Paulo, 2012.

MÜLLER, Ana Luiza. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**: o caso do Programa de aquisição de alimentos. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PEREIRA, Levi M. O movimento étnico-social pela demarcação das terras guarani em MS. In: *Tellus*, Campo Grande, ano 3, n. 4, p. 137-145, 2003. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/59/70> acesso em: 14 de agosto de 2021

PEREIRA, Raphaella Elias. **A visão dos professores de geografia sobre as escolas do campo do Distrito Itamarati em Ponta Porã-MS**. Por uma escola e (geografia) diferenciada. Dissertação (mestrado em geografia) – UFGD, Dourados.

PINTO, Maiara. **Da usina termoeletrica senador Filinto Muller à usina velha**: contribuição à história de um patrimônio histórico-cultural douradense. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Uma esquina nos confins da América**: encontros e desencontros nos processos de povoamento e ocupação do território do atual Mato Grosso do Sul. In: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS Isabelle. (orgs.) **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul**: história, cultura e transformações sociais. Dourados – MS: Ed. UFGD, 2015.

RAMOS, Marília Patta. Usos de questionários e entrevistas na Pesquisa Social: vantagens e limitações. In: ROBERTT, Pedro; RECH, Carla M.; LISDERO, Pedro; FACHINETTO, Rochele Fellini (Orgs.). **Metodologia em Ciências Sociais hoje**: práticas, abordagens e experiências de investigação. Volume 2. Jundiaí: Paco Editorial: 2016.

RAPCHAN, E. S. De identidades e pessoas: um estudo de caso sobre os sem terra de Sumaré. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia

RIOS. Gilvando Sá Leitão. O que é cooperativismo. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SABOURIN, Eric. **Reciprocidade e análise de políticas públicas rurais no Brasil**. *RURIS*, s.l, vol. 6, n°2, pp. 53-90, setembro/2012

SANTOS, Antonio Cezar de Almeida. **Fontes Orais: testemunhos, trajetórias de vida e história**. Universidade Federal do Paraná, Departamento de história, 2005.

SANTOS, Camila Comerlato. **Território Federal de Ponta Porã**: o Brasil de Vargas e a “marcha para oeste”. Dissertação. (Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2016.

SANTOS, Lucia de Moura. **O Território Federal de Ponta Porã – 1943-1946**. In: XIII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 2016, Coxim – MS.

**Artigo.**

SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO Eliseu Savério (orgs.) **Territorios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo – SP, Expressão Popular, 2009, 1º edição.

SOUZA, Celina. **Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas**. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. (orgs.). *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro – RJ. FIOCRUZ, 2007.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. Editora Fundação Perseu Abramo, 1ª ed. São Paulo, 2002.

STEDILE, João Pedro. **Reforma agrária**. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Expressão Popular, São Paulo, 2012.

TERRA, Ademir. **O Assentamento Itamarati no contexto dos megaempreendimentos em território Sul-mato-grossense**. *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, s.l, vol. 5, nº 9, pp. 166-202, fevereiro/2010

\_\_\_\_\_. **Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão? Assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS: “o pivô da questão”**. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Campus: Presidente Prudente, 2009.

THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses. IN: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (orgs.). E. P. Thompson: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1998

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **O campesinato brasileiro: uma história de resistência**. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba – SP, Vol. 52, p. S025-S044, 2014

\_\_\_\_\_. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003, pp. 42-61.

BARBOZA, Christian Souza; SANTOS, Danilo Alves dos. **Identificação da Organização Territorial para as Edificações do Assentamento Itamarati / MS** In: IV Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão – ENEPEX 2017, 2017, Dourados / MS.



## APÊNDICE

### UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE

#### Questionário aplicado com representantes das entidades

Docente orientadora: Dra. Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel

Pesquisadora: Leonice Alexandra Tessmann

**Título da pesquisa:** Diagnóstico das políticas públicas no fortalecimento da reforma agrária: um estudo de caso do complexo “Itamarati” - Ponta Porã-MS

1. Data de aplicação:
2. Nome do assentamento e do município:
3. Formato de aplicação: ( ) whatsapp mensagem ( )Whatsapp -gravação de áudio ( )e-mail ( )Presencial ( )Outros

#### **INFORMAÇÕES PESSOAIS DO REPRESENTANTE:**

4. Nome do entrevistado (a):
5. Qual sua idade?
6. Qual seu sexo? ( ) feminino ( ) masculino
7. Com qual cor se identifica?
8. Qual seu nível de escolaridade?

#### **SUA INSERÇÃO NA COOPERATIVA:**

9. A qual entidade representa?
10. Como você conseguiu trabalhar na cooperativa?
11. Por que você quis ir trabalhar na cooperativa?
12. Qual o ano de fundação da mesma?
13. Qual função você desempenha dentro da entidade?

14. Você desempenha outras atividades laborais depois que seu turno de trabalho na cooperativa encerra? (no seu lote ou em outro espaço)
15. O que você acha do seu trabalho na cooperativa? Você acha que contribui com a melhoria do assentamento? Por quê ? Se possível, fale em detalhes sobre a questão
16. Quais as principais dificuldades no desempenho do seu trabalho na cooperativa? Se possível, fale em detalhes sobre a questão
- 17.

### **INFORMAÇÕES DA COOPERATIVA:**

18. Com quantos cooperados/associados a entidade conta?
19. Quais são os critérios para poder participar da cooperativa?
20. A entidade participa de quantos projetos e quais são estes?
21. Quantos dos cooperados/associados participam dos projetos?
22. De uma forma geral, você poderia explicar qual é o passa-a-passo para conseguir um projeto? É difícil?
23. Estes projetos trouxeram melhorias para a cooperativa? Se sim, quais foram? Se possível, fale em detalhes sobre a questão
24. Acredita que os projetos trouxeram melhorias para a vida dos assentados? Se sim, quais foram?
25. Em 2016 os projetos sofreram um corte, de que maneira este impactou a cooperativa?
26. Fale um pouco da sua visão com relação aos projetos, especifique cada um deles. Se possível, fale em detalhes sobre a questão
27. Do seu ponto de vista, o assentamento se desenvolveu a partir do momento que as famílias começam a acessar estes programas? Se possível, fale em detalhes sobre a questão
28. Qual a importância destes programas para o assentamento como um todo? Se possível, fale em detalhes sobre a questão

**Questionário aplicado com os agricultores/as**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E  
TERRITORIALIDADES**

**Dissertação de Mestrado:** Diagnóstico das políticas públicas no fortalecimento da reforma agrária: um estudo de caso do complexo “Itamarati” - Ponta Porã-MS

**OBS; ESTE TITULO PODE SOFRER ALTERAÇÕES**

Docente orientadora: Dra. Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel

Pesquisadora: Leonice Alexandra Tessmann

**Data de aplicação:**

**Nome do assentamento e do município:**

**Nome do entrevistado (a):**

**1.**

**DADOS PESSOAIS**

- 1.1 Sexo? ( ) Feminino ( ) Masculino
- 1.2 Qual sua idade?
- 1.2 Qual é a sua cor?
- 1.3 Qual seu estado civil? ( ) casado e/ou tem companheiro/a ( )  
Solteiro/a ( ) Outro
- 1.4 Tem filhos e filhas? ( ) sim ( ) não Quantos são?
- 1.5 Quantas pessoas moram na sua casa, contando com você?
- 1.6 Antes de vir para o assentamento, de que região você era?
- 1.7 Ficou acampado junto com as demais famílias?
- 1.8 Antes de vir para o acampamento, já trabalhava com a terra?
- 1.9 Você incentiva seus filhos/as a permanecer no campo? Porque?  
Explique.

**2. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE FAMILIAR**

- 2.1. Qual é a renda mensal da sua família?
- ( ) até 01 salário mínimo
- ( ) de 2 a 3 salários mínimos
- ( ) mais de 4 salários mínimos

2.2. Sua família é beneficiária de algum programa de transferência de renda, em nível federal ou municipal? Se sim, qual (ais)?

- ( ) Educacional. R\$\_\_\_\_\_ ( )Bolsa família. R\$\_\_\_\_\_
- ( ) Aposentadoria rural. R\$\_\_\_\_\_ Outros(descreva)

2.3. Quais os membros da família que contribuem para a renda familiar? Quem é? E como contribui?

2.4. Quais as principais fontes de renda da família?

2.5. Você trabalha só no campo, ou faz um bico por fora? Se trabalha fora, por quais motivos se faz necessário?

2.6 . Como é dividido o Trabalho Familiar no lote?

<b>3. AS POLÍTICAS PÚBLICAS (OS PROJETOS) E AS COOPERATIVAS</b>
---

3.1 Como você chegou a participar dos programas de políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar?

- ( ) Cooperativa ( ) Associação ( ) Individual ( ) Outro, qual? \_\_\_\_\_

3.2 Conhecia estes projetos antes de participar da cooperativa/associação? Explique

3.3 - A cooperativa/associação fez alguma apresentação dos programas? Explique

3.4 – Teve alguma dúvida em participar ao ser convidado? como você foi convidado? Explique

3.5 De quais programas participa?

- ( ) PAA ( ) PAA-CI ( ) PNAE ( ) PRONAF ( ) OUTRO

3.6 O que a sua família produz para entregar nos programas?

3.7 A cooperativa/associação auxilia seus cooperados participantes dos projetos, tanto com técnicos que acompanham a produção, quanto com insumos, sementes, trabalho mecanizado e outros?

- 3.8 Quais melhorias o senhor/a fez acontecer no seu lote?
- 3.9 Qual a relação destes projetos com a comunidade, com o assentamento?
- 3.10 Qual sua visão como produtor destes programas? Qual é o nível de importância destes para a comunidade e o assentamento?
- 3.11 Qual sua visão do atual governo com relação ao campo e às Políticas Públicas que ele abrange?
- 3.12 Participar desses programas trouxe algum impacto na forma como a sua família se alimenta? Explique:
- 3.13 Você acredita que esses programas fortalecem a forma como as famílias se alimentam? Explique:
- 3.14 Você tem autonomia para escolher o que vai plantar ou os animais que vai criar ao participar de algum projeto? Ou essas escolhas são direcionadas pelo projeto? Explique:
- 3.15 Quais são as suas principais críticas ao PAA, PAA-CI, PNAE?

#### **4 . A AGRICULTURA FAMILIAR E A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE**

- 4.1. No seu lote há alguma área de preservação?
- 4.2. Quais são os recursos naturais existentes em seu lote? (Reserva de mata, nascentes, etc.)
- 4.3. Quais medidas você toma para a preservação do meio ambiente?
- 4.4. Você guarda sementes para fazer o plantio das plantas?
- 4.5. Na sua casa, você e sua família fazem a separação do lixo?
- 4.6. Até que ponto você chega a reciclar os materiais residuais? (garrafas, sacolas, embalagens, etc.)
- 4.7. Na plantação, vocês utilizam quais tipos de adubos?
- 4.8. Na plantação, vocês utilizam agrotóxicos? Se não, quais os produtos alternativos?
- 4.9. Como vocês, no lote, cuidam da água?
- 4.10. Quais animais você tem no lote? E quais plantas produz?

4.11. Se tem animais, utiliza o esterco dos mesmos para adubação? E quais os resultados que observa?

4.12. É possível produzir alimentos e cuidar da natureza ao mesmo tempo?